

# Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Jaguari 2015-2030



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
GOVERNANÇA E GESTÃO



*Mais integração aos municípios da região.*

## FICHA TÉCNICA

### **COREDE VALE DO JAGUARI**

#### **Gestão 2016 - 2017**

##### **Presidente**

Heitor Soares Leal Neto

##### **Vice-Presidente**

Ivori Antônio Guasso Junior

##### **Tesoureiro**

Cristian Mello Lencini

##### **Equipe Técnica**

Coordenação

Heitor Soares Leal Neto

Consultor Contratado

Jaques Jaeger

##### **Órgão Financiador**

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - SPGG

##### **Convênio nº 1636/2015**

**Os dados, ideias, opiniões e conceitos emitidos nos planos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade dos autores, não expressando necessariamente a opinião da SPGG/RS.**

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Modelo de planejamento de Siedenberg (2009, p.30).....	9
Figura 2 - Municípios do Corede Vale do Jaguari .....	12
Figura 3 - Classificação dos solos e macrozoneamento ambiental .....	14
Figura 4 - Bacias e sub bacias hidrográficas do Corede Vale do Jaguari (2002) .....	15
Figura 5 - Mapa da taxa anual de crescimento populacional por Corede (2000 – 2010) ..	18
Figura 6 - Pirâmide etária Corede Vale do Jaguari (2000 - 2014) .....	19
Figura 7 - Variação da população por domicílio (2000 - 2010) .....	20
Figura 8 - Densidade demográfica regional (2000 - 2014).....	21
Figura 9: Mapa da rede hidrográfica do Corede Vale do Jaguari .....	22
Figura 10: Mapa da situação do abastecimento urbano de água no Corede Vale do Jaguari (2010) .....	24
Figura 11 – Mapa da situação do abastecimento urbano de água por município no Corede (2010) .....	25
Figura 12 - Idese total por Corede (2008 – 2013) .....	27
Figura 13 - IDEB ensino fundamental anos iniciais (2011 – 2015) .....	30
Figura 14 - IDEB ensino fundamental anos finais (2005 – 2015).....	30
Figura 15 - Idese educação (2008 – 2013) .....	32
Figura 16 - Idese saúde (2008 – 2013) .....	33
Figura 17 - Mortalidade infantil (2008 – 2013) .....	33
Figura 18 - Expectativa de vida ao nascer (2000 - 2010) .....	34
Figura 19 - Variação percentual renda <i>per capita</i> (1991 - 2000 - 2010) .....	36
Figura 20 - Percentual de trabalhadores por faixa salarial (2014) .....	37
Figura 21 - Percentual de pobres (2000 - 2010) .....	38
Figura 22 - Idese renda (2008 – 2013).....	39
Figura 23 - Mapa da infraestrutura de transportes no Corede .....	40
Figura 24 - Consumo de energia (MWh) por setor (2015) .....	42
Figura 25 - PIB <i>per capita</i> dos municípios (2013) .....	45
Figura 26 - Estrutura produtiva regional (2013) .....	46
Figura 27 – Saldo entre contratações e demissões (2012 – 2015).....	46
Figura 28 – Mapa dos principais produtos do VAB da Agropecuária do Corede (2012) ...	47
Figura 29 - Produção da lavoura permanente (2014) .....	48
Figura 30 - Estabelecimentos do agronegócio por município (2014).....	48
Figura 31 - VAB industrial do Corede (2010 - 2013) .....	49
Figura 32 - Estabelecimentos industriais por município (2014) .....	49
Figura 33 - Estabelecimentos de comércio e serviços por município (2014).....	50

Figura 34 - Volume de exportações do Corede (2010 – 2015) .....	51
Figura 35 - Participação das exportações do Corede (2010 – 2015).....	51
Figura 36 - Compras governamentais nos municípios (2015) .....	52

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População e área territorial dos municípios do Corede (2014).....	13
Tabela 2 - Variação populacional absoluta (2000 - 2010 - 2014) .....	17
Tabela 3 - Percentual da população por domicílio (2010).....	20
Tabela 5 - Registros de desastres naturais por município (1991 - 2010) .....	23
Tabela 6 - Idese total dos municípios (2008 - 2013) .....	27
Tabela 7 - Taxa de analfabetismo (2000 – 2010) .....	28
Tabela 8 – Matrículas educação infantil, ensino fundamental, médio e EJA (2010 – 2015) .....	29
Tabela 9 - IDEB dos municípios do Corede (2011 - 2015) .....	29
Tabela 10 - Nível de escolaridade acima dos 18 anos (2000 – 2010) .....	31
Tabela 11 - Idese educação dos municípios do Corede (2008 - 2013) .....	31
Tabela 12 - Indicadores criminais (2012 – 2015) .....	34
Tabela 13 - Renda <i>per capita</i> dos municípios do Corede (1991 - 2000 - 2010) .....	36
Tabela 14 - Percentual da população com Bolsa Família (2013 – 2015) .....	38
Tabela 15 - Percentual de domicílios ligados à rede geral de água, com banheiro ou sanitário ligado à rede geral ou fossa séptica e com coleta de lixo por serviço de limpeza ou caçamba (2010).....	43
Tabela 16 - Frota de veículos do Corede.....	44
Tabela 17 - Órgãos de defesa e segurança com abrangência no Corede .....	53
Tabela 18 - Outros órgãos estaduais e federais do Corede .....	54
Tabela 19 - Principais instituições empresariais e agropecuárias do Corede.....	54

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACI	Associação Comercial e Industrial
Aprovija	Associação dos Produtores de Vinho de Jaguari
APL	Arranjo Produtivo Local
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CNAE 2.0	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Consema	Conselho Municipal do Meio Ambiente
Corede	Conselho Regional de Desenvolvimento
Deplan	Departamento de Planejamento do RS
DOE	Diário Oficial do Estado do RS
Emater	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Idese	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Médio
PIB	Produto Interno Bruto
PEPDR	Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional
RS	Rio Grande do Sul
RFP	Região Funcional de Planejamento
Sefaz	Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul
SEMA	Secretaria do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do RS
Seplan	Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do RS
Sindilojas	Sindicato dos Lojistas do RS
SPGG	Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do RS
URGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
VAB	Valor Agregado Bruto

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	8
2 O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	9
2.1 OBJETIVOS DO PLANO.....	9
2.2 EXPLICITAÇÃO DA METODOLOGIA .....	9
3 DIAGNÓSTICO TÉCNICO .....	12
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO .....	12
3.1.1 Aspectos físico-naturais .....	12
3.2 DIMENSÃO DEMOGRÁFICA.....	17
3.3 DIMENSÃO AMBIENTAL.....	22
3.4 DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL.....	27
3.4.1 Educação .....	28
3.4.2 Saúde .....	32
3.4.3 Segurança .....	34
3.4.4 Habitação .....	35
3.4.5 Cultura .....	35
3.4.6 Equidade e Inclusão Social .....	36
3.5 DIMENSÃO INFRAESTRUTURAL E GESTÃO PÚBLICA.....	40
3.5.1 Logística e transporte .....	40
3.5.2 Energia e comunicações .....	41
3.5.3 Saneamento básico.....	42
3.5.4 Urbanismo e mobilidade.....	43
3.6 DIMENSÃO ECONOMICA .....	45
3.6.1 Setor Agropecuário .....	47
3.6.2 Setor Industrial .....	49
3.6.3 Setor de Serviços .....	50
3.6.4 Exportações .....	50
3.6.5 Administração Pública.....	51
3.7 DIMENSÃO INSTITUCIONAL.....	53
4 MATRIZ FOFA: POTENCIALIDADE E DESAFIOS.....	56
5 DIRETRIZES SETORIAIS DO PLANO ESTRATÉGICO.....	62
5.1 Diretrizes da Dimensão Ambiental .....	62
5.2 Diretrizes da Dimensão Social .....	62
5.3 Diretrizes da Dimensão de Infraestrutura.....	63
5.4 Diretrizes da Dimensão Econômica .....	63
5.5 Diretrizes da Dimensão Institucional .....	63
6 ESTRATÉGIAS .....	64
6.1 DIMENSÃO AMBIENTAL.....	64
6.2 DIMENSÃO SOCIAL .....	65
6.3 DIMENSÃO DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO PÚBLICA.....	66
6.4 DIMENSÃO ECONÔMICA .....	67
6.5 DIMENSÃO INSTITUCIONAL.....	69
7 REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS.....	70
7.1 VISÃO DE FUTURO.....	70
7.2 VOCAÇÕES .....	70
7.3 VALORES .....	71
8 CARTEIRA DE PROJETOS.....	72
8.1 PROMOVER A PRESERVAÇÃO, O MANEJO ADEQUADO E A MELHOR UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E DAS BELEZAS NATURAIS .....	72
8.2 PROMOVER MELHORES CONDIÇÕES SOCIAIS E DE RENDA À POPULAÇÃO ...	83

8.3 QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA REGIONAL.....	95
8.4 ESTIMULAR O EMPREENDEDORISMO, A INOVAÇÃO, A AGREGAÇÃO DE VALOR E A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO PARA MELHORIA DA COMPETITIVIDADE ECONÔMICA REGIONAL.....	106
8.5 INTEGRAR AS AÇÕES INTERINSTITUCIONAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	126
9 GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO .....	131
10 CONCLUSÃO.....	132

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos pontos fundamentais para o desenvolvimento equilibrado do Rio Grande do Sul (RS) é a preocupação com as questões relativas ao desenvolvimento regional e aos mecanismos institucionais necessários para uma política responsável no que diz respeito à organização da base territorial do desenvolvimento estadual. Nesse sentido, o Rio Grande do Sul já possui uma cultura de valorização dos programas de administração regionalizada, bem como instituições voltadas para a promoção dessas iniciativas, de que os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) são a maior expressão.

A elaboração dos Planos Estratégicos Participativos de Desenvolvimento Regional (PEPDR) se insere nessa perspectiva mais ampla. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em parceria com o Fórum dos Coredes, une esforços para realização de uma leitura técnica e participativa das distintas realidades regionais do Estado, que possa qualificar os projetos regionais e o processo de planejamento governamental nas diferentes esferas. Trata-se de um plano que não parte de uma iniciativa estritamente vinculada aos interesses de uma região, mas articula-se a propósitos do desenvolvimento territorial do Estado.

A realização de um plano estratégico é uma forma de discussão da complexa composição (social, política e econômica) que define uma região. Esta oportunidade gera condições de levantamento e de análises que possibilitam, entre outros aspectos, a organização de banco de dados para pesquisa, a definição de projetos importantes e a identificação de áreas de atuação para diferentes setores da sociedade. Ao mesmo tempo, é premente que processos participativos viabilizem uma discussão aberta junto à comunidade em diferentes momentos de sua realização, visando estabelecer um diálogo entre a equipe técnica e representantes da região e, assim, apontar propostas que sejam adequadas aos interesses e necessidades existentes.

Neste sentido, a revisão e ampliação do Planejamento Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional elaborado pelo Corede Vale do Jaguari em 2009/2010 torna-se fundamental, uma vez que esta janela revela uma nova oportunidade para adequar as medidas necessárias ao desenvolvimento do Vale do Jaguari, frente à nova realidade que se apresenta.

Este documento contemporiza diagnóstico, prognóstico e ações a serem implementadas, considerando aspectos econômicos, sociais, ambientais, políticos, éticos, culturais, territoriais, entre outros. Projeta a visão de futuro da região para 2030, bem como estabelece os projetos considerados estratégicos ao desenvolvimento sustentável, integrando cadeias produtivas e qualificando os aspectos sociais da região.

## 2 O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O método de trabalho e o referencial teórico utilizados pelo Corede Vale do Jaguari, para atualização e consolidação do diagnóstico técnico e elaboração de seu Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento, teve como base o conjunto das diretrizes apresentadas no Anexo II do Convênio nº 1636/2015 da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do Estado do RS (Seplan) com o Fórum dos Coredes. Também, foram aplicadas as orientações contidas na metodologia definida como orientadora do processo de elaboração dos planos estratégicos em 2009/2010 e que se encontra publicada no capítulo “Detalhamento de um modelo de planejamento estratégico territorial”, de autoria de Sérgio Luís Allebrandt, Pedro Luís Büttenbender e Dieter Rugard Siedenberg, em livro organizado por este último autor: Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico Local/Regional.

### 2.1 OBJETIVOS DO PLANO

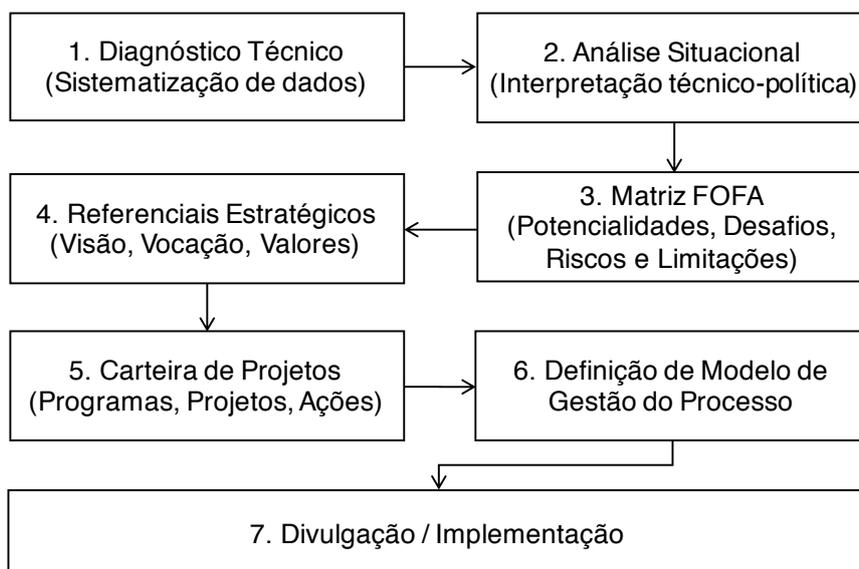
O objetivo principal deste estudo é atualizar e ampliar o Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do Corede do Vale do Jaguari.

Os objetivos específicos deste trabalho foram assim estabelecidos:

- a) Atualizar e ampliar a base de dados regionais, anteriormente elaborada e divulgada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Corede, de 2010, tendo como base os Perfis Socioeconômicos dos 28 Coredes, elaborados pela Seplan em 2015, visando definir uma visão de futuro e ações estratégicas que apontem para o desenvolvimento e para a sustentabilidade do desenvolvimento regional;
- b) Definir a visão de futuro e as estratégias de desenvolvimento do Corede para determinação dos propósitos globais permanentes que servirão como base para realização do planejamento estratégico;
- c) Identificar, em conjunto com a comunidade regional, os principais condicionantes, problemas e potencialidades setoriais e regionais, a partir da participação de diferentes atores sociais na construção e operacionalização de políticas de desenvolvimento regional;
- d) Elaborar uma carteira/lista de projetos hierarquizada, contendo objetivos, justificativas, escopo, órgãos intervenientes, cronograma e estimativas de recursos;
- e) Estimular e valorizar o desenvolvimento do capital social e da identidade regional, a partir da indicação de projetos estruturantes, de acordo com o perfil histórico da região, de suas potencialidades atuais, de novas oportunidades e de suas possibilidades de interação com outras regiões do Estado;
- f) Qualificar o processo de participação das regiões no planejamento e orçamento governamental.

### 2.2 EXPLICITAÇÃO DA METODOLOGIA

Segundo as orientações metodológicas estabelecidas, as etapas do planejamento estratégico são 7:



Fonte: adaptado de Siedenberg (2009, p30)

Seguindo as orientações metodológicas, o processo de planejamento estratégico contemplou seis dimensões de análise: dimensão demográfica, dimensão social e cultural, dimensão de infraestrutura e gestão pública, dimensão ambiental, dimensão econômica e dimensão institucional. Cada dimensão integra um conjunto de subdimensões ou subtemas específicos.

A metodologia de trabalho foi desdobrada nas etapas de trabalho relacionadas abaixo, oportunizando a participação dos atores locais e regionais, por meio da realização de assembleias nos nove municípios do Corede.

Quadro 1 - Desdobramento metodológico do Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional

<b>Diagnóstico Técnico</b>			
Atividade	Responsável	Público	Método
Reunião com Executiva do Corede para alinhamento do método e cronograma	Coordenador da Equipe Técnica	Executiva do Corede e técnicos	Reunião de Trabalho
Levantamento e sistematização dos dados dos eixos temáticos	Equipe Técnica	-	Elaboração de banco de dados, por meio de pesquisa em sites e banco de dados especializados.
Preparação de material para as reuniões municipais	Equipe Técnica	-	Elaboração de apresentação para validação junto à comunidade regional
<b>Análise Situacional / Matriz FOFA</b>			
Atividade	Responsável	Público	Método
Audiências públicas nos nove municípios do Corede	Equipe Técnica e Executiva do Corede	Lideranças locais e comunidade em geral.	Audiência pública, para validação dos dados regionais e identificação de potencialidades e desafios.
Adequação e sistematização dos dados	Equipe Técnica	-	Trabalho de escritório de sistematização dos dados qualitativos.
Entrevistas com especialistas	Equipe Técnica	Instituições de ensino, EMATER, pesquisadores científicos, produtores rurais.	Entrevistas com informantes chaves para complementar os dados quantitativos.

Elaboração de relatório de diagnóstico regional	Equipe Técnica	-	Elaboração de relatório para submissão ao Governo do Estado.
<b>Referenciais Estratégicos</b>			
Atividade	Responsável	Público	Método
Reunião de alinhamento estratégico	Equipe técnica	Executiva Corede e Equipe técnica	Reunião preliminar de análise das estratégias e revisão do plano de ação.
Audiências públicas regionalizadas em São Vicente do Sul e Santiago	Equipe Técnica Executiva do Corede	Lideranças locais, regionais e comunidade em geral.	Realização de duas audiências para revisar os referenciais estratégicos e pontuar projetos regionais 1 - (Santiago - Capão do Cipó – Unistalda – São Francisco de Assis) 2 - (Jaguari- Nova Esperança, São Vicente do Sul, Cacequi e Mata)
Elaboração de Relatório	Equipe Técnica	-	Sistematização das reuniões em forma de relatório.
<b>Carteira de Projetos</b>			
Atividade	Responsável	Público	Método
Esquematização preliminar dos projetos regionais	Equipe técnica	-	Elaboração de síntese preliminar das estratégias e projetos desdobrados por eixos.
Entrevistas com especialistas	Equipe Técnica	Instituições de ensino, EMATER, pesquisadores científicos, produtores rurais.	Entrevistas com informantes-chaves para complementar e qualificar a carteira de projetos da região
Consolidação projetos regionais	Equipe Técnica	-	Trabalho de sistematização, das audiências participativas, formatando os programas e projetos.
Elaboração de Relatório	Equipe Técnica	-	Trabalho interno de elaboração de relatório.
<b>Modelo de Gestão</b>			
Atividade	Responsável	Público	Método
Elaboração de modelagem estratégica	Equipe Técnica	-	Organização da gestão estratégica e delimitação do modelo de gestão
Proposta Metodológica de Gestão	Equipe Técnica	-	Proposta teórica sobre modelo de gestão proposto, forma de gerir projetos e organização
Reunião de Validação de Modelo de Gestão	Equipe Técnica	Equipe técnica e Executiva do Corede	Apresentação, apreciação e correção do modelo de gestão concebido e alinhado
<b>Divulgação/Implementação</b>			
Atividade	Responsável	Público	Método
Reunião de Apresentação Final do Plano Estratégico	Executiva do Corede	Comunidade Regional	Ato simbólico de assinatura do contrato de gestão do plano com prefeitos e agentes regionais.

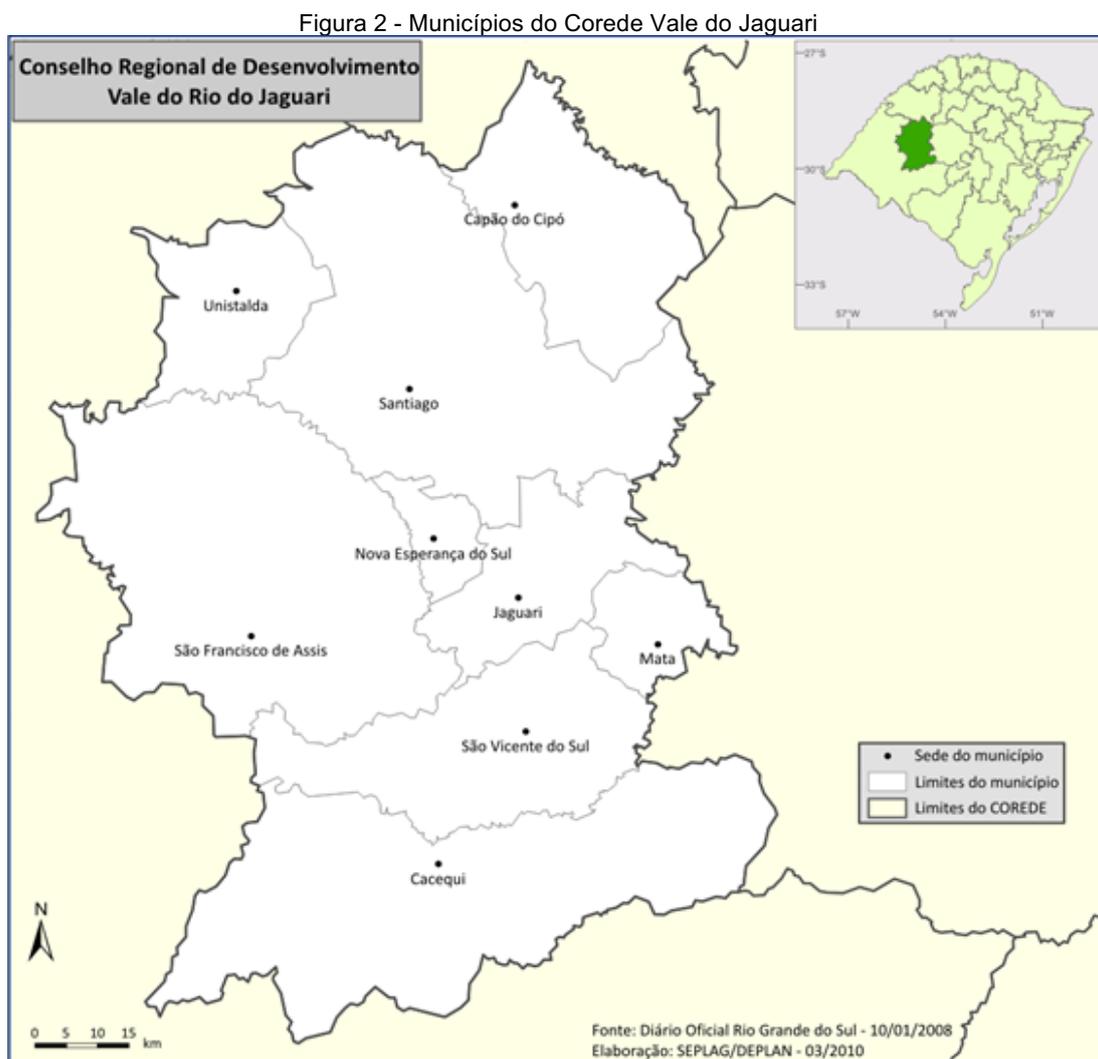
Fonte: Elaborado pelos autores da pesquisa.

### 3 DIAGNÓSTICO TÉCNICO

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

##### 3.1.1 Aspectos físico-naturais

O Corede Vale do Jaguari, localizado na Região Funcional de Planejamento (RFP) 8<sup>1</sup>, é composto por nove municípios: Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda. O Vale do Jaguari foi um dos últimos Coredes a ser criado no Estado, no ano de 2008, originando-se de parte do Corede Central.



Fonte: Perfil Socioeconômico do Corede Vale do Jaguari – Seplan/Deplan (2015).

<sup>1</sup> As Regiões Funcionais de Planejamento foram propostas pelo Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS – Rumos 2015, contratado em 2003, pela então Secretaria da Coordenação e Planejamento, a partir do agrupamento de Coredes, como uma escala mais agregada que possibilita o tratamento de temas de interesse regional. A regionalização, juntamente com a dos Coredes, passou a ser utilizada para o planejamento das ações governamentais, no Orçamento do Estado e no Plano Plurianual.

A região abrangida pelo Corede Vale do Jaguarí faz fronteira ao norte com o Corede das Missões, ao sul e ao oeste com o da Fronteira Oeste e ao leste com o Corede Central. Ocupa uma área territorial de 11.254,08 Km<sup>2</sup>, sendo a 8ª maior área territorial dentre os Coredes e a 2ª dentre os Coredes da RFP 8. Em extensão territorial, os municípios de São Francisco de Assis, Santiago e Cacequi representam 64% da área da região. Em 2014, a população total da região era de 117.473 habitantes, representando 1,05% da população do Estado. A densidade demográfica era de 10,4 hab/km<sup>2</sup>, considerada extremamente baixa se comparada a média do Estado que era de 39,9 hab/km<sup>2</sup>.

Tabela 1 - População e área territorial dos municípios do Corede (2014)

Município	População	Área Territorial (km <sup>2</sup> )	Densidade Demográfica
Cacequi	13.312	2.369,95	5,62
Capão do Cipó	3.092	1.008,65	3,07
Jaguari	11.144	673,40	16,55
Mata	4.862	311,88	15,59
Nova Esperança do Sul	4.793	191,00	25,09
Santiago	50.443	2.413,31	20,91
São Francisco de Assis	18.838	2.508,45	7,51
São Vicente do Sul	8.567	1.175,23	7,29
Unistalda	2.422	602,39	4,02
<b>Corede Vale do Jaguarí</b>	<b>117.473</b>	<b>11.254,08</b>	<b>10,44</b>

Fonte: FEE e IBGE

A região está localizada entre as unidades geomorfológicas do Planalto Meridional e a Depressão Meridional, sendo que os municípios de Cacequi e São Vicente do Sul ficam integralmente situados na unidade geomorfológica Depressão Central. São Francisco de Assis, Nova Esperança do Sul, Jaguarí e Mata ficam posicionados de forma que seis territórios pertençam tanto a uma unidade geomorfológica como à outra. Os municípios de Santiago, Capão do Cipó e Unistalda estão inseridos na unidade geomorfológica Planalto Meridional.

As características climáticas da região revelam que o regime pluviométrico se constitui de médias anuais entre 1.600 a 1.900 mm de chuvas bem distribuídas, com médias trimestrais entre 440 a 480 mm. As temperaturas médias anuais têm uma variação aproximada entre 16°C a 20°C. No período de outono ficam entre 12°C e 19°C, caindo para 12°C e 16°C no inverno, passando para uma média de 18°C e 22°C na primavera e 21°C a 25°C no verão.

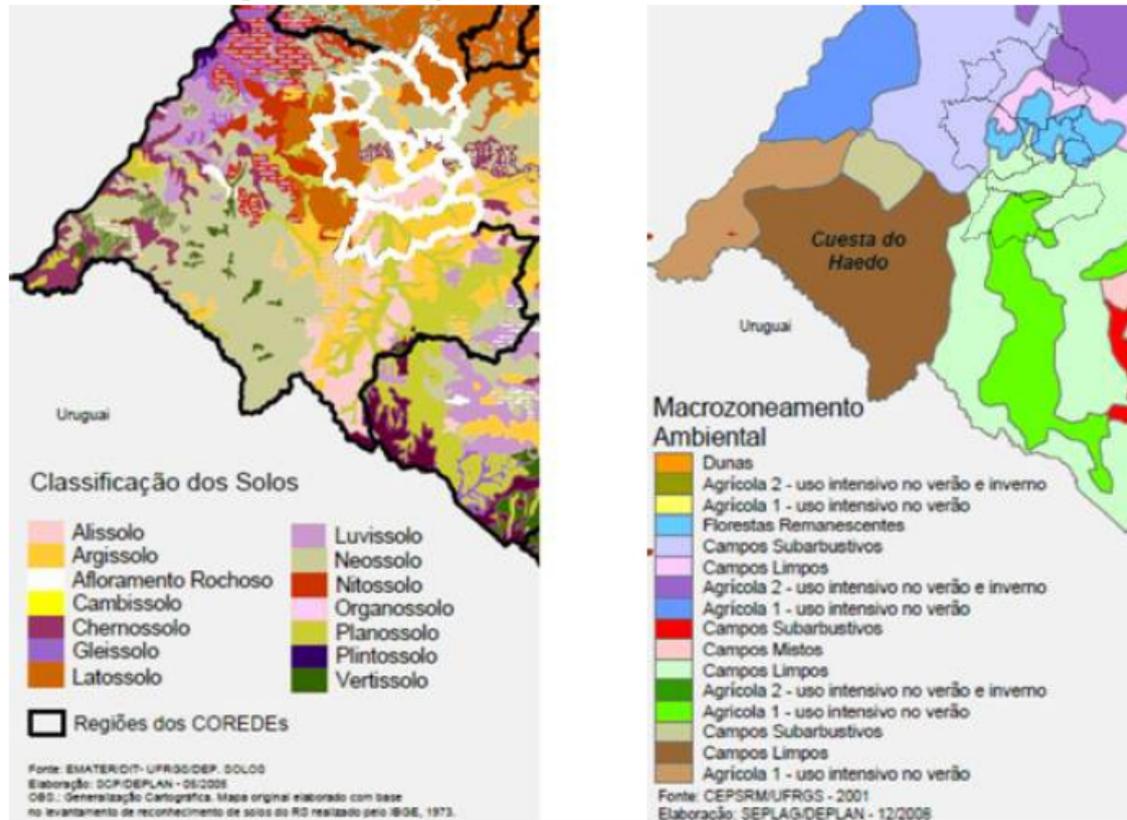
Na região, de acordo com dados da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Emater), encontram-se latossolos, argissolos, neossolos, nitossolos e planossolos. Suas principais ocorrências são as seguintes:

- Latossolo: solos vermelhos e profundos (Santiago e São Francisco de Assis);
- Argissolo: nas coxilhas e áreas de campo e lavouras (Mata, Santiago e São Vicente do Sul);
- Neossolo: áreas arenosas e campos duros (Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago e São Francisco de Assis); e
- Planossolo: nas várzeas arroz irrigado (Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, São Francisco de Assis e São Vicente do Sul).

De acordo com o mapa de macrozoneamento ambiental da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS), a região possui áreas de campo subarbustivo, áreas de

florestas remanescentes, áreas de campos limpos, áreas agrícolas de uso intensivo no verão e áreas de uso intensivo no verão e inverno.

Figura 3 - Classificação dos solos e macrozoneamento ambiental



Fonte: EMATER (2001) e UFRGS (2001)

O relevo da região apresenta altitudes médias que variam entre 80 e 450 metros acima do nível do mar. O bioma pampa abrange a maior parte dos municípios, entretanto os municípios de São Francisco de Assis, Nova Esperança do Sul, Santiago, Jaguari e Mata possuem parte de seus territórios com áreas compreendidas no Bioma Mata Atlântica.

O Corede Vale do Jaguari pertence à região hidrográfica do Rio Uruguai, formado pela Bacia Hidrográfica do Ibicuí. Os principais corpos de água são os rios Ibicuí, Itu, Ibirapuitã, Jaguari e um trecho do Rio Uruguai. Dentro do território brasileiro, o principal afluente do rio Uruguai é o Ibicuí. Sua formação dá-se na junção do Ibicuí-Mirim com o Rio Santa Maria e a desembocadura é no Rio Uruguai. O principal uso da água nesta bacia se destina a irrigação. Este uso pode ocasionar insuficiência hídrica nos meses de verão, principalmente devido à irrigação do arroz.

A outra Bacia Hidrográfica é a Butuí-Icamaquã, que se situa a nordeste do Estado. Os principais cursos de água são os arroios Iquariçu, Piauí, Cabijú e os rios Butuí, Butuí-Mirim, Itacurumbi e Icamaquã. Os principais usos da água na bacia se destinam a dessedentação animal, abastecimento humano e irrigação.

Figura 4 - Bacias e sub bacias hidrográficas do Corede Vale do Jaguari (2002)



Fonte: Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do RS (SEMA) (2002).

### 3.1.2 Aspectos histórico-culturais

O povoamento da colônia de Jaguari começou em 1885, quando alguns colonos se instalaram na chamada “região das matas”, mas oficialmente a colônia de Jaguari foi fundada em 1889, onde se estabeleceram aproximadamente mil italianos e, mais tarde, viriam imigrantes da Alemanha, Áustria, França e Espanha. O imigrante adaptou-se às terras montanhosas e de matas, embora inicialmente a colonização tenha sido difícil devido à morosidade na demarcação das terras e às condições de vida precárias. Assim, a imigração trouxe prosperidade à região, pois com a chegada dos imigrantes, incorporou-se uma nova tecnologia que fez crescer a produtividade, além do colono e de sua família constituírem-se em força de trabalho potencial.

Na década de 1890, começam a abrir caminhos no meio do mato, chamados de picadas e que se transformariam em vias de comunicação entre Jaguari e as regiões do centro e da fronteira do Estado. Porém, a colonização praticamente parou em 1893, com o advento da Revolução Federalista e somente em meados de 1895, o governo do Rio Grande do Sul assume a colonização, concedendo investimento, de modo a proporcionar que se acelerasse o desenvolvimento na região de Jaguari.

Os primeiros habitantes da região, onde hoje se localiza a cidade de Jaguari, foram os índios guaranis até o início do século XVII. As primeiras famílias italianas chegaram no ano de 1888 e, em 1889, foi fundado o núcleo colonial Jaguari de origem Guarani. Inicialmente, os italianos enfrentaram muitas dificuldades nessas terras, mas aos poucos foram colonizando-as e colaborando com os imigrantes alemães, húngaros, poloneses, russos e portugueses na construção de seus lares.

Em 1890, foi construída a via férrea que interligaria os municípios de Santa Maria e Cacequi, sendo esse fato determinante na ocupação populacional próxima à estação, que deu origem a sede atual do município de Cacequi. A região foi inicialmente povoada por indígenas, mas com o processo de ocupação e povoamento do Rio Grande do Sul, os indígenas foram expulsos da região, permanecendo o nome do local dado por eles, ou seja, o do arroio Cacequi.

A região das Missões, da qual fazia parte a área do atual município de Cacequi pertenceu aos portugueses e, mais tarde, aos espanhóis. O ano de instalação oficial do município foi em 1944.

Na construção da estrada de ferro que interligaria os municípios de Santa Maria e Jaguari, iniciada em 1912, foram abertas "picadas" para o leito da ferrovia e deste motivo começou a formação da cidade de Mata, daí a denominação do município de "filha da ferrovia". Acredita-se que a habitação de Nova Esperança do Sul teve início em 1860, com a chegada de imigrantes italianos. Em março de 1986, um grupo de pessoas se reuniu para formar a comissão de emancipação, assim em 1988, foi criado o município de Nova Esperança do Sul.

Capão do Cipó, por sua vez, é um município pequeno com área de apenas 1.022 km<sup>2</sup> representando 0,3802% do Estado. O local onde se situa o município foi denominado de Capão do Cipó por um viajante, já que por várias décadas, viajantes ali faziam suas paradas. A emancipação do município foi concedida em 1996.

O nome do município de Santiago deriva de uma homenagem a São Tiago. Devido à religiosidade do local e por ser o santo padroeiro da Espanha, os jesuítas construíram uma capela com a imagem de São Tiago na época das Missões, visto que o município faz parte do território missionário, tendo sido palco das lutas entre Portugal e Espanha. Ali os jesuítas, além do cultivo do trigo, do algodão e de outras culturas de subsistência, desenvolveram a pecuária no solo gaúcho e estabeleceram grandes estâncias para a criação de gado. O ano de instalação do município foi em 1884.

São Francisco de Assis, em termos geográficos, pertence à zona missioneira. Durante o processo de colonização, os alemães e italianos integraram-se aos negros, portugueses e espanhóis, que compõem a miscigenação do município. Em 1884, foi elevada à categoria de Vila e sua emancipação ocorreu em 1938.

São Vicente do Sul tem suas origens em 1632, onde era um aldeamento de índios guaranis que foram colonizados por jesuítas espanhóis, mas posteriormente a região passaria ao domínio português. O município é um ponto geográfico que centraliza os acessos à fronteira gaúcha de São Borja, de Uruguaiana e de Santana do Livramento.

A Vila de Unistalda teve início entre 1935 e 1936, em virtude da construção de uma estação ferroviária intermediária. A emancipação ocorreu somente em 1995.

### 3.2 DIMENSÃO DEMOGRÁFICA

A população do Vale do Jaguari, em 2014, era de 117.473 habitantes, o que representava 1,05% da população do Estado e 14,15% da população da RFP 8. O principal centro urbano era Santiago, com uma população de cerca de 50 mil habitantes, seguido por São Francisco de Assis, Cacequi e Jaguari, com populações na faixa de 10 a 20 mil habitantes. Os municípios restantes são de pequeno porte, com populações abaixo de 10 mil habitantes.

A variação populacional da região entre 2000 e 2010 foi de -3,6%, enquanto que entre 2010 e 2014 foi de 0,2%, ficando abaixo do crescimento médio do Estado, que foi de 5,0% entre 2000 e 2010 e de 4,8% entre 2010 e 2014.

Com relação à variação populacional dos municípios, apenas três apresentaram crescimento no período 2000 e 2010: Capão do Cipó (21,4%), Nova Esperança do Sul (16,5%) e São Vicente do Sul (1,2%). Os demais municípios apresentaram taxas negativas de crescimento. No período de 2010 a 2014, os municípios de Nova Esperança do Sul e São Vicente do Sul mantiveram-se em crescimento, com 2,6% e 1,5%, respectivamente, sendo acompanhados de Santiago, que apresentou aumento de 2,6%.

Tabela 2 - Variação populacional absoluta (2000 - 2010 - 2014)

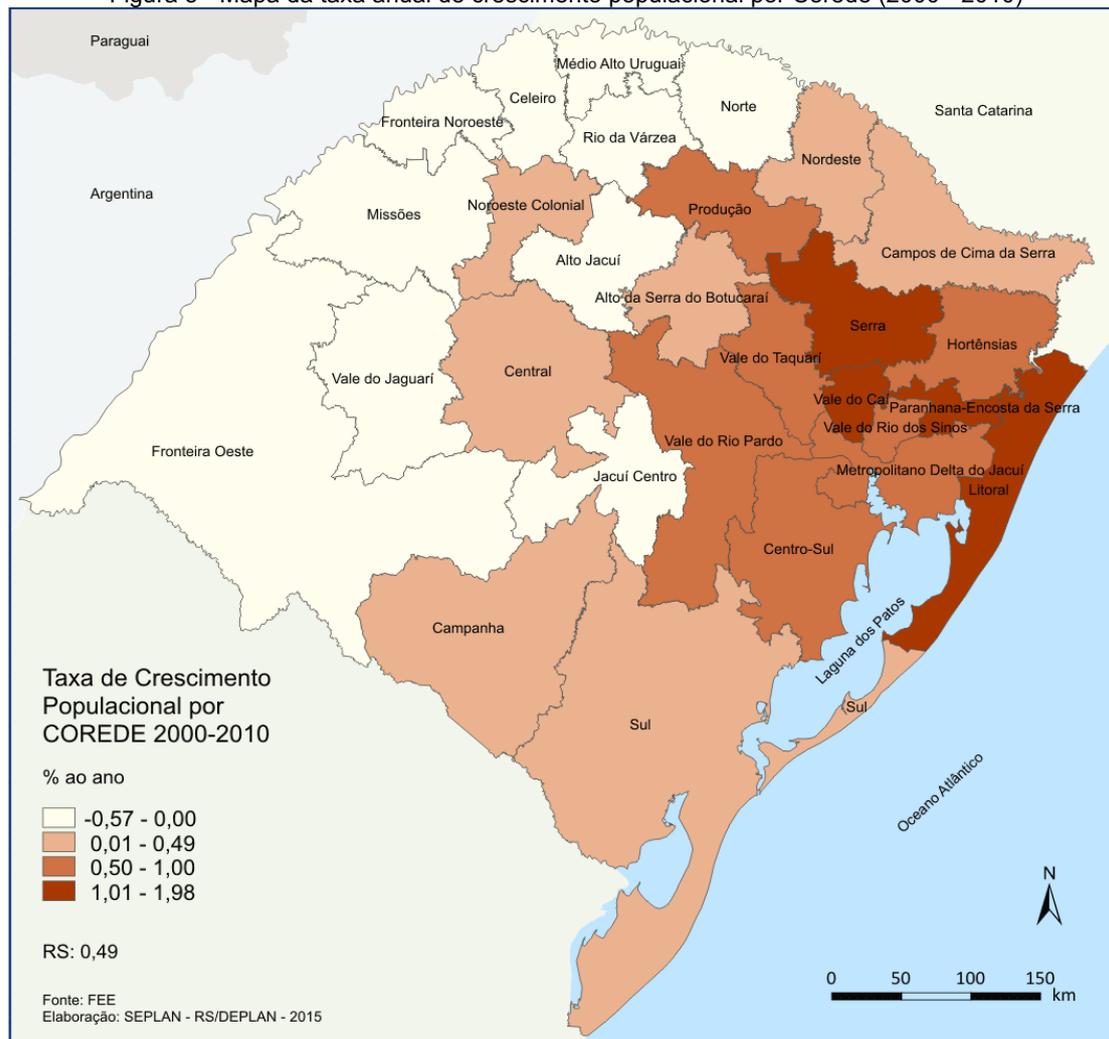
Município	Censo 2000	Censo 2010	Var. %	População Estimada 2014	Var. %
Cacequi	15.311	13.676	-10,7%	13.312	-2,7%
Capão do Cipó	2.556	3.104	21,4%	3.092	-0,4%
Jaguari	12.488	11.473	-8,1%	11.144	-2,9%
Mata	5.575	5.111	-8,3%	4.862	-4,9%
Nova Esperança do Sul	4.010	4.671	16,5%	4.793	2,6%
Santiago	49.940	49.071	-1,7%	50.443	2,8%
São Francisco de Assis	20.810	19.254	-7,5%	18.838	-2,2%
São Vicente do Sul	8.336	8.440	1,2%	8.567	1,5%
Unistalda	2.644	2.450	-7,3%	2.422	-1,1%
<b>Corede Vale do Jaguari</b>	<b>121.670</b>	<b>117.250</b>	<b>-3,6%</b>	<b>117.473</b>	<b>0,2%</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>10.187.798</b>	<b>10.698.332</b>	<b>5,0%</b>	<b>11.207.274</b>	<b>4,8%</b>

Fonte: FEE e IBGE

De acordo com dados do Perfil Socioeconômico do Vale do Jaguari<sup>2</sup>, constata-se uma migração populacional no Estado das regiões fronteira oeste, norte e noroeste para a região leste, especialmente a Serra Gaúcha e o Litoral Norte, o que pode justificar, em parte, a redução populacional do Vale do Jaguari.

<sup>2</sup> Estudo elaborado pelo Departamento de Planejamento Governamental (Deplan) da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (Seplan), que oferece um diagnóstico, a partir de uma base de dados comum a todas as regiões, como subsídio ao processo de planejamento do Estado e dos Coredes. Os dados utilizados originam-se da Fundação de Economia e Estatística (FEE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, dentre outras fontes.

Figura 5 - Mapa da taxa anual de crescimento populacional por Corede (2000 - 2010)



Fonte: FEE. Elaboração: Seplan/Deplan 2015

Outra justificativa para a redução populacional no Vale do Jaguari pode ser obtida analisando-se a taxa de fecundidade, que em 1991 era de 2,67, em 2000 era de 2,36 e em 2010 era de 1,74 filhos por mulher. Em todos os períodos analisados, a média regional ficou abaixo das médias do Estado, que foram de 2,4, 2,2 e 1,8, nos respectivos anos.

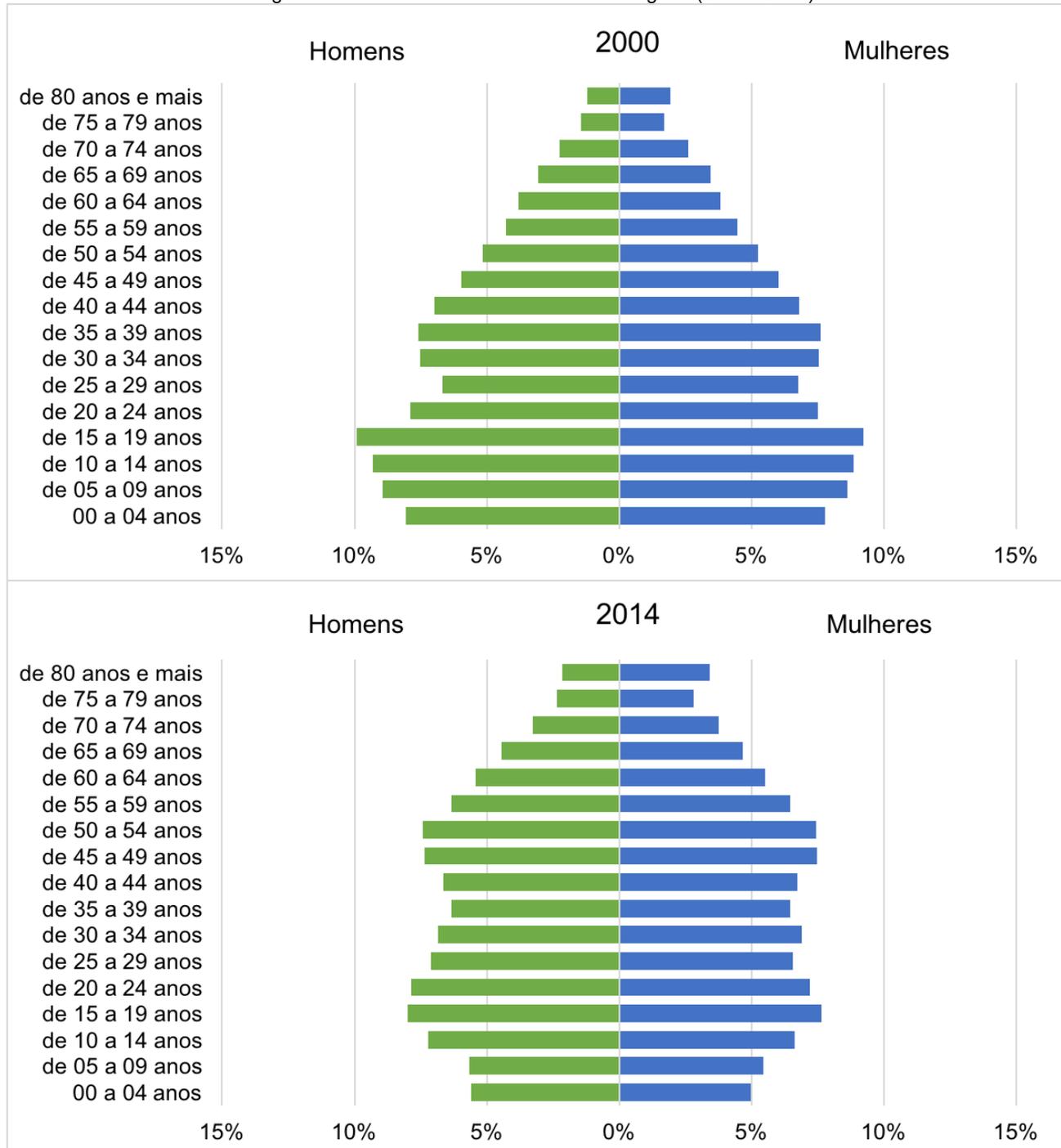
Em relação ao comportamento da população por faixa etária, o Corede segue o padrão estadual. De acordo com dados do Censo Demográfico 2010, o Estado vem sofrendo uma mudança na sua estrutura etária, com uma menor proporção de crianças e jovens e uma maior participação de adultos e idosos na composição da população. Fatores como a diminuição na taxa de fecundidade e aumento na expectativa de vida contribuem para esse fenômeno<sup>3</sup>.

Analisando a pirâmide etária do Corede, dos períodos 2000 e 2014, constata-se uma redução de 30,2% na população de 0 a 19 anos, bem como um incremento de 44,35% na faixa etária acima dos 60 anos. Em 2000 a faixa etária entre 20 e 59 anos representava 51,9% da população e, em 2014, esta mesma parcela da população representou 55,5% da população. A faixa etária acima dos 60 anos representou, em 2000, 12,65% da população e, em 2014, 18,91% da população. Estes dados reforçam a tendência de que a população,

<sup>3</sup> Apresentado no Perfil Socioeconômico do Vale do Jaguari (Seplan, 2015).

ao longo dos próximos anos, tenha maior concentração nas faixas etárias acima dos 60 anos. Esse comportamento da distribuição populacional poderá demandar maior atenção a essa parcela da população, principalmente no que se refere a serviços públicos e privados direcionados aos idosos.

Figura 6 - Pirâmide etária Corede Vale do Jaguari (2000 - 2014)

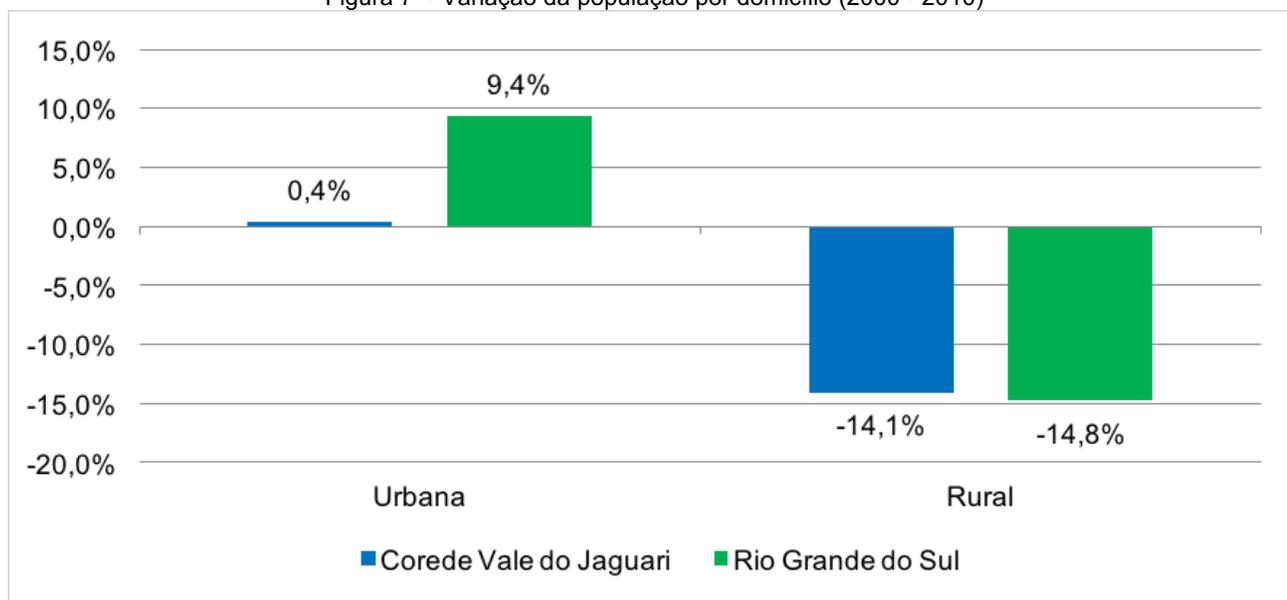


Fonte: adaptado pelos autores da FEE, 2016.

A distribuição populacional por tipo de domicílio em 2010 no Corede Vale do Jaguari apresentava 77% de concentração da população na área urbana e somente 23% na área rural. Em relação ao Censo 2000, houve um aumento de 0,4% na população urbana e uma queda de 14,1% na população rural. No mesmo período, o Estado teve um acréscimo de 9,4% na população urbana e um decréscimo de 14,8% na população rural. Isto demonstra

que a redução populacional do Vale do Jaguari é oriunda, em grande parte, da migração da população rural para outras regiões, com grande tendência para o município de Santa Maria no Corede Central, que no período avaliado, apresentou crescimento de 7,15%.

Figura 7 - Variação da população por domicílio (2000 - 2010)



Fonte: adaptado pelos autores do IBGE, 2016.

O município de Nova Esperança do Sul teve o maior acréscimo de população urbana, com incremento de 29%, seguido pelos municípios de São Vicente do Sul (11,1%) e Unistalda (10,1%). Já em relação à população rural, todos os municípios apresentaram redução, com destaque para Santiago (-38,8%), Cacequi (-24,9%), São Francisco de Assis (-18,7%) e Mata (-18,2%).

Tabela 3 - Percentual da população por domicílio (2010)

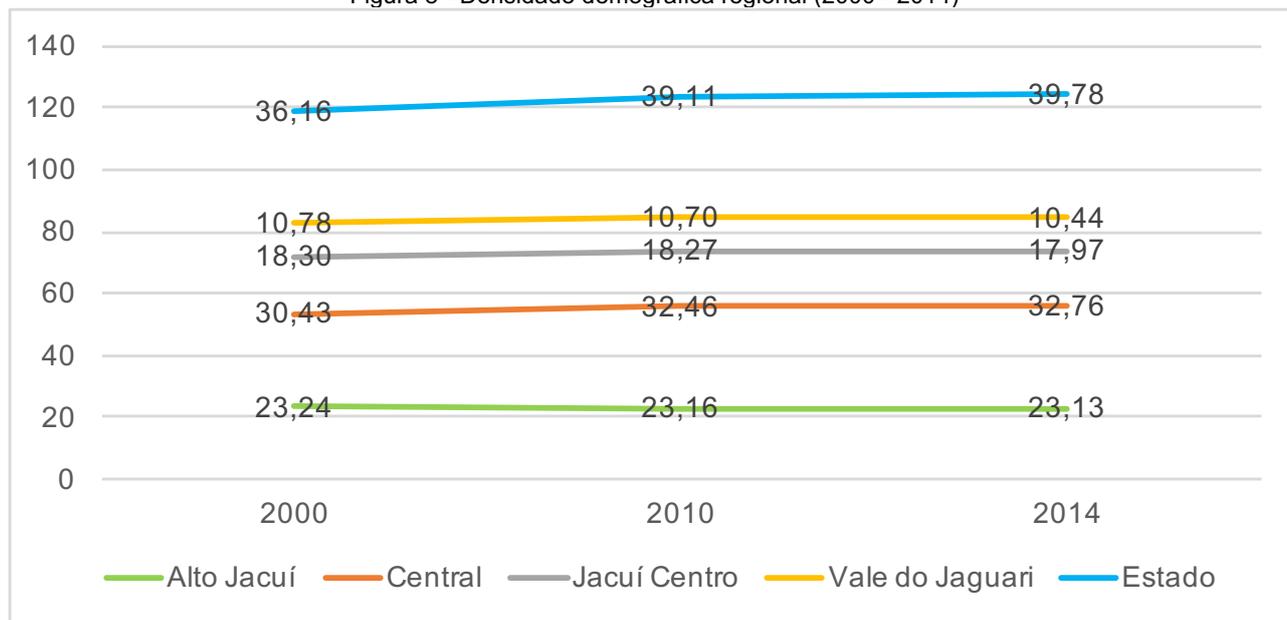
Município	Urbana	Rural
Cacequi	87,4%	12,6%
Capão do Cipó	16,7%	83,3%
Jaguari	56,9%	43,1%
Mata	51,2%	48,8%
Nova Esperança do Sul	77,0%	23,0%
Santiago	91,2%	8,8%
São Francisco de Assis	70,1%	29,9%
São Vicente do Sul	69,7%	30,3%
Unistalda	37,3%	62,7%
<b>Corede Vale do Jaguari</b>	<b>77,0%</b>	<b>23,0%</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>85,1%</b>	<b>14,9%</b>

Fonte: FEE

A densidade demográfica do Vale do Jaguari, em 2014, foi de 10,44 hab/km<sup>2</sup>, variando de 3,07 hab/km<sup>2</sup> em Capão do Cipó a 25,09 hab/km<sup>2</sup> em Nova Esperança. O índice médio do Vale do Jaguari é o menor entre os Coredes da RFP 8 e fica muito abaixo do índice médio do Estado, que é de 39,9 hab/km<sup>2</sup>. Esta informação, reforça a característica

da região com grandes extensões territoriais, destinadas à produção agropecuária extensiva em boa parte dos municípios.

Figura 8 - Densidade demográfica regional (2000 - 2014)



Fonte: adaptado pelos autores da FEE, 2016.

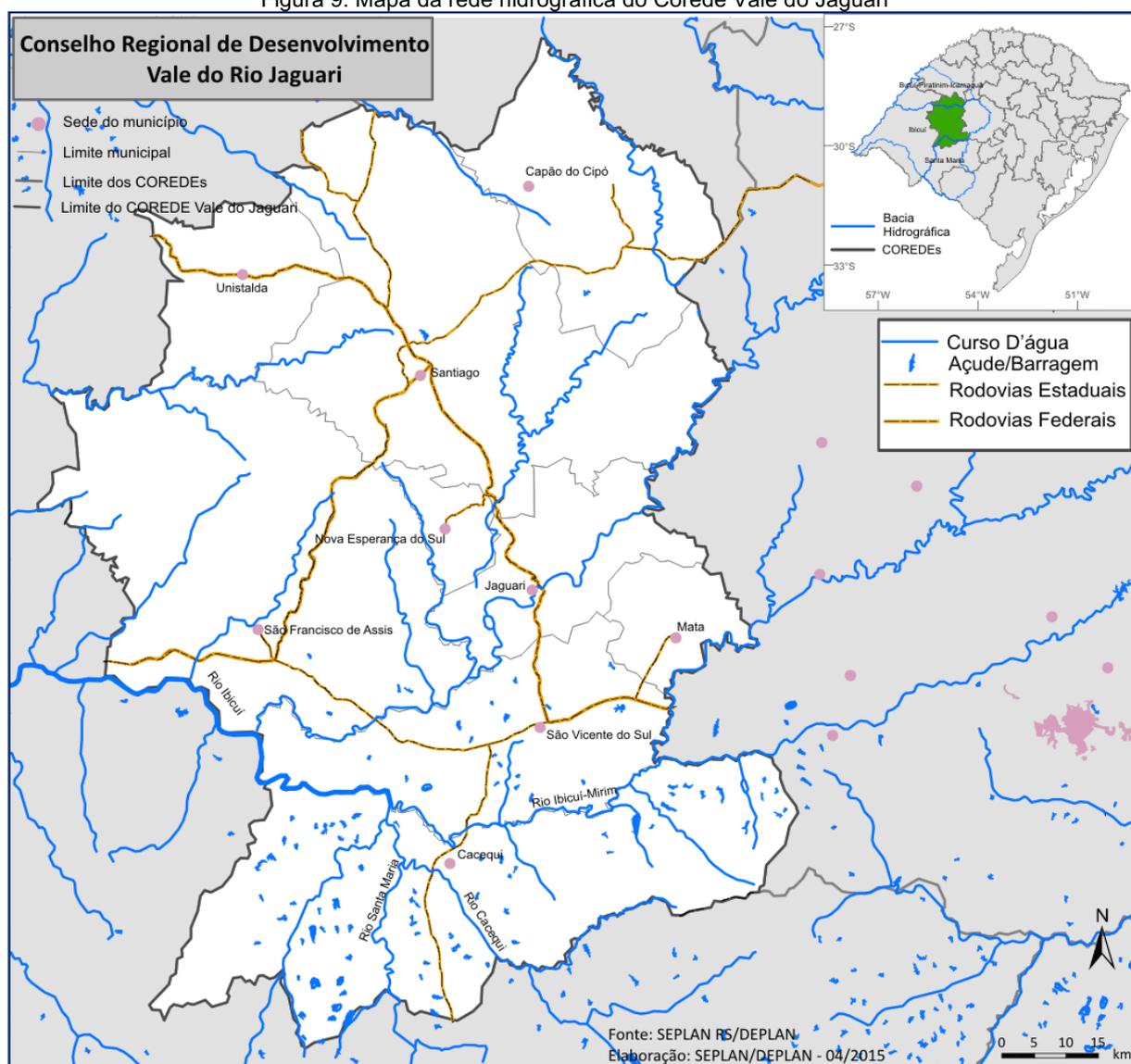
Conclui-se que a redução populacional da região entre 2000 e 2010 teve como origem a diminuição na taxa de natalidade, a migração, principalmente da população rural, para outras regiões, com provável destino a cidade de Santa Maria. Já no período entre 2010 e 2014, novamente alguns municípios perderam população, entretanto, a manutenção da população regional foi compensada pelo município de Santiago.

O êxodo rural e o envelhecimento populacional podem alterar as características econômicas e sociais da região, gerando demandas para atendimento de questões básicas, tais como saúde, educação, segurança e renda, os quais serão analisados posteriormente.

### 3.3 DIMENSÃO AMBIENTAL

O Corede Vale do Jaguari apresenta relativa disponibilidade de recursos hídricos, contando com uma malha hidrográfica superficial formada, na maior parte, por arroios e uma grande bacia coletora: a do rio Ibicuí, afluente do Rio Uruguai<sup>4</sup>. Esses contribuintes que formam o Ibicuí, e drenam o território, diluem os despejos dos esgotos dos núcleos urbanos e das agroindústrias locais e recebem também contaminantes oriundos das atividades agrícolas e pecuárias, principalmente na forma de resíduos de fertilizantes e agrotóxicos<sup>5</sup> ligados aos cultivos de arroz e de soja, entre outros, bem como dejetos originários da criação de animais.

Figura 9: Mapa da rede hidrográfica do Corede Vale do Jaguari



Fonte: Atlas Brasil – Agência Nacional das Águas. Elaboração: Seplan/Deplan 2015.

<sup>4</sup> Segundo o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, a bacia do Uruguai faz parte da Bacia do Rio da Prata, e abrange cerca de 57% da área total do Estado. O uso do solo da mesma está vinculado principalmente às atividades agrícolas, pecuária e agroindustriais.

<sup>5</sup> Foi constatada, nas análises de qualidade das águas do arroio Miracatu, no município de São Francisco de Assis, a presença de nitratos e fosfatos, compostos presentes em fertilizantes nitrogenados. In: SUERTEGARAY, Dirce; GUASSELLI, Laurindo; VERDUM, Roberto (org.). **Atlas da Arenização**: sudoeste do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Secretaria da Coordenação e Planejamento, 2001. p.19.

O potencial poluidor oriundo da atividade industrial no Vale do Jaguari não apresenta significativa contribuição para a contaminação da rede hidrográfica, uma vez que a região é classificada na escala de menor índice, entre 0% e 0,5%, sendo o índice mais baixo entre os Coredes da RFP8 e, também, um dos mais baixos do Estado<sup>6</sup>. A região se beneficia desta classificação justamente pela baixa concentração industrial, uma vez que a predominância econômica está ligada às atividades de serviços e agronegócios.

O principal problema ligado à água na região não diz respeito tanto à sua qualidade, mas sim à sua disponibilidade. A escassez hídrica é uma realidade no Corede, em função da sua formação geológico-geomorfológica e da ocorrência de repetidos períodos de estiagens e secas nos últimos anos.

Tabela 4 - Registros de desastres naturais por município (1991 - 2010)

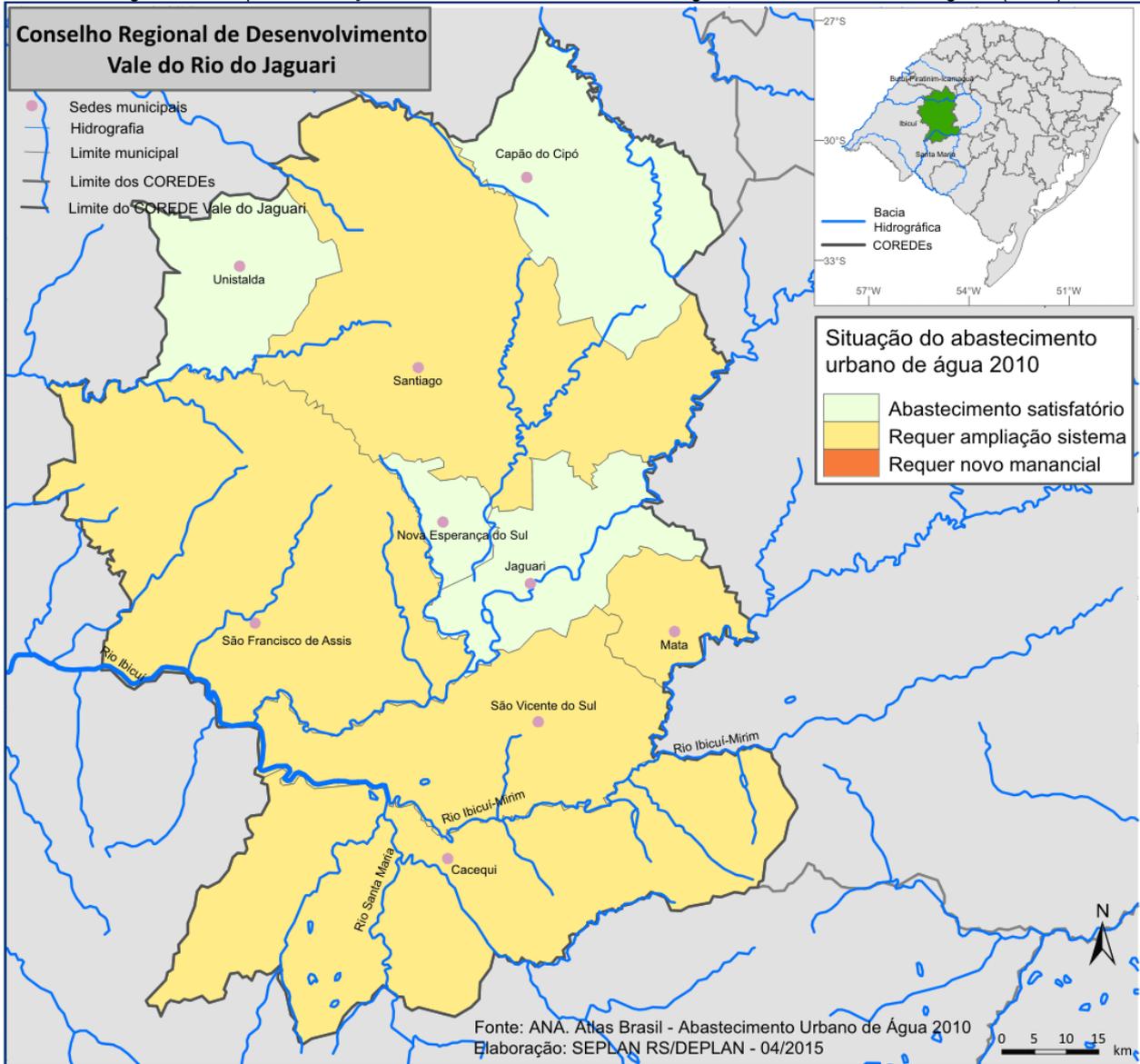
Município	Vendaval ou Ciclone	Granizo	Inundação Gradual	Inundação Brusca	Estiagem e Seca
Cacequi	1	2	3	2	4
Capão do Cipó	-	1	-	3	6
Jaguari	-	1	-	3	6
Mata	-	-	-	3	4
Nova Esperança do Sul	-	-	1	3	8
Santiago	1	-	-	2	9
São Francisco de Assis	1	-	-	2	7
São Vicente do Sul	-	-	1	2	10
Unistalda	3	-	2	-	8
<b>Corede Vale do Jaguari</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>20</b>	<b>62</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>654</b>	<b>405</b>	<b>371</b>	<b>832</b>	<b>2.643</b>

Fonte: Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 a 2010: Volume Rio Grande do Sul. CPED UFSC, 2011.

A ocorrência de estiagens periódicas em épocas de grande demanda por recursos hídricos nas lavouras de arroz ou outras culturas irrigadas presentes na região, principalmente nos meses de verão, faz a oferta de água diminuir drasticamente, levando ao estabelecimento de conflitos pelo uso do recurso. O abastecimento urbano de água reflete as condições gerais de disponibilidade do recurso e indica que há necessidade de ampliação do sistema na maior parte dos municípios, sendo que cinco núcleos urbanos utilizam mananciais subterrâneos para o abastecimento público e quatro utilizam mananciais superficiais.

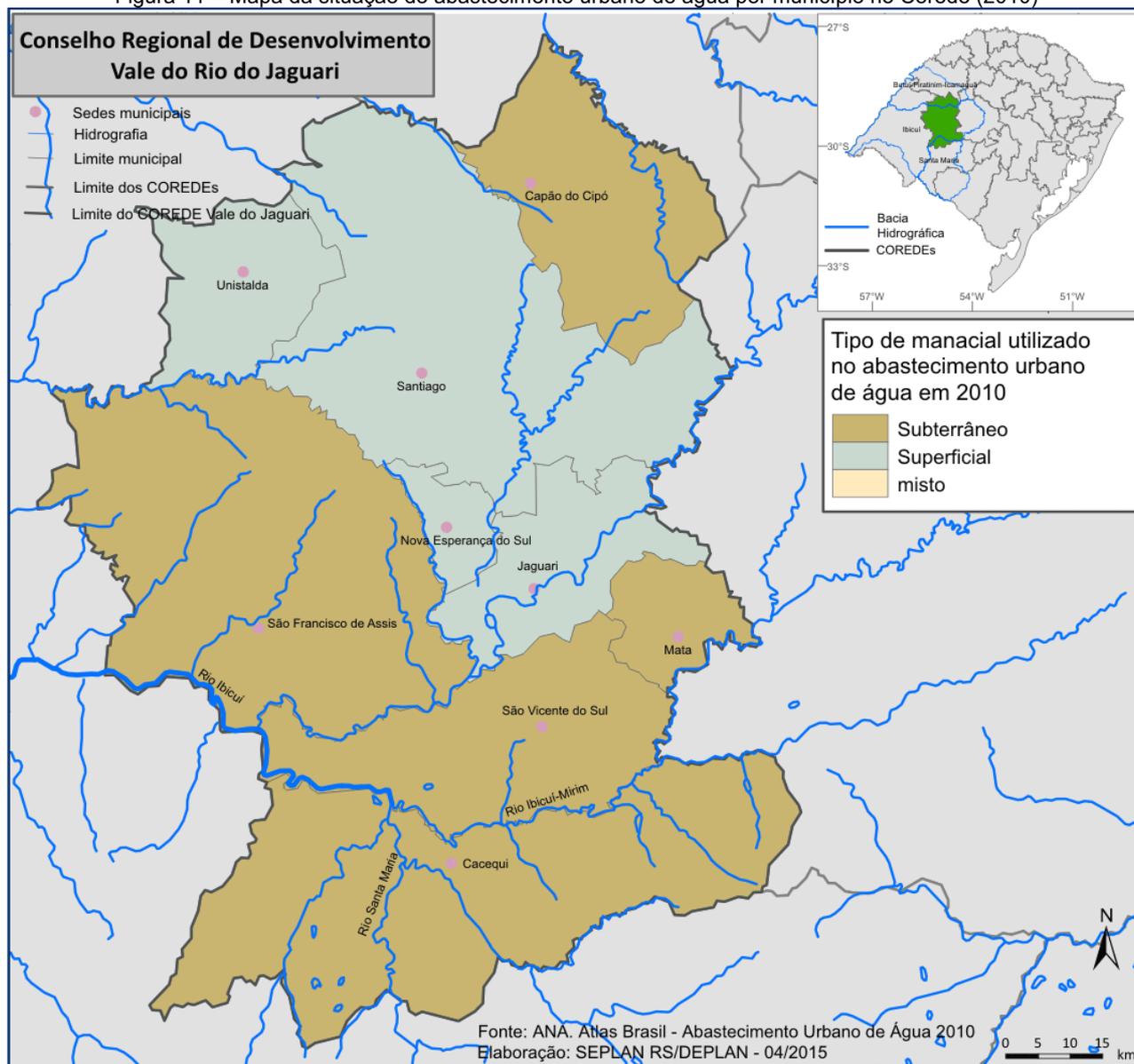
<sup>6</sup> Fundação de Economia e Estatística, Índice de Potencial Poluidor da Indústria por Corede, 2009.

Figura 10: Mapa da situação do abastecimento urbano de água no Corede Vale do Jaguari (2010)



Fonte: Atlas Brasil – Agência Nacional das Águas. Elaboração: Seplan/Deplan 2015.

Figura 11 – Mapa da situação do abastecimento urbano de água por município no Corede (2010)



Fonte: Atlas Brasil – Agência Nacional das Águas. Elaboração: Seplan/Deplan 2015.

A escassez crescente de água é uma tendência e pode inviabilizar atividades econômicas e sociais, prejudicando o desenvolvimento local. Por isso, as ações de gestão para o uso racional do recurso são cada vez mais importantes no caso do Corede Vale do Jaguari, onde o aproveitamento agrícola do solo é prejudicado também pela sua fragilidade natural. As atividades primárias nos municípios de Cacequi, São Francisco de Assis e Unistalda sofrem com mais essa limitação, pois os solos são rasos e estão sujeitos a processos de erosão por escoamento superficial, com a formação de voçorocas e de areais<sup>7</sup>. Daí a necessidade de preservação e recuperação da cobertura vegetal das encostas de morros e das matas ciliares para proteger o solo da erosão, viabilizando o aumento da produção e da produtividade na região através de técnicas adequadas de conservação do solo.

<sup>7</sup> SUERTEGARAY, Dirce; GUASSELLI, Laurindo; VERDUM, Roberto (org.). **Atlas da Arenização**: sudoeste do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Secretaria da Coordenação e Planejamento, 2001.

Para tratar das questões ambientais nos municípios do Vale do Jaguari, verificou-se, por meio de uma pesquisa junto às prefeituras dos nove municípios do Corede, que a maioria (seis) possui uma secretaria específica para tratar dos aspectos ligados ao meio ambiente e somente três possuem um setor vinculado a uma secretaria para tratar das demandas relacionadas à área. A principal dificuldade encontrada no âmbito municipal refere-se ao quadro reduzido de profissionais para licenciamento de empreendimentos, fazendo com que a maioria das demandas sejam encaminhadas para licenciamento pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), com prazos extremamente longos.

Na opinião de especialistas da área entrevistados, a falta de consciência ambiental é um dos principais problemas da região, uma vez que o mau uso de recursos naturais, o tratamento inadequado do lixo urbano e rural, o desmatamento em áreas de preservação com mato nativo, uso sem orientação de agrotóxicos, descarte inadequado de resíduos sólidos, depósito irregular de esgotos na rede pluvial e estabelecimentos sem licenciamento ambiental podem tornar-se um risco à saúde da população e, ao mesmo tempo, degradam o meio ambiente.

Foram identificadas, junto aos órgãos ambientais municipais, potencialidades relacionadas à preservação da bacia hidrográfica, estudos científicos e atividades voltadas à biodiversidade dos Biomas Pampa e Mata Atlântica, desenvolvimento de projetos na área de conscientização para a educação ambiental e exploração turística sustentável.

Sob o ponto de vista do aproveitamento ambiental como potencialidade regional, o Vale do Jaguari apresentar características que possibilitam explorar a geração de energias limpas, tais como biomassa e energia solar. Tais características são reveladas pela intensa atividade primária, especialmente na produção de arroz e soja, os quais geram insumos para este tipo de energia, bem como, as amplas áreas territoriais disponíveis para aproveitamento energético solar.

Incentivos regulatórios recentes, tais como os que estabelecem a possibilidade de compensação da energia excedente produzida por sistemas de menor porte (*net metering*) tem contribuído para a instalação de micro e mini usinas de geração distribuída de energia elétrica. Em 2015, a geração distribuída atingiu 34,9 GWh com uma potência instalada de 16,5 MW, com destaque para a fonte solar fotovoltaica, com 20,0 GWh e 13,3 MW de geração e potência instalada respectivamente. Do total de oferta interna da energia brasileira, 41,2% provém de energias renováveis, sendo que deste total, 16,9% provém da cana de açúcar e 4,7% de outras energias renováveis, tais como a energia solar e eólica. Entre 2014 e 2015 a oferta de energia solar teve variação de 97%, sendo a energia com maior crescimento percentual no período<sup>8</sup>.

Tais indicadores demonstram um cenário extremamente promissor para a geração de energias limpas no Brasil, no qual o Vale do Jaguari poderá também se inserir utilizando-se suas características regionais atuais e potenciais. O estímulo à pesquisa e aos empreendimentos deve fazer parte do esforço empreendido no sentido de diversificar a matriz produtiva, ampliando a geração de novos postos de trabalho, da renda e dos impostos na região.

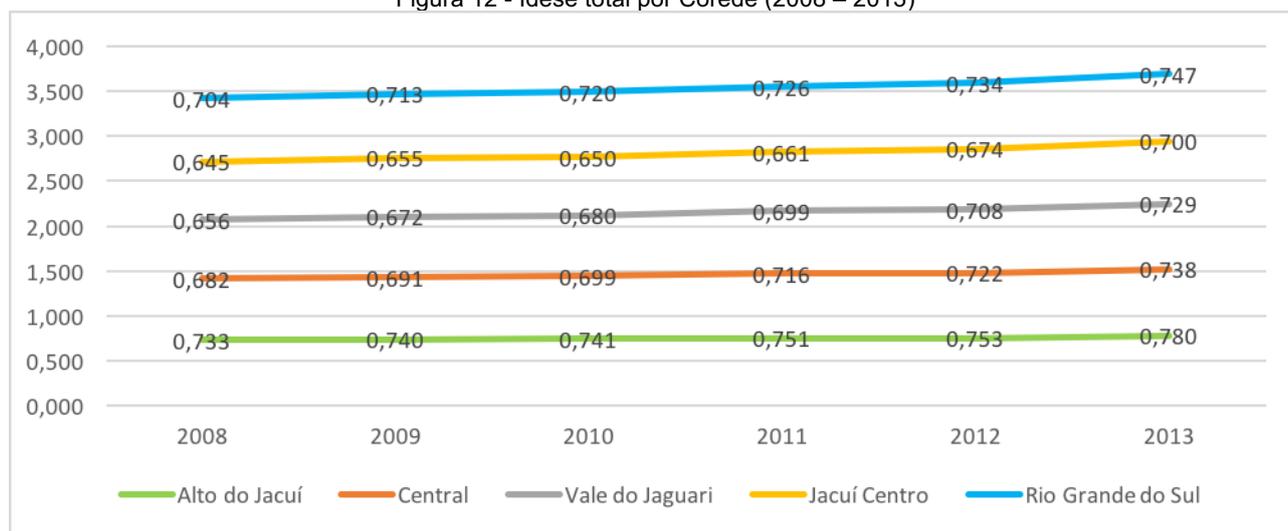
---

<sup>8</sup> Ministério de Minas e Energia, Balanço Energético Nacional (BEN) 2016.

### 3.4 DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL

Sob os aspectos sociais, a análise inicial busca estabelecer uma avaliação global do desempenho regional, por meio do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), que abrange aspectos de educação, saúde e renda. O Idese Total da região apresentou variação de 0,656 em 2008 para 0,729 em 2013, desempenho este que é inferior à média do Estado (0,747) e à média da maioria dos Coredes da RFP 8, conforme demonstrado abaixo.

Figura 12 - Idese total por Corede (2008 – 2013)



Fonte: adaptado pelos autores de FEE, 2016.

Em relação ao desempenho individual dos municípios, verifica-se que o maior crescimento no período foi do município de Mata (20%), seguido São Francisco de Assis (12%), Cacequi e Jaguari (11%). Os demais municípios tiveram variação inferior a 10% no período analisado. O município com melhor desempenho em 2013 foi Nova Esperança do Sul, com índice de 0,745, seguido por Santiago e Capão do Cipó com 0,733. Somente estes municípios ficaram acima da média da região.

Tabela 5 - Idese total dos municípios (2008 - 2013)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Cacequi	0,610	0,628	0,613	0,630	0,653	0,675
Capão do Cipó	0,711	0,692	0,680	0,716	0,697	0,733
Jaguari	0,648	0,655	0,661	0,671	0,678	0,719
Mata	0,547	0,538	0,562	0,588	0,602	0,657
Nova Esperança do Sul	0,725	0,710	0,718	0,732	0,750	0,745
Santiago	0,671	0,676	0,681	0,692	0,707	0,733
São Francisco de Assis	0,604	0,617	0,609	0,617	0,637	0,679
São Vicente do Sul	0,643	0,649	0,610	0,630	0,642	0,684
Unistalda	0,593	0,588	0,599	0,598	0,614	0,640
<b>Vale do Jaguari</b>	<b>0,656</b>	<b>0,672</b>	<b>0,680</b>	<b>0,699</b>	<b>0,708</b>	<b>0,729</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>0,704</b>	<b>0,713</b>	<b>0,720</b>	<b>0,726</b>	<b>0,734</b>	<b>0,747</b>

Fonte: FEE

### 3.4.1 Educação

Com o objetivo de se estabelecer uma avaliação na área da educação, foram analisados os seguintes indicadores: taxa de analfabetismo de pessoas com 10 anos ou mais, percentual de matrículas no ensino básico, fundamental, ensino de jovens e adultos (EJA), índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), nível de escolaridade e o Idese Educação.

A taxa média de analfabetismo de pessoas com 10 anos ou mais do Corede Vale do Jaguari foi de 8,9% em 2000 e 5,81 em 2010, ficando acima da média do Estado nos dois períodos, assim como dos demais Coredes da RFP 8. Todos os municípios evoluíram nesse indicador, porém, somente Nova Esperança do Sul superou a média regional. A variação média da região superou a média do Estado, que foi de 30% no período analisado.

Todos os municípios tiveram a taxa de analfabetismo acima da média do Estado, sendo que São Francisco de Assis e Unistalda apresentam os maiores índices

Tabela 6 - Taxa de analfabetismo (2000 – 2010)

<b>Municípios</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>Var. %</b>
Cacequi	9,99	6,98	30,13
Capão do Cipó	-	5,94	-
Jaguari	7,3	5,49	24,79
Mata	8,8	6,93	21,25
Nova Esperança do Sul	7,83	4,83	38,31
Santiago	6,28	4,35	30,73
São Francisco de Assis	10,22	8,01	21,62
São Vicente do Sul	8,86	6,86	22,57
Unistalda	11,93	8,44	29,25
<b>Corede Vale do Jaguari</b>	<b>8,90</b>	<b>5,81</b>	<b>34,72</b>
Corede Alto Jacuí	6,79	4,46	36,16
Corede Central	7,10	4,00	43,66
Corede Jacuí Centro		7,71	-
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>6,11</b>	<b>4,25</b>	<b>30,44</b>

Fonte: IBGE

Em relação às matrículas na educação infantil, verificou-se um aumento de 41,08% entre os anos de 2010 e 2015, superando o desempenho do Estado, que foi de 36,07%. Chama a atenção este dado, pois a pirâmide etária da população regional indica redução na população de 0 a 9 anos. Uma hipótese que justificaria esta questão é o aumento no número de escolas municipais de ensino infantil, meta esta prevista no plano nacional de educação.

Já em relação ao ensino fundamental, médio e EJA não se constata a mesma tendência. No ensino fundamental houve uma redução de 20,98% no número total de matrículas, sendo que esta redução é proveniente das matrículas em anos finais, o que levanta a hipótese de descontinuidade na escala de formação da população. No ensino médio a redução no número de matrículas foi de 48,07% e no EJA foi de 20,85%.

Tabela 7 – Matrículas educação infantil, ensino fundamental, médio e EJA (2010 – 2015)

Municípios	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio		EJA	
	2010	2015	2010	2015	2010	2015	2010	2015
Cacequi	269	381	1.964	1.518	477	361	511	278
Capão do Cipó	57	64	485	439	96	89	63	50
Jaguari	169	213	1.460	1.057	439	301	157	71
Mata	74	145	757	540	186	192	0	0
Nova Esperança do Sul	174	235	641	501	221	140	53	80
Santiago	1.426	2.016	6.449	5.322	1.934	1.814	694	717
São Francisco de Assis	344	474	2.572	2.021	829	584	210	144
São Vicente do Sul	179	259	1.386	1.064	517	189	255	187
Unistalda	22	42	417	284	143	143	37	50
<b>Corede Vale do Jaguari</b>	<b>2.714</b>	<b>3.829</b>	<b>16.131</b>	<b>12.746</b>	<b>4.842</b>	<b>3.813</b>	<b>1.980</b>	<b>1.567</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>276.695</b>	<b>376.492</b>	<b>1.529.550</b>	<b>1.330.075</b>	<b>411.485</b>	<b>363.975</b>	<b>154.725</b>	<b>142.933</b>

Fonte: FEE

Contribui com a mesma tendência apresentada anteriormente o desempenho dos municípios no IDEB. Os dados da tabela abaixo demonstram que, historicamente, a região apresentou um índice menor nas séries finais do que nas séries iniciais do ensino fundamental. Em 2013, a região apresentou um índice médio do IDEB nas séries iniciais de 5,6, o que era superior ao desempenho do Estado (5,4) e ao Brasil (4,9). Em 2015, a média da região passou para 5,8, mantendo-se acima da média do Estado (5,5) e do Brasil (5,3).

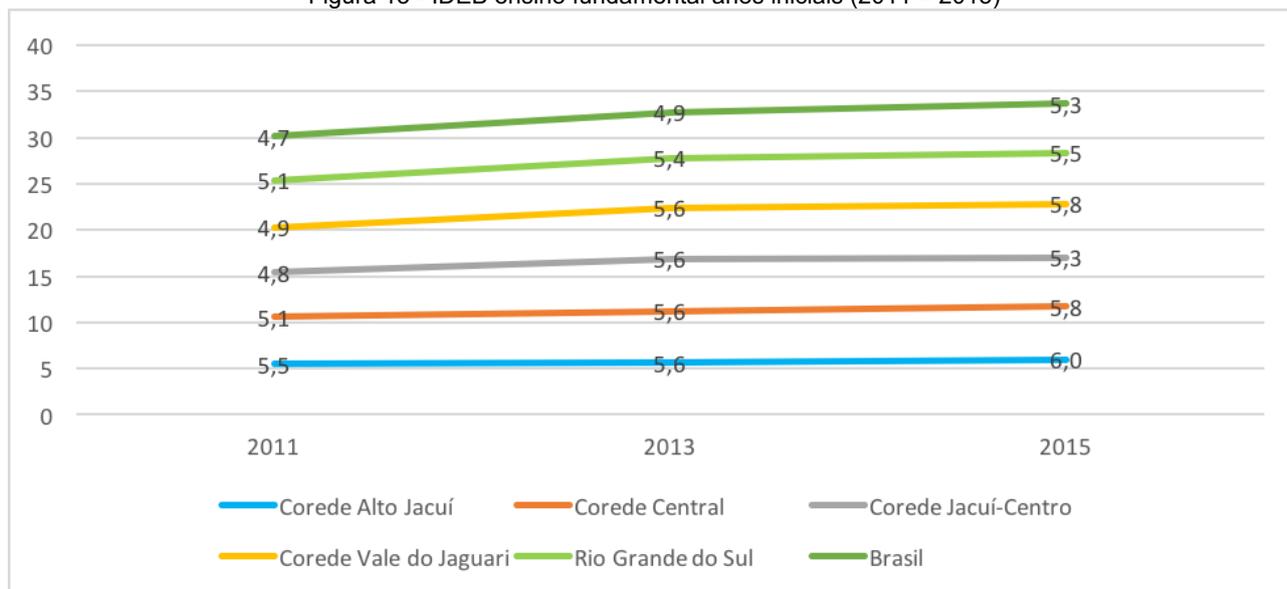
Tabela 8 - IDEB dos municípios do Corede (2011 - 2015)

Município	Séries Iniciais			Séries Finais		
	2011	2013	2015	2011	2013	2015
Cacequi	5.0	5.0	5.7	3.1	3.6	3.8
Capão do Cipó	5.0	5.6	5.4	3.6	3.4	*
Jaguari	4.4	5.6	5.9	4.1	4.2	3.8
Mata	5.1	6.3	6.5	3.5	4.4	4.0
Nova Esperança do Sul	5.3	6.0	6.3	3.6	4.9	4.3
Santiago	5.4	6.0	5.9	4.2	4.3	4.1
São Francisco de Assis	4.7	5.1	5.5	3.8	3.8	4.3
São Vicente do Sul	4.6	4.9	5.5	3.2	3.4	4.2
Unistalda	**	**	**	5.0	4.9	**
<b>Corede Vale do Jaguari</b>	<b>4,9</b>	<b>5,6</b>	<b>5,8</b>	<b>3,5</b>	<b>4,4</b>	<b>4,0</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>5,1</b>	<b>5,4</b>	<b>5,5</b>	<b>3,8</b>	<b>3,9</b>	<b>4</b>
<b>Brasil</b>	<b>4,7</b>	<b>4,9</b>	<b>5,3</b>	<b>3,9</b>	<b>4</b>	<b>4,2</b>

Fonte: INEP 2016

Comparando o desempenho da região com os demais Coredes da RFP8, o Vale do Jaguari teve desempenho abaixo apenas do Corede Alto Jacuí (6,0).

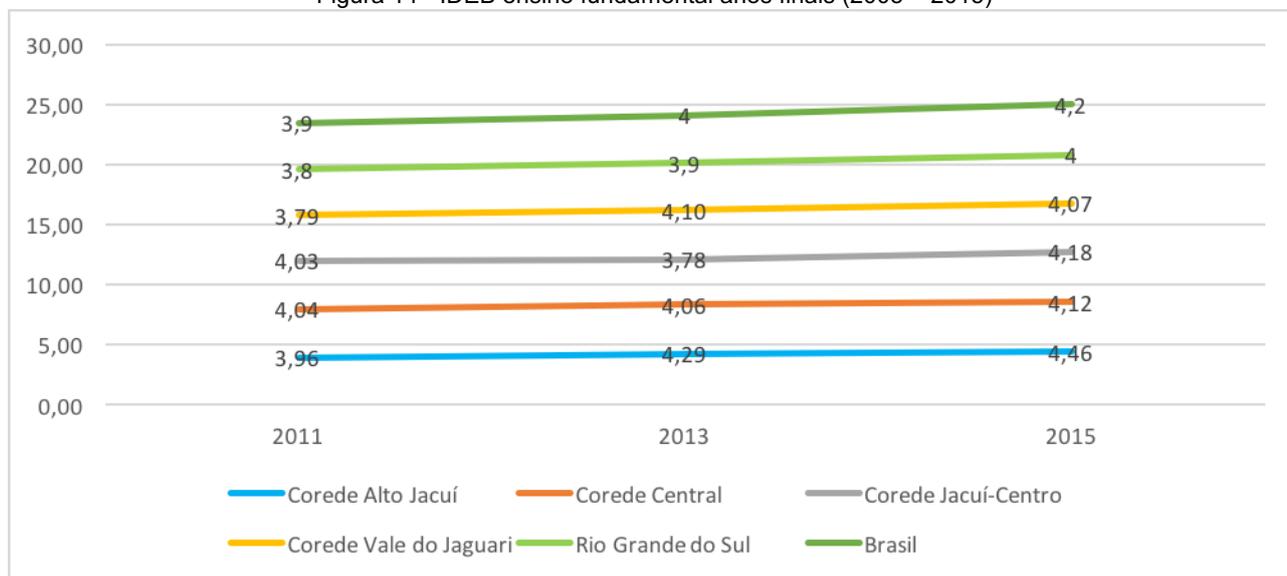
Figura 13 - IDEB ensino fundamental anos iniciais (2011 – 2015)



Fonte: adaptado pelos autores do INEP, 2016.

Na avaliação do IDEB nas séries finais do ensino fundamental, o desempenho da região em 2013 foi de 4,10 e em 2015 de 4,07. Mesmo apresentando uma pequena queda, o indicador manteve-se acima da média do Estado em ambos os períodos. Em relação aos Coredes RFP 8, a média do Vale do Jaguari em 2015 ficou abaixo de todos os demais.

Figura 14 - IDEB ensino fundamental anos finais (2005 – 2015)



Fonte: adaptado pelos autores do INEP, 2016.

Contribui com a análise apresentada o percentual de pessoas por grupo de estudo, no qual a região apresentou em 2010, uma concentração de 41,51% da população com ensino fundamental completo, índice este abaixo da média do Estado (56,29%) e do Brasil (54,92%). De maneira geral, o desempenho médio da região é inferior ao do Estado e ao do Brasil em todas as escalas de avaliação, agravando-se na medida em que aumenta a idade da população.

Os municípios de Mata e Unistalda apresentam os menores índices de escolarização, tanto no ensino médio quanto no ensino fundamental. Já em relação ao

ensino superior, os municípios de Mata e Unistalda apresentam os menores desempenhos. Os municípios de Santiago e São Vicente do Sul tem índices acima da média regional no ensino superior, devido à disponibilidade de instituições de ensino instaladas nestes locais.

Tabela 9 - Nível de escolaridade acima dos 18 anos (2000 – 2010)

Municípios	18 anos ou mais com fundamental completo		18 anos ou mais com médio completo		25 anos ou mais com superior completo	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Cacequi	31,55	48,72	17,35	30,87	3,4	5,95
Capão do Cipó	21,63	32,27	4,99	18,65	-	3,56
Jaguari	32,74	42,92	18,89	24,17	3,78	7,39
Mata	21,4	32,85	13,54	18,21	2,4	3,05
Nova Esperança do Sul	27,18	47,43	13,26	28,48	1,73	4,71
Santiago	44,09	57,80	26,53	39,66	6,84	12,95
São Francisco de Assis	22,21	37,08	12,55	21,08	4,42	5,74
São Vicente do Sul	32,05	43,11	18,08	27,94	4,52	8,21
Unistalda	17,43	31,45	4,41	18,05	0,41	4,54
<b>Corede</b>	<b>27,81</b>	<b>41,51</b>	<b>14,39</b>	<b>25,23</b>	<b>3,44</b>	<b>6,23</b>
<b>RS</b>	<b>41,9</b>	<b>56,29</b>	<b>25,52</b>	<b>37,73</b>	<b>7,21</b>	<b>11,28</b>
<b>Brasil</b>	<b>39,76</b>	<b>54,92</b>	<b>24,67</b>	<b>37,89</b>	<b>6,77</b>	<b>11,27</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Para finalizar a análise dos aspectos educacionais, é válido verificar a representatividade da qualidade da educação por meio do Idese Educação, que permite avaliar as seguintes variáveis: pré-escola, escolaridade adulta, ensino médio, ensino fundamental, anos iniciais e finais.

O desempenho geral do Corede Vale do Jaguari em 2008 foi de 0,618 e em 2013 de 0,702. Dos subgrupos que compõe este indicador, verifica-se que o desempenho do Corede nos anos finais (0,633) é inferior ao do Estado (0,646), corroborando com a tese de descontinuidade escolar apresentada anteriormente.

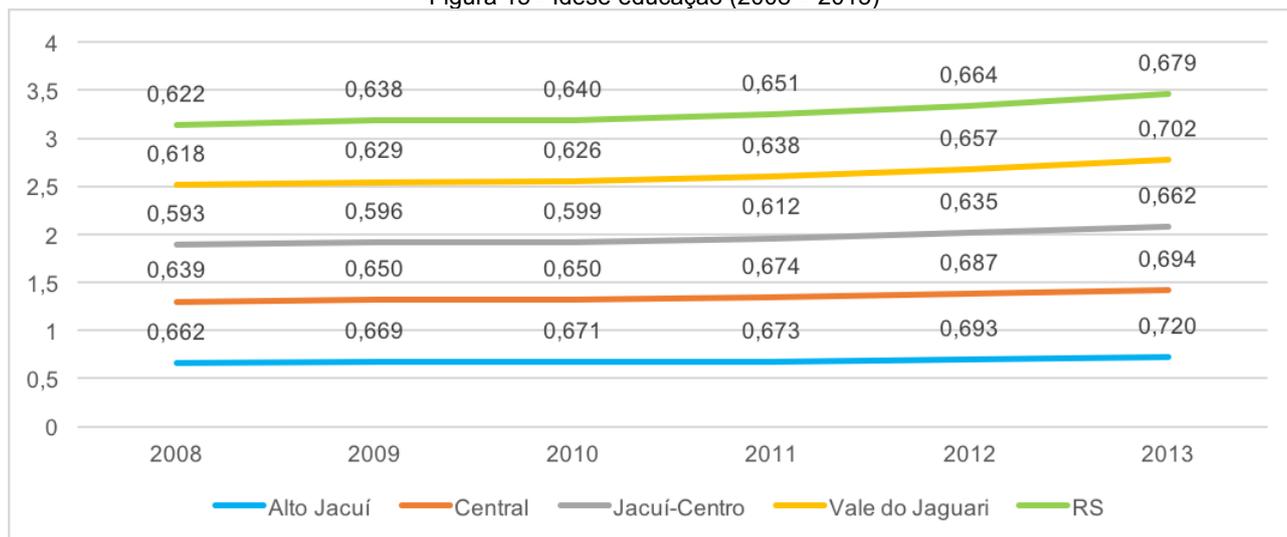
Tabela 10 - Idese educação dos municípios do Corede (2008 - 2013)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Cacequi	0,583	0,603	0,579	0,608	0,636	0,670
Capão do Cipó	0,613	0,606	0,558	0,619	0,625	0,592
Jaguari	0,61	0,591	0,613	0,627	0,618	0,692
Mata	0,467	0,427	0,484	0,489	0,503	0,620
Nova Esperança do Sul	0,731	0,706	0,695	0,737	0,772	0,748
Santiago	0,644	0,66	0,66	0,679	0,704	0,735
São Francisco de Assis	0,558	0,57	0,579	0,563	0,604	0,644
São Vicente do Sul	0,551	0,544	0,56	0,568	0,558	0,627
Unistalda	0,549	0,529	0,532	0,538	0,634	0,661
<b>Corede Vale do Jaguari</b>	<b>0,618</b>	<b>0,629</b>	<b>0,626</b>	<b>0,638</b>	<b>0,657</b>	<b>0,702</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>0,622</b>	<b>0,638</b>	<b>0,64</b>	<b>0,651</b>	<b>0,664</b>	<b>0,679</b>

Fonte: FEE

No período de 2008 a 2013 o Vale do Jaguari apresentou um crescimento de 13,6% no Idese Educação, sendo a melhor variação entre os Coredes da RFP 8.

Figura 15 - Idese educação (2008 – 2013)



Fonte: adaptado pelos autores de FEE, 2016.

### 3.4.2 Saúde

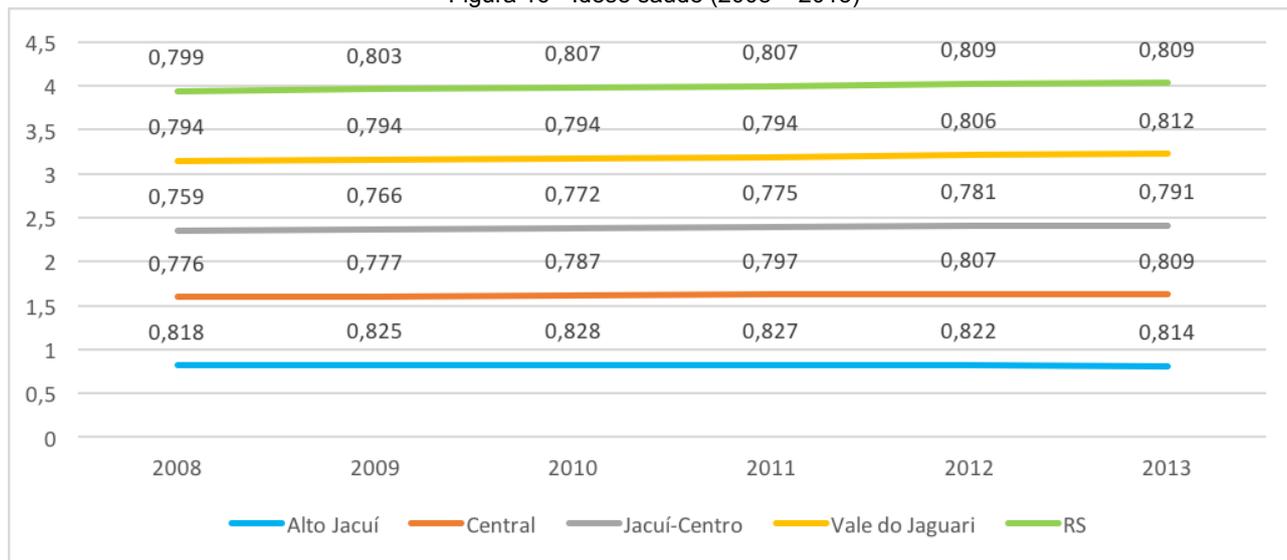
Sob o ponto e vista da saúde, as políticas públicas estaduais e as demandas do Vale do Jaguari são tratadas pela 4ª Coordenadoria Estadual de Saúde, que fica instalada no município de Santa Maria. Este órgão atende 32 municípios, divididos em duas grandes regiões que são subdivididas com critérios diferentes dos Coredes. Isto faz com que as demandas do Vale do Jaguari sejam tratadas conjuntamente às demandas do Corede Central e do Corede Fronteira Oeste.

A infraestrutura de saúde no Vale do Jaguari é composta por 14 postos de saúde, 7 hospitais gerais com um total de 403 leitos e 182 estabelecimentos que atuam na área da saúde, tais como farmácias, drogarias, clínicas médicas, odontológicas, nutricionistas, fisioterapeutas, laboratórios, entre outros. Todos os municípios contam com pelo menos uma unidade básica de saúde.

As maiores unidades hospitalares da região estão instaladas nos municípios de Santiago, São Francisco de Assis e Cacequi, os quais são referência aos demais municípios para cirurgias, ultrassonografias, atendimento médico obstétrico, pediátrico, de saúde mental, oftalmológico, traumatológico e otorrinolaringologia. O Hospital de Caridade de Santiago dispõe de um Centro de Tratamento Intensivo (CTI) e de um moderno Centro de Diagnóstico por Imagem, que é referência regional. Somente os municípios de Capão do Cipó, Nova Esperança do Sul e Unistalda não possuem unidades hospitalares.

Em 2013, o desempenho da região no Idese Saúde (0,812) foi superior à média do Estado (0,809), ocupando a 14ª posição entre os Coredes do RS e a 2ª entre os Coredes da RFP 8, ficando atrás apenas do Corede Alto Jacuí (0,814).

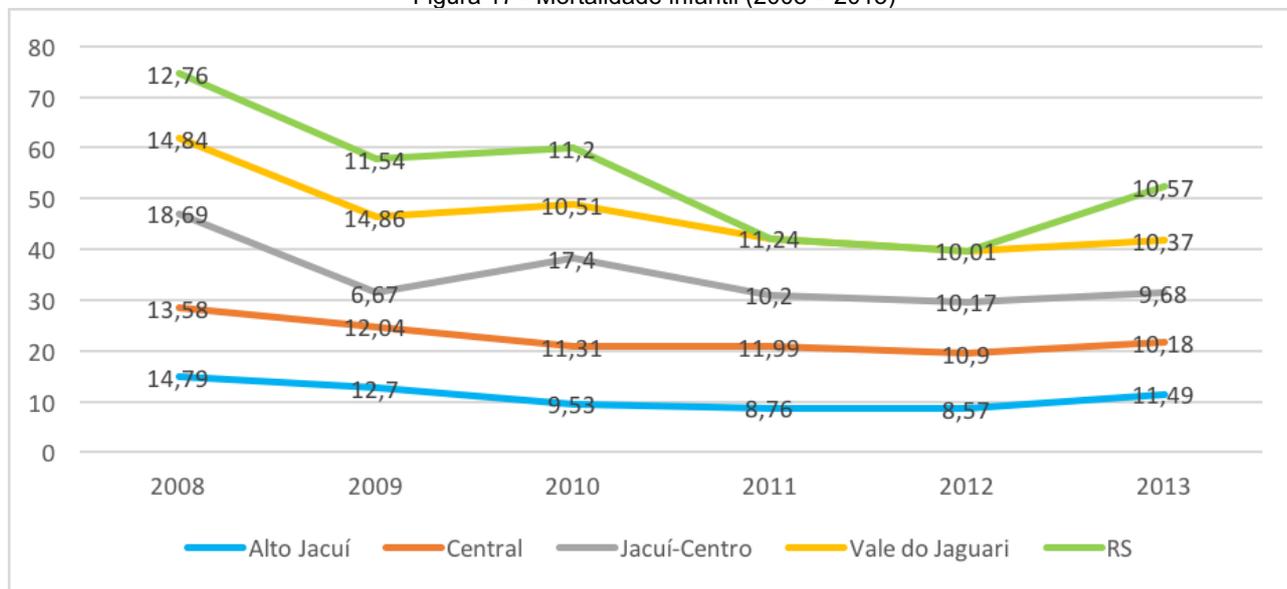
Figura 16 - Idese saúde (2008 – 2013)



Fonte: adaptado pelos autores de FEE, 2016.

Relacionado ao tema mortalidade infantil, o índice regional variou de 14,84 a cada mil nascidos vivos em 2008 para 10,37 em 2013. Este índice é melhor do que a média do Estado (10,57) e do Corede Alto Jacuí (11,49) na RFP 8, entretanto, ainda está acima do recomendado pela OMS, que é de 10 para cada mil nascidos (não há dados estatísticos do Estado nos anos de 2011 e 2012).

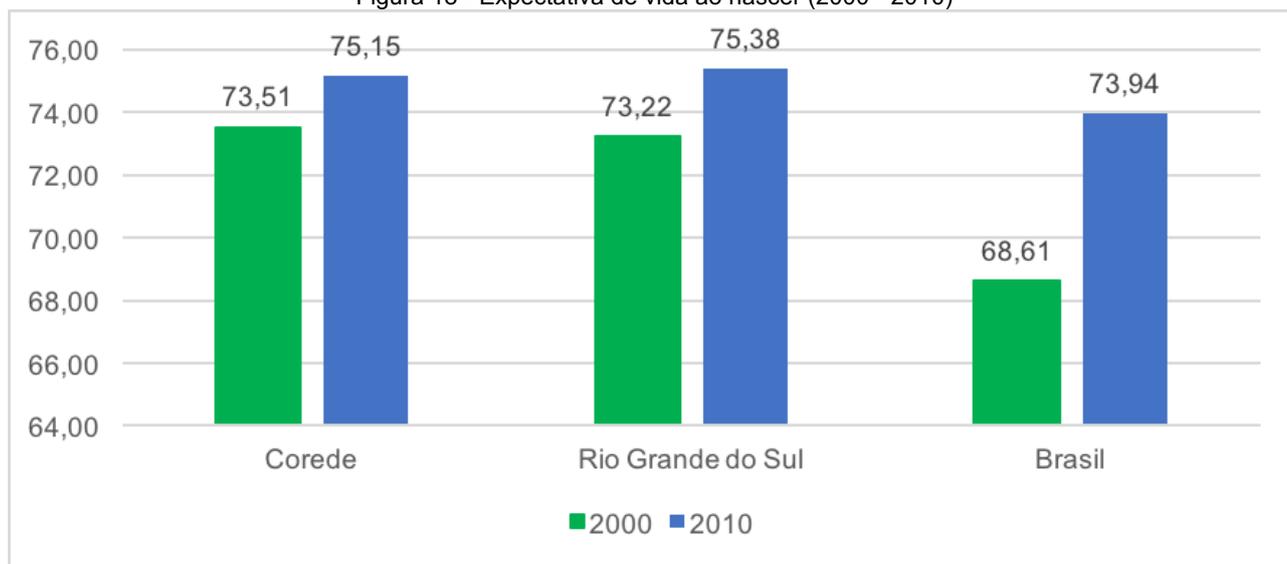
Figura 17 - Mortalidade infantil (2008 – 2013)



Fonte: adaptado pelos autores de FEE, 2016.

Em relação à expectativa de vida ao nascer, o desempenho regional também melhorou no período 2000 a 2010, passando de 73,51 anos para 75,51 anos, ficando muito próximo da média do Estado que foi de 75,38 e muito acima da média nacional, que foi de 73,94 em 2010. Este dado também justifica o aumento da população com idade acima dos 60 anos na região apresentado nos aspectos demográficos desta pesquisa.

Figura 18 - Expectativa de vida ao nascer (2000 - 2010)



Fonte: FEE

### 3.4.3 Segurança

Para avaliar os aspectos de segurança na região, foram levantados indicadores dos registros de ocorrências em tráfico e posse de entorpecentes, estelionatos, roubos e furtos no período de 2012 e 2015.

Em relação ao número de roubos, a região teve uma redução de 12,24% no total de ocorrências, mantendo-se muito abaixo da média do RS que foi de 64%. As maiores incidências desta ocorrência estão no município de Santiago (58%) e Cacequi (16,3%). Já em relação aos furtos houve um aumento de 3,52% no Corede, enquanto que no Estado houve uma redução de 11%. As maiores ocorrências são nos municípios de Santiago (43,4%), São Francisco de Assis (16,1%) e Cacequi (15,6%).

O número de ocorrências de tráfico de entorpecentes cresceu 151% no período avaliado, muito acima da média do Estado, que foi de 23,07%. A maior quantidade de registros ocorreu no município de Santiago, com variação de 122%. Em posse de entorpecentes, o município de Santiago também apresentou significativo crescimento de 241%, representando 85,9% do total de ocorrências na região.

Já em relação aos estelionatos, houve uma redução de 47,4% no número de ocorrências na região. Somente o município de Capão do Cipó apresentou aumento neste indicador. A maior variação ocorreu no município de São Francisco de Assis, com queda de 72,7% nos registros de estelionatos.

Tabela 11 - Indicadores criminais (2012 – 2015)

Municípios	Roubos		Furtos		Entorpecentes				Estelionato	
	2012	2015	2012	2015	Tráfico		Posse		2012	2015
					2012	2015	2012	2015		
Cacequi	8	14	246	239	4	3	9	6	15	13
Capão do Cipó	-	0	30	28	-	-	-	-	1	2

Jaguari	4	6	92	89	1	4	-	4	12	7
Mata	1	5	62	53	-	-	-	-	3	1
Nova Esperança do Sul	1	6	46	44	-	-	2	2	7	5
Santiago	74	50	676	663	44	122	41	140	115	61
São Francisco de Assis	9	4	179	246	4	6	12	6	22	6
São Vicente do Sul	1	1	120	144	1	1	-	2	13	4
Unistalda	-	0	26	23	-	-	-	3	2	1
<b>Corede Vale do Jaguari</b>	<b>98</b>	<b>86</b>	<b>1.477</b>	<b>1.529</b>	<b>54</b>	<b>136</b>	<b>64</b>	<b>163</b>	<b>190</b>	<b>100</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>48.144</b>	<b>79.112</b>	<b>177.617</b>	<b>158.009</b>	<b>7.300</b>	<b>8.984</b>	<b>10.031</b>	<b>11.116</b>	<b>17.667</b>	<b>15.517</b>

Fonte: FEE

No estudo Retrato da Violência contra a Mulher no RS, o Vale do Jaguari foi representado pela microrregião de Santiago, a qual apresentou em 2012 o 6º pior índice comparado com as outras 35 regiões do Estado, com 102 ocorrências para cada 100 mil habitantes. Do total de ocorrências, 61% acontecem na residência, tendo como idade média das vítimas entre 17 e 35 anos.

### 3.4.4 Habitação

O Corede Vale do Jaguari contabilizou, em 2010, 40.629 domicílios, dos quais 77% eram urbanos e 23% eram rurais. Os municípios com maior concentração das residências na área urbana são Santiago (91%) Cacequi (86%), Nova Esperança do Sul (77%) e São Francisco de Assis (70%).

Do total de domicílios, 73,5% eram habitações próprias, 22,6% habitações alugadas, cedidas ou outra forma de moradia.

### 3.4.5 Cultura

A região tem como principal evento cultural a Semana Farroupilha, com apresentações tradicionalistas e folclóricas, acompanhada do desfile Farroupilha no dia 20 de setembro. O movimento ocorre em Centros Tradicionalistas Gaúchos (CTGs), piquetes, associações, escolas e em diversos locais públicos.

Santiago é o município que oferece o maior número de opções em atividades culturais, denominada como a “Terra dos Poetas”. Realiza anualmente a feira do livro e possui a Casa do Poeta, local em que são realizados lançamentos de livros, oficinas e atividades culturais. O município ainda conta com o museu Pedro Palmeiro, a biblioteca pública Melvin Jones, e a Estação do Conhecimento (antiga estação férrea), local onde é contada a história das ferrovias e dos ferroviários e onde são promovidas exposições, pesquisas e leituras. Recentemente foi inaugurado um cinema, sendo o único da região.

Jaguari tem como o principal evento o Carnaval de Rua, que reúne mais de 10 mil pessoas da região e de outros municípios. Ainda promove a tradicional festa do Colono e do Motorista e o Grito do Nativismo Gaúcho de Jaguari, festival este já consagrado no cenário nativista do RS. Possui também uma biblioteca pública municipal. Preserva traços da colonização italiana até hoje, por meio da agricultura, gastronomia e da Rota Turística Nostra Colônia.

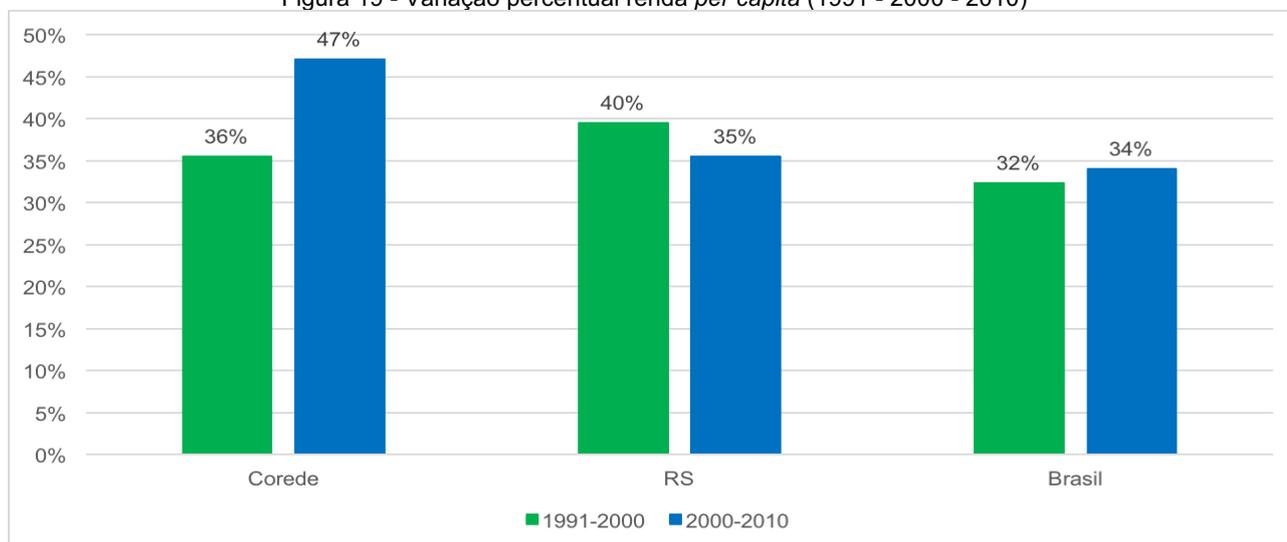
Cacequi promove anualmente a Feira do Livro e possui o museu da História Ferroviária. Mata possui o museu Fragmentos do Tempo e o Museu Municipal. Nova

Esperança do Sul promove o festival Gruta em Canto. São Vicente do Sul promove anualmente o Baile de Kerb's e possui a Biblioteca Pública Municipal José Loy de Menezes. São Francisco de Assis possui o Museu Municipal Cônego Hugo e a Biblioteca Pública Municipal.

### 3.4.6 Equidade e Inclusão Social

Analisar dados referentes à equidade e inclusão social nos permite avaliar, com mais detalhe, a geração, apropriação e distribuição de renda na região. Diante disso, a primeira variável em análise é a renda *per capita* da região, que no período de 1991 a 2000 variou 36% e no período de 2000 a 2010 variou 47%. Nos dois períodos avaliados a região teve desempenho superior às médias do Estado e do Brasil, conforme demonstrado abaixo.

Figura 19 - Variação percentual renda *per capita* (1991 - 2000 - 2010)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Mesmo com variação superior às médias estaduais e nacionais, verifica-se uma disparidade muito grande na renda *per capita* média entre os municípios. Em 2010, o município de Santiago apresentou renda *per capita* de R\$ 828,78, seguido por Jaguari, com R\$ 772,25, e Nova Esperança do Sul com R\$ 717,70. Por outro lado, o município de Capão do Cipó, que apresenta o maior PIB *per capita* da região, possui uma das menores rendas *per capita* do Estado, com R\$ 426,09, o que indica que a renda gerada não é apropriada no município. O município de menor renda *per capita* média do Corede foi Unistalda, com R\$ 392,38.

Tabela 12 - Renda *per capita* dos municípios do Corede (1991 - 2000 - 2010)

Municípios	Renda <i>per capita</i>		
	1991	2000	2010
Cacequi	R\$ 293,37	R\$ 356,93	R\$ 550,88
Capão do Cipó	R\$ 259,87	R\$ 328,46	R\$ 426,09
Jaguari	R\$ 340,65	R\$ 487,97	R\$ 772,25
Mata	R\$ 294,36	R\$ 335,21	R\$ 484,75
Nova Esperança do Sul	R\$ 336,27	R\$ 390,57	R\$ 717,70

Santiago	R\$ 370,52	R\$ 597,58	R\$ 828,78
São Francisco de Assis	R\$ 239,95	R\$ 353,50	R\$ 553,81
São Vicente do Sul	R\$ 371,04	R\$ 527,85	R\$ 614,13
Unistalda	R\$ 173,46	R\$ 253,81	R\$ 392,38
<b>Corede</b>	<b>R\$ 297,72</b>	<b>R\$ 403,54</b>	<b>R\$ 593,42</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>R\$ 507,61</b>	<b>R\$ 708,12</b>	<b>R\$ 959,24</b>
<b>Brasil</b>	<b>R\$ 447,56</b>	<b>R\$ 592,46</b>	<b>R\$ 793,87</b>

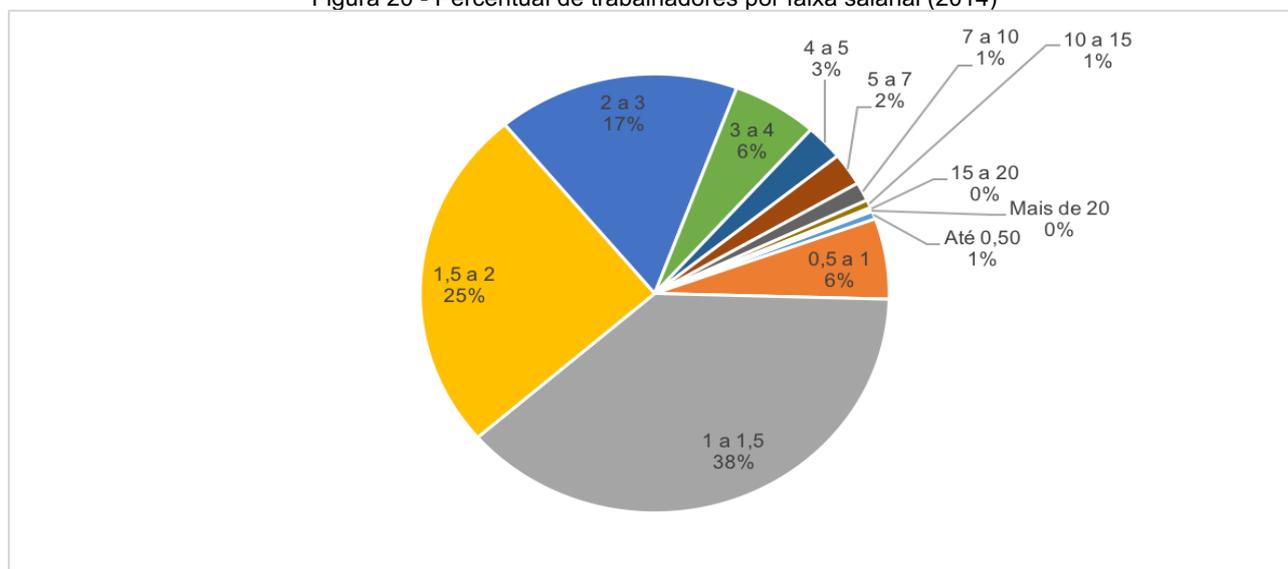
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano

A segunda variável em análise é a faixa salarial dos trabalhadores da região, que, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2014, a região apresentava a maior concentração de trabalhadores na faixa salarial de 1 a 3 salários, correspondendo à 87% do total de trabalhadores da região. Deste grupo de trabalhadores, a predominância está na faixa salarial de 1 a 1,5 salários, sendo esta uma característica de mão de obra voltada ao comércio e serviços de baixa especialidade.

Por outro lado, é possível constatar um grupo extremamente restrito de trabalhadores com faixa salarial entre 7 e mais de 20 salários. Esta faixa salarial corresponde à 2% do total de trabalhadores, a qual tem como característica principal alta especialidade na sua ocupação da função. Está centralizada fortemente no município de Santiago, que responde por 62% do total deste grupo de trabalhadores. A hipótese que justifica esta concentração é a demanda por profissionais empregados nas instituições de ensino superior, nas unidades militares na construção civil.

Ao mesmo tempo, há um grupo de trabalhadores com faixa salarial de 3 a 7 salários, considerada uma renda média alta. Este grupo representa 11% do total de trabalhadores da região, sendo que a maior concentração está na faixa inicial de 3 a 4 salários.

Figura 20 - Percentual de trabalhadores por faixa salarial (2014)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

O quarto ponto em análise refere-se ao percentual da população com acesso ao Bolsa Família, no qual a média regional reduziu entre 2013 e 2015, conforme demonstrado abaixo, mesmo assim, constata-se índices significativos nos municípios de Cacequi, Capão do Cipó e Unistalda.

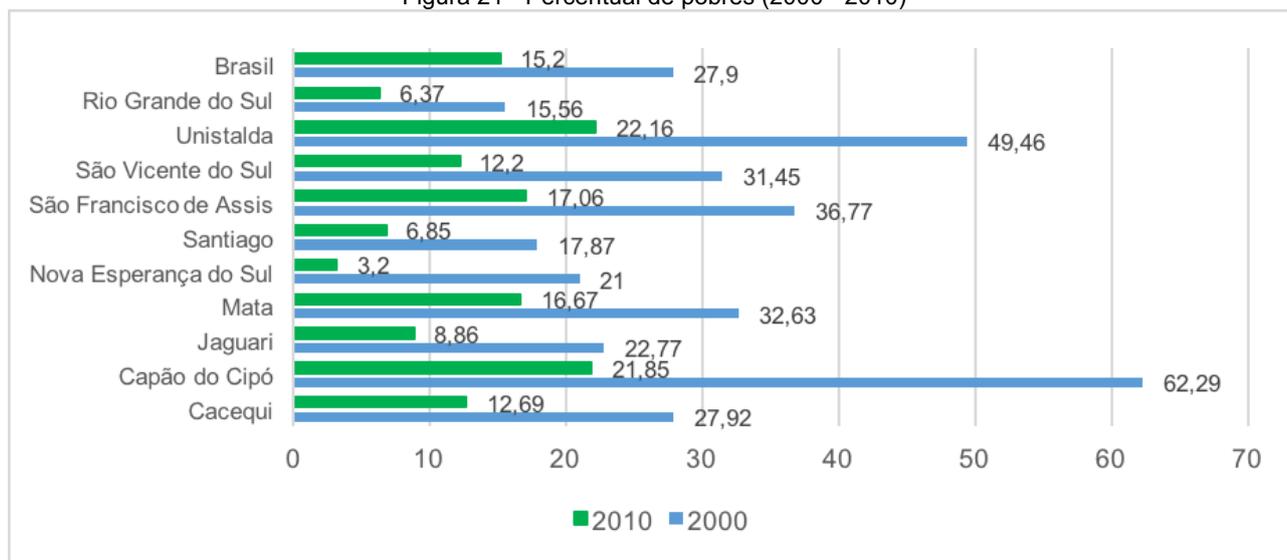
Tabela 13 - Percentual da população com Bolsa Família (2013 – 2015)

Municípios	2013	2014	2015
Cacequi	11,49	12,26	12,73
Capão do Cipó	14,93	14,59	14,36
Jaguari	8,05	6,97	6,79
Mata	9,57	8,72	9,87
Nova Esperança do Sul	5,97	4,53	3,71
Santiago	6,96	5,60	4,90
São Francisco de Assis	11,81	10,04	9,33
São Vicente do Sul	10,84	9,57	9,21
Unistalda	15,08	14,57	15,19
<b>Corede Vale do Jaguari</b>	<b>9,13</b>	<b>7,99</b>	<b>7,61</b>

Fonte: Governo Federal: Portal da Transparência

Contribui com a avaliação da renda o índice de pobreza, no qual, em 2010, a maioria dos municípios (8) apresentou índice superior à média do Estado (6,37) e do Brasil (15,2). O maior percentual de pobres está no município de Unistalda (22,16%), seguido por Capão do Cipó (21,85%), São Francisco de Assis (17,06%) e Mata (16,67%). Os demais municípios ficam abaixo de 15%. Somente o município de Nova Esperança do Sul possui índice abaixo das médias estadual e nacional.

Figura 21 - Percentual de pobres (2000 - 2010)



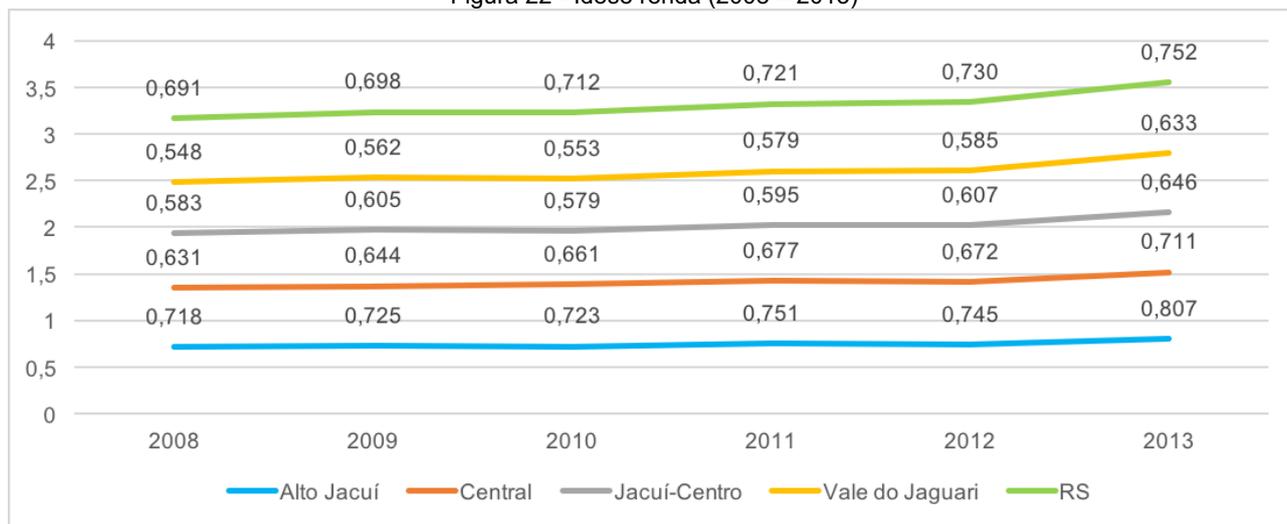
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Por fim, a análise dos aspectos de renda se debruça sob o Idese renda. Este, por sua vez, determina aspectos de geração e apropriação de renda nos municípios

No período de 2008 a 2013 o Vale do Jaguari apresentou uma evolução de 15,53% no Idese Renda, passando de 0,548 para 0,633, ainda assim ocupou a última posição entre os Coredes da RFP 8. Em relação aos demais Coredes, o Vale do Jaguari tem o 3ª pior índice, ficando abaixo da média estadual, que em 2013 foi de 0,752.

Entre os municípios, Unistalda (0,4836) e Mata (0,5480) apresentaram os menores índices. Já os municípios de Capão do Cipó (0,7659) e Nova Esperança do Sul (0,6791) apresentaram os melhores índices, seguidos por Santiago (0,6458), Jaguari (0,6403), São Vicente do Sul (0,6220), São Francisco de Assis (0,5786) e Cacequi (0,5740).

Figura 22 - Idese renda (2008 – 2013)



Fonte: adaptado pelos autores de FEE, 2016.

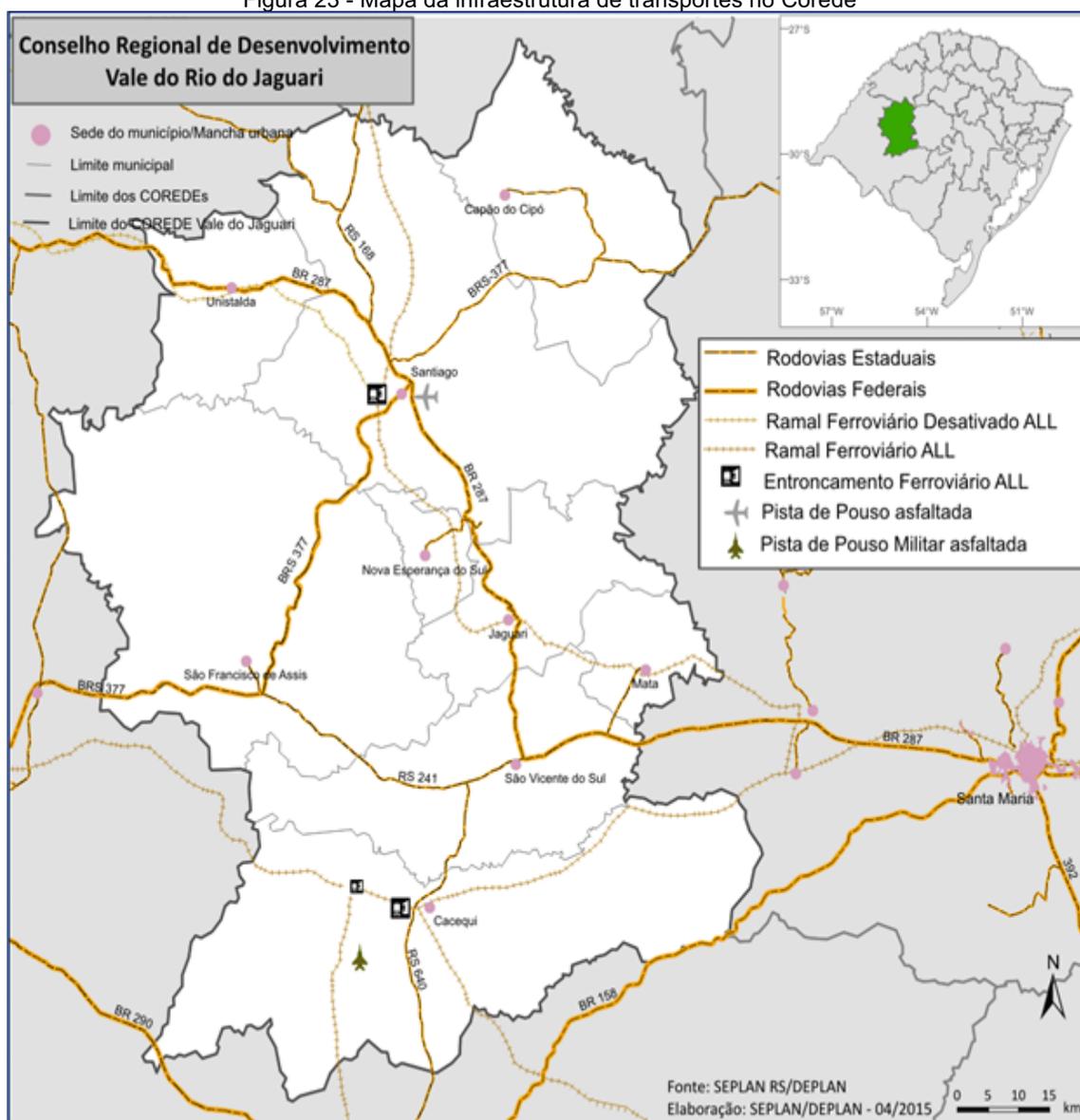
A avaliação dos indicadores apresentados permite concluir que a renda média da região é extremamente baixa, com destaque para os municípios de Capão do Cipó, Unistalda, Cacequi e Mata. A baixa renda nos municípios da região levanta a hipótese que justificaria o efeito migratório da população para outras regiões, especialmente para o município de Santa Maria, que é o 5º maior centro urbano no RS, com intuito de melhorar o padrão de renda.

### 3.5 DIMENSÃO INFRAESTRUTURAL E GESTÃO PÚBLICA

#### 3.5.1 Logística e transporte

O Corede Vale do Jaguari apresenta uma das menores concentrações populacionais do Estado e rede urbana muito dispersa. A circulação de mercadorias utiliza os modais rodo e ferroviário, e a circulação de passageiros, a rede rodoviária.

Figura 23 - Mapa da infraestrutura de transportes no Corede



Fonte: Seplan

Em relação ao modal rodoviário, a região é ponto de passagem das rotas de ligação da fronteira oeste e noroeste do Estado, principalmente através das rodovias BR-287 e BR-377. A BR-287 faz a ligação de Santiago com São Borja e com a Capital Regional Santa Maria. A BR-377 realiza a ligação da Região com a BR-290, rumo a Alegrete e, ao norte, rumo a Ijuí. A RS-168 liga Santiago a São Luiz Gonzaga.

Segundo o estudo Rumos 2015<sup>9</sup>, o transporte rodoviário de cargas recolhe os produtos nas lavouras do norte e oeste do Estado e concentra boa parte das mesmas nos terminais ferroviários. No Corede, o transporte rodoviário de cargas está articulado ao modal ferroviário através dos entroncamentos da América Latina Logística (ALL) localizados nos municípios de Santiago e Cacequi. Este último, juntamente com Cruz Alta, é considerado um dos principais pontos de integração rodoferroviária de granéis do Estado. Os entroncamentos ferroviários de Santiago e Cacequi são pontos de movimentação de cargas entre o interior do Estado e os portos de Rio Grande e de Porto Alegre. No entanto, sabe-se que o modal ferroviário opera com ociosidade em todo o Estado e vem perdendo lugar para o transporte rodoviário<sup>10</sup>. No Corede, o trecho ferroviário Santiago-Unistalda-São Borja encontrava-se desativado até meados de 2014. Por outro lado, os trechos Cacequi-Porto Alegre e Cacequi-Rio Grande são bastante utilizados.

Os modais hidro<sup>11</sup> e dutoviário são inexistentes no Corede, assim como o modal aéreo, que conta somente com um aeródromo público em Santiago, que está recebendo investimentos para poder operar como aeroporto regional. Também não há terminal de carga no município de Santiago, junto à BR-287 e à área urbana<sup>12</sup>. Há ainda uma pista de pouso asfaltada e um heliponto para exercícios militares junto ao Campo de Instrução Barão de São Borja, no município de Cacequi.

Considerando que a Região dispõe somente dos modais rodo e ferroviário, é importante observar que, apesar de todos os municípios possuírem acesso asfáltico, a qualidade da malha encontra-se deteriorada, prejudicando o escoamento da produção e o deslocamento de pessoas, principalmente pelas grandes distâncias entre os núcleos urbanos da Região e entre estes e os centros regionais de maior porte, como Santa Maria, Ijuí e Cruz Alta.

### 3.5.2 Energia e comunicações

O Vale do Jaguari é o penúltimo na lista dos Coredes, com os maiores consumos de energia elétrica do Estado. Segundo o estudo Rumos 2015<sup>13</sup>, em 2004, haviam linhas de média e baixa transmissão cortando a Região, que atendiam satisfatoriamente o baixo consumo registrado na mesma.

De acordo com o Balanço Energético da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), de 2015, o consumo de energia elétrica do Corede é de 167.248 MWh. Entre 2013 e 2015 o consumo regional de energia variou 5,7%. Santiago, São Francisco de Assis e Cacequi são responsáveis por quase dois terços desse consumo, com índices de, respectivamente, 41,7%, 12,6% e 10,1%. O município de Unistalda é o que apresenta o

---

<sup>9</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Rumos 2015**: Estudo sobre Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes. Vol. 4: A Logística de Transportes no Desenvolvimento Regional. 2006 p.33

<sup>10</sup> Segundo Milanez (2014, p.10), "a malha ferroviária do RS, regulada pela ANTT, está concedida à América Latina Logística (ALL) que, ao final de 2012, detinha a concessão de 3,1 mil km de ferrovias, e destes, aproximadamente 1.1 mil km estavam desativados". In: MILANEZ, Paulo Victor Marocco. Transportes: considerações sobre a situação setorial. **RS 2030**: Agenda de Desenvolvimento Territorial. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã e Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre. 2014.

<sup>11</sup> Segundo o estudo Rumos 2015, o rio Ibicuí possui uma extensão navegável de 296 quilômetros somente nas cheias, o que impossibilita a navegação comercial de grande porte.

<sup>12</sup> Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Aeródromos Públicos.

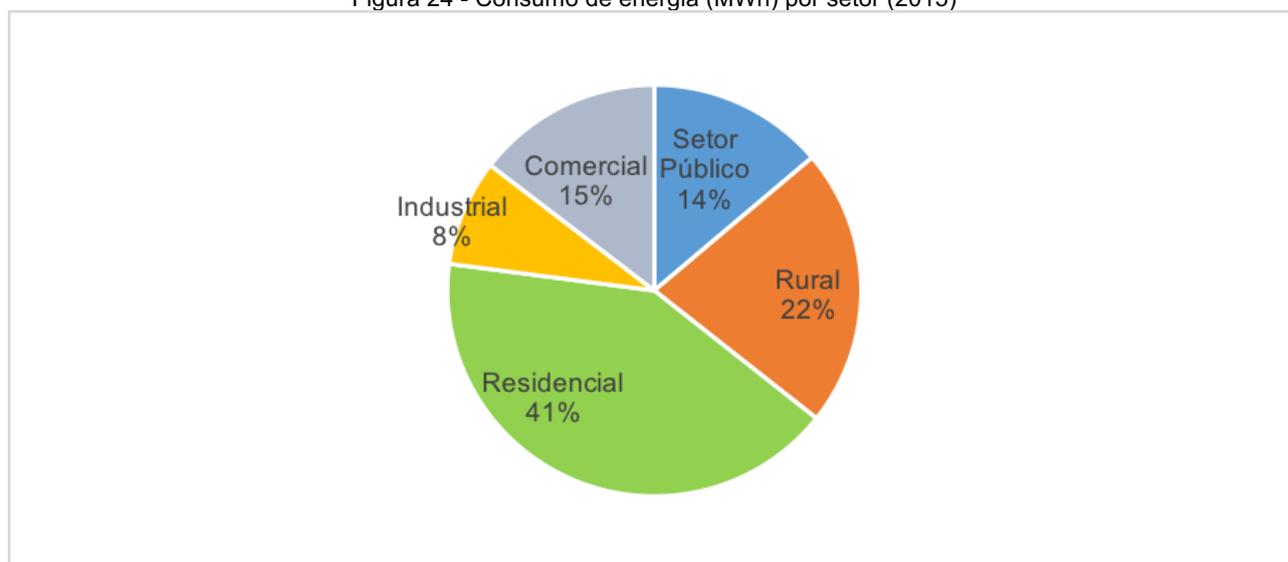
<sup>13</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Rumos 2015**: Estudo sobre Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes.

menor consumo, com 1,4% do total. Os municípios são atendidos, em sua totalidade, pela empresa AES Sul.

Pela baixa demanda de energia elétrica nas áreas rurais, os municípios encontram dificuldades para estimular a instalação de agroindústrias nestes locais, uma vez que os equipamentos utilizados para beneficiamento da atividade primária, tais como leite, carnes e grãos demandam linhas de transmissão com maior tensão.

O gráfico abaixo mostra a participação de cada setor no consumo geral de energia na região. O município de Santiago consome mais de 50% da energia residencial, pública e comercial. Já a energia industrial é consumida 55% pelo município de Nova Esperança do Sul. A energia no meio rural é consumida 80% pelos municípios de Cacequi, Jaguari, Santiago, São Francisco de Assis e São Vicente do Sul.

Figura 24 - Consumo de energia (MWh) por setor (2015)



Fonte: FEE

Em telecomunicações, de acordo com o Censo 2010, os domicílios com acesso à internet e com telefonia fixa eram, respectivamente, 23,1% e 22,9% do total, índices inferiores às médias estaduais, que eram, respectivamente, de 33,9% e 39,3%.

Já os domicílios com celulares representam 90,2% do total, índice bem próximo à média estadual, que era de 90,7%. No meio rural, segundo informações do estudo Rumos 2015, em 2004, a região tinha atendimentos muito baixos: menos de cinco telefones por 100 domicílios.

A disponibilidade de acesso à internet demonstra-se como um fator importante para o desenvolvimento das comunidades, assim como o sinal para telefonia celular, os quais são amplamente utilizados nas residências, escolas e na atividade produtiva. Os baixos índices apresentados do Vale do Jaguari podem contribuir para a redução populacional verificada nos aspectos demográficos deste estudo.

### 3.5.3 Saneamento básico

Os dados do Censo Demográfico 2010, demonstram que o Corede apresenta, em média, 69,94% dos domicílios ligados à rede geral de água, percentual abaixo da média do Estado e do Brasil. Ao se examinar as taxas dos municípios, constata-se que as mesmas

variam de 50,05% (Mata) a 92,98% (Santiago), o que demonstra oscilação na prestação desse serviço essencial e a necessidade de empreender esforços para a sua universalização. Esses dados indicam que persistem outras formas inadequadas de abastecimento de água nos domicílios no Corede. Todos os municípios do Corede contam com abastecimento de água tratada.

Ainda, o Corede apresenta em média 39,46% dos domicílios com banheiro ou sanitário ligado à rede geral ou fossa séptica, percentual inferior às médias do Estado e do Brasil. No entanto, ao examinar as taxas dos municípios de forma isolada, constata-se que as mesmas variam de 1,80% (Unistalda) a 72,88% (Santiago).

Com relação à coleta de lixo por serviço de limpeza ou caçamba, a taxa média do Corede, segundo o Censo Demográfico de 2010, é de 65,12%, abaixo das taxas médias do Estado e do Brasil. As taxas entre os municípios variam de 27,69% (Capão do Cipó) a 92,66% (Santiago), o que demonstra que há necessidade de maior esforço para atingir a universalização desse serviço, principalmente nas áreas consideradas de difícil acesso. A gestão dos resíduos sólidos costuma ser um problema para os pequenos municípios, principalmente no que tange ao manejo e à disposição final. Assim, deve-se destacar, ainda, que todos os municípios desse Corede fazem parte do Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado/RS (CIRC), que os auxilia na gestão dos resíduos sólidos. O CIRC atende aproximadamente 593.777 habitantes considerando todos os municípios participantes, inclusive de outros Coredes.

Tabela 14 - Percentual de domicílios ligados à rede geral de água, com banheiro ou sanitário ligado à rede geral ou fossa séptica e com coleta de lixo por serviço de limpeza ou caçamba (2010)

Municípios	% de Domicílios		
	Ligados à rede geral de água	Com banheiro ou sanitário ligado a rede geral ou fossa séptica	Com coleta de lixo por serviço de limpeza ou caçamba
Cacequi	83,77	58,27	76,99
Capão do Cipó	56,37	36,05	27,79
Jaguari	56,46	33,87	60,35
Mata	50,05	46,10	57,05
Nova Esperança do Sul	92,01	15,67	79,80
Santiago	92,98	72,88	92,66
São Francisco de Assis	69,66	25,08	71,25
São Vicente do Sul	71,70	65,40	77,02
Unistalda	56,49	1,80	43,15
<b>Corede Vale do Jaguari</b>	<b>69,94</b>	<b>39,46</b>	<b>65,12</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>85,33</b>	<b>74,57</b>	<b>92,08</b>
<b>Brasil</b>	<b>82,85</b>	<b>67,06</b>	<b>87,41</b>

Fonte: IBGE

### 3.5.4 Urbanismo e mobilidade

A frota de veículos do Corede teve aumento de 104% entre o período de 2005 a 2015. Entre automóveis, motocicletas e camionetes, em 2015, havia 1 veículo para cada 2 habitantes.

Entre os tipos de automóveis a maior variação ocorreu em caminhonetes com 348% de crescimento, seguido por motocicletas com 157% de crescimento e automóveis com 90% de crescimento.

O município de Capão do Cipó teve a maior variação no período analisado, com crescimento de 266% na frota de veículos, seguido por Unistalda com 185%, Nova Esperança do Sul com 131%, São Vicente do Sul com 116% e São Francisco de Assis com 110%. Os demais municípios apresentaram crescimento inferior a 100%.

O impacto no aumento da frota resultou em maior dificuldade na mobilidade urbana, principalmente no município de Santiago, que possui 48,3% dos veículos da região e, juntamente com Jaguari e São Francisco de Assis, são responsáveis por 72,6% da frota regional.

Tabela 15 - Frota de veículos do Corede

<b>Municípios</b>	<b>Automóveis</b>	<b>Motocicletas</b>	<b>Caminhonete</b>	<b>Caminhão</b>	<b>Ônibus</b>	<b>Trator</b>	<b>Outros</b>
Cacequi	2.718	789	472	160	25	4	402
Capão do Cipó	722	380	208	123	13	4	71
Jaguari	3.409	1.151	859	314	63	2	429
Mata	1.343	548	263	114	23	1	178
Nova Esperança do Sul	1.451	522	340	97	35	1	116
Santiago	16.622	4.737	3.378	961	103	33	2.686
São Francisco de Assis	5.174	1.252	994	361	122	2	624
São Vicente do Sul	2.271	687	440	153	53	1	382
Unistalda	551	195	145	52	19	2	67
<b>Total</b>	<b>34.261</b>	<b>10.261</b>	<b>7.099</b>	<b>2.335</b>	<b>456</b>	<b>50</b>	<b>4.955</b>

Fonte: Denatran

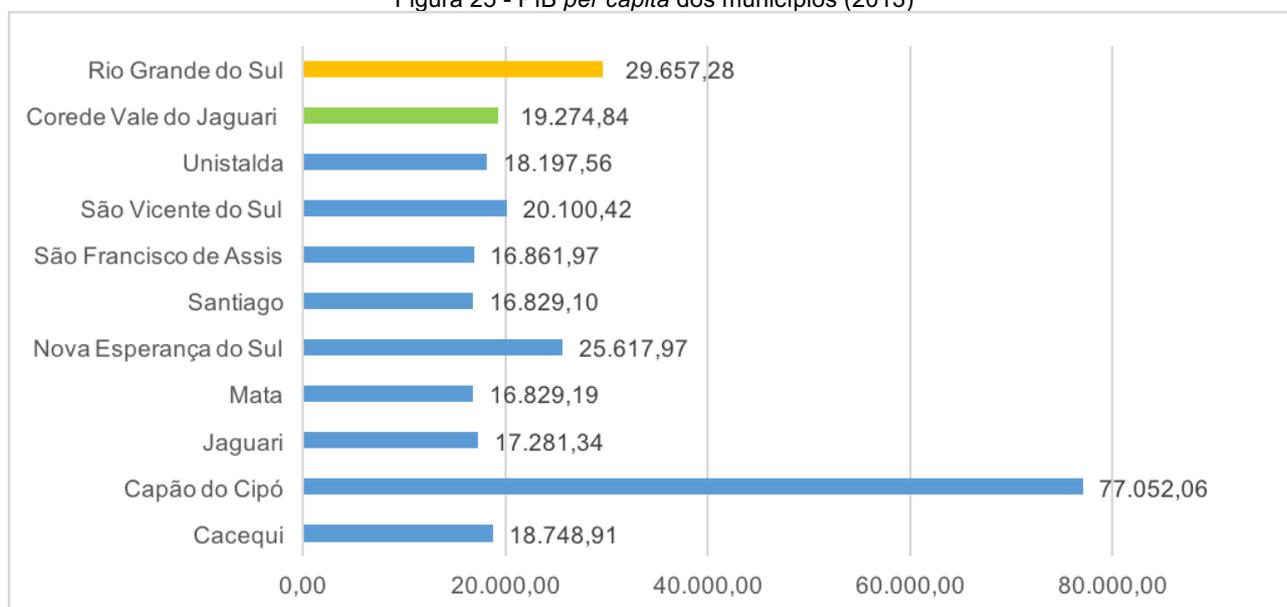
### 3.6 DIMENSÃO ECONOMICA

O Corede Vale do Jaguari apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de, aproximadamente, R\$ 2,2 bilhões em 2013, representando 0,76% do total do Estado. O PIB *per capita* do Corede era de R\$ 19.274,84, constituindo o quinto menor dentre os Coredes.

O município de Santiago apresentou, em 2013, o maior PIB do Corede, com aproximadamente R\$ 849 milhões, seguido por São Francisco de Assis, com aproximadamente R\$ 329 milhões, e Cacequi com aproximadamente R\$ 251 milhões. Unistalda apresentou o menor PIB do Corede com R\$ 45 milhões.

No que se refere ao PIB *per capita*, destacam-se os municípios de Capão do Cipó, com R\$ 77.052,06 Nova Esperança do Sul, com R\$ 25.617,97 e São Vicente do Sul, com R\$ 20.100,42. Apenas o município de Capão do Cipó superou o PIB *per capita* do Estado, que é de R\$ 29.657,28.

Figura 25 - PIB *per capita* dos municípios (2013)

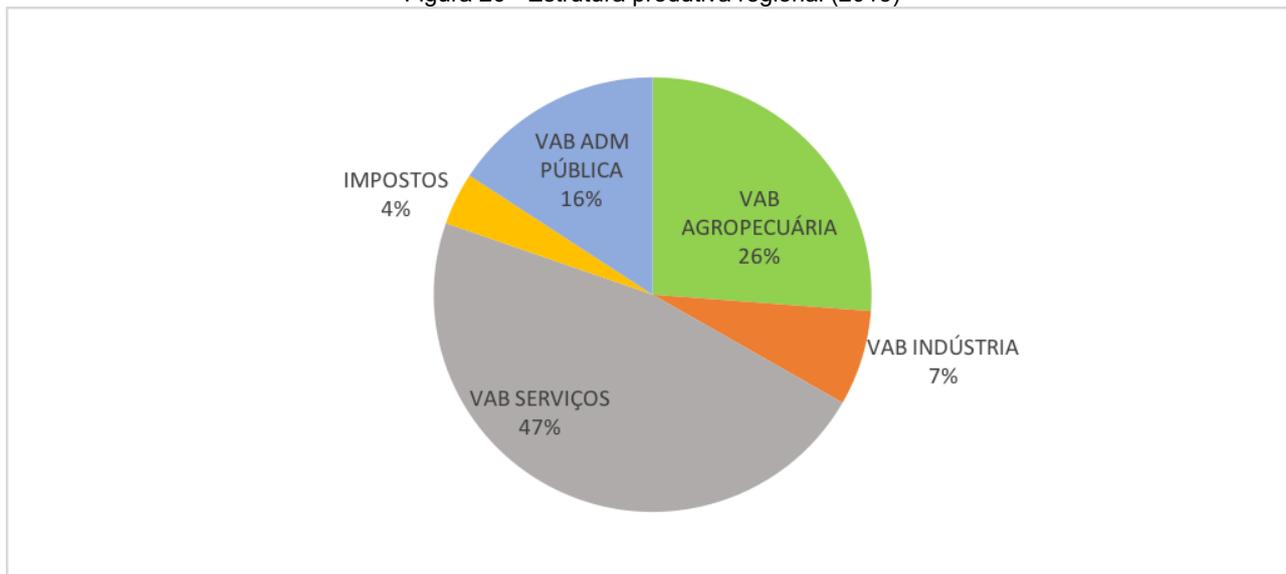


Fonte: FEE

Em 2013, a estrutura produtiva regional apresentou concentração de 47% do Valor Adicionado Bruto (VAB) em serviços, 26% na agropecuária, 16% em serviços públicos, 7% na indústria e 4% em impostos. Se comparada ao Estado, a região se destaca pela baixa concentração industrial e pela alta concentração agropecuária e nos serviços públicos.

Dentre os municípios, Capão do Cipó representa o maior VAB da agropecuária, com 22% do total do Corede. Já o município de Santiago representa a maior concentração do VAB industrial (37%), de serviços (48%), impostos (47%) e na administração pública (39%).

Figura 26 - Estrutura produtiva regional (2013)



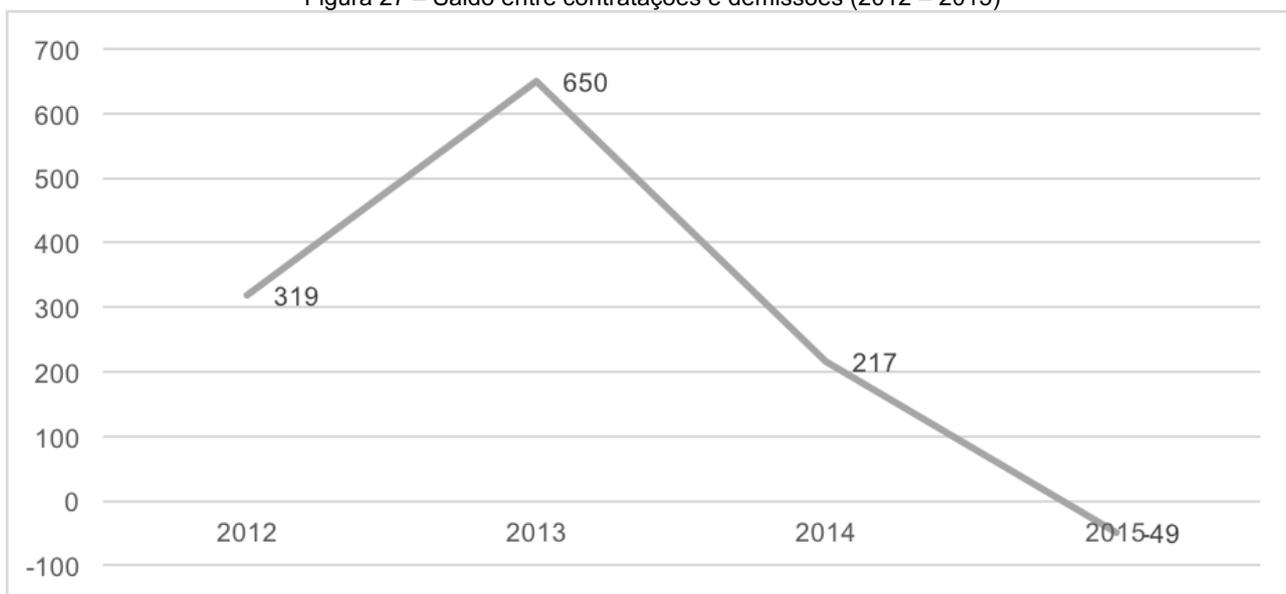
Fonte: FEE

Em 2015 haviam 7.502 empreendimentos instalados na região, sendo que mais de 95% eram microempresas, empresas de pequeno porte e empreendedores individuais. Do total de empresas, 48% estavam instaladas no município de Santiago e 13% em São Francisco de Assis. Os demais municípios apresentaram índices abaixo de 10% de participação no total de empresas instaladas.

O tempo de existência das empresas é outro dado que chama a atenção, pois a maioria (60,5%) tem 5 anos ou menos de existência, reforçando a característica de micro e pequenas empresas instaladas na região

No que se refere a empregos, em 2015 a região possuía 13.918 vínculos empregatícios formais ativos, dos quais 52,6% estavam registrados em Santiago e 11,6% em Nova Esperança do Sul. Nos últimos anos a região também sofreu com a desaceleração econômica, reduzindo o saldo entre admissões e demissões.

Figura 27 – Saldo entre contratações e demissões (2012 – 2015)



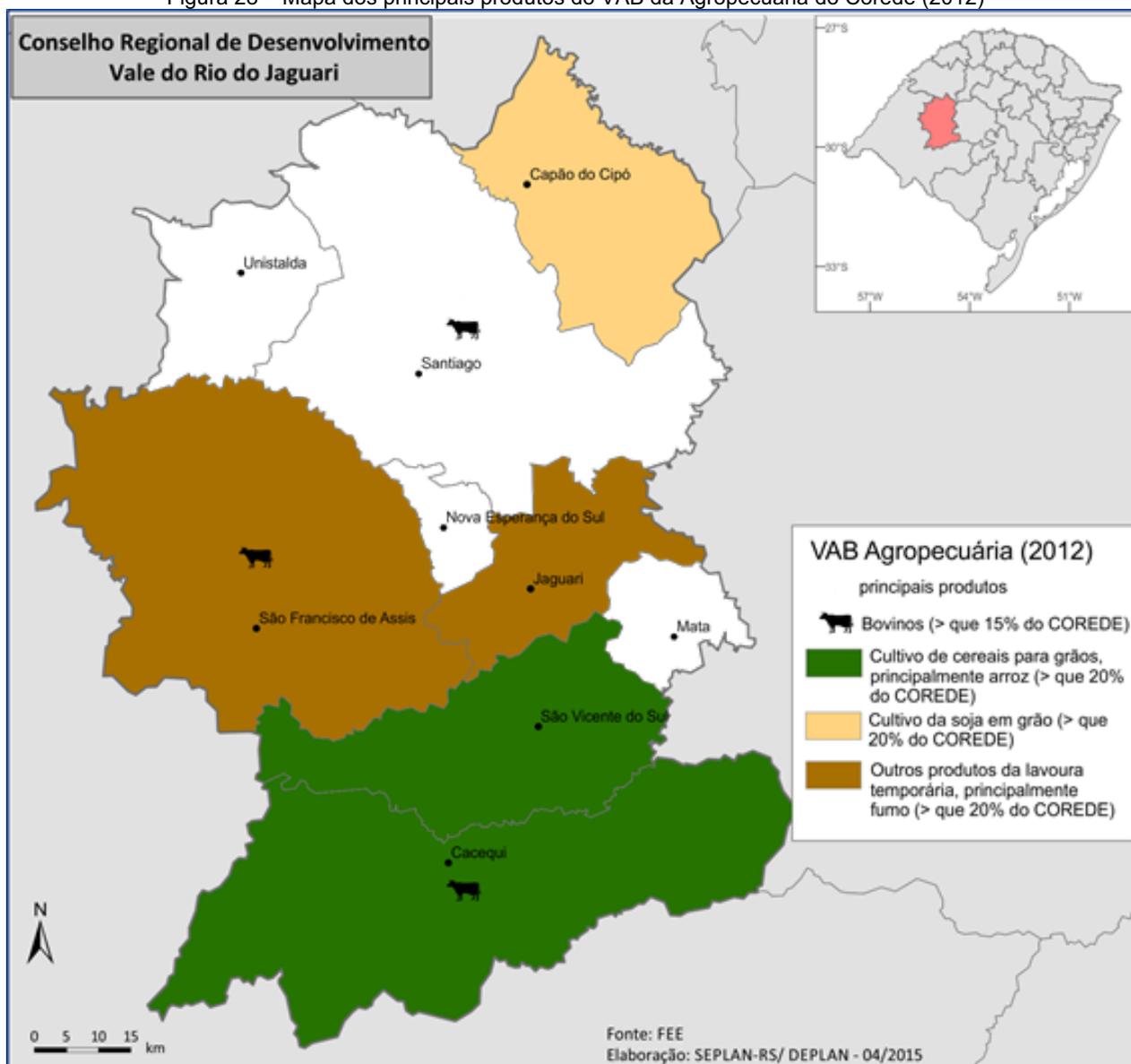
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

### 3.6.1 Setor Agropecuário

No que se refere à Agropecuária, o Corede Vale do Jaguari se apresenta como uma região de transição entre o cultivo da soja, de destaque no norte, e o cultivo do arroz e a criação de bovinos, com maior importância no sul.

O VAB da Agropecuária do Corede destaca-se pela criação de bovinos, de corte e de leite, e outros animais, com 41,9%, principalmente nos municípios de Santiago, São Francisco de Assis e Cacequi. Também possui representatividade o segmento Cultivo de Cereais para Grãos, principalmente o arroz, com 21,7%, com destaque para os municípios de Cacequi e São Vicente do Sul, localizados ao sul do Corede. O segmento Cultivo da Soja em Grão apresenta maior importância nos municípios de Capão do Cipó, Santiago e São Francisco de Assis, localizados ao norte do Corede, constituindo 12,7% do VAB da Agropecuária. Outras lavouras temporárias, como o fumo, principalmente em Jaguari e São Francisco de Assis, também merecem destaque, com 14,9%.

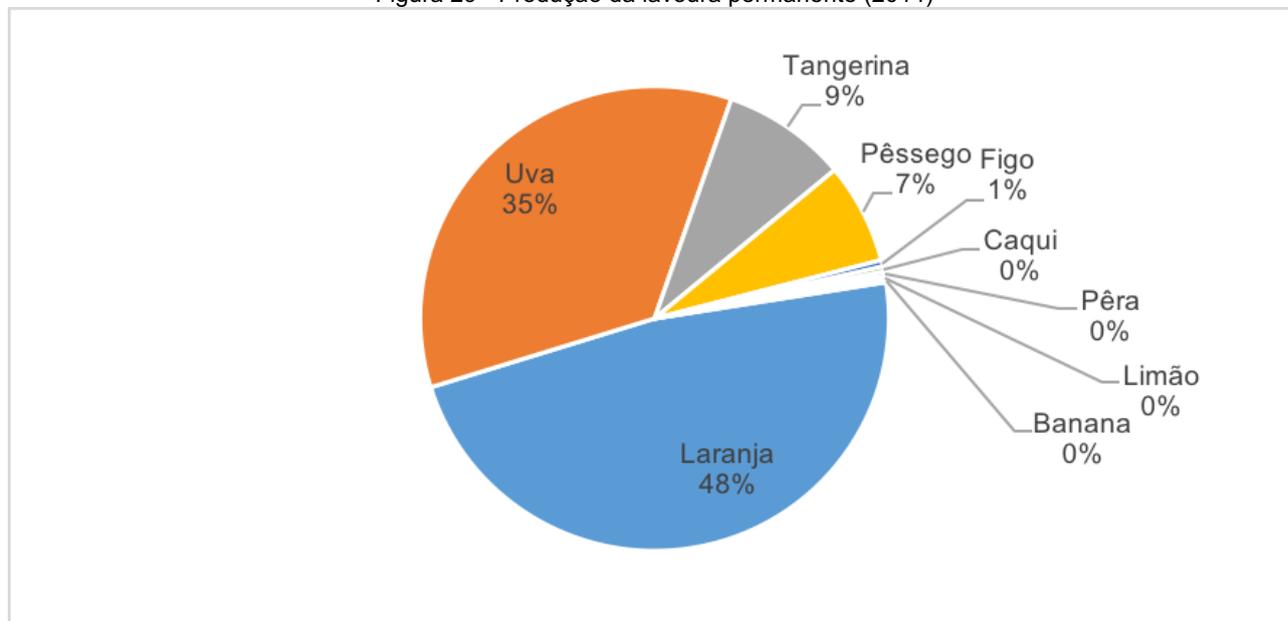
Figura 28 – Mapa dos principais produtos do VAB da Agropecuária do Corede (2012)



Fonte: FEE

Na lavoura permanente, destacam-se as produções de uva, principalmente em Jaguari, e laranja, mais bem distribuída no Corede. Esses segmentos possuem relação com vinícolas e com agroindústrias produtoras de sucos, constituindo um ativo para o desenvolvimento da Região.

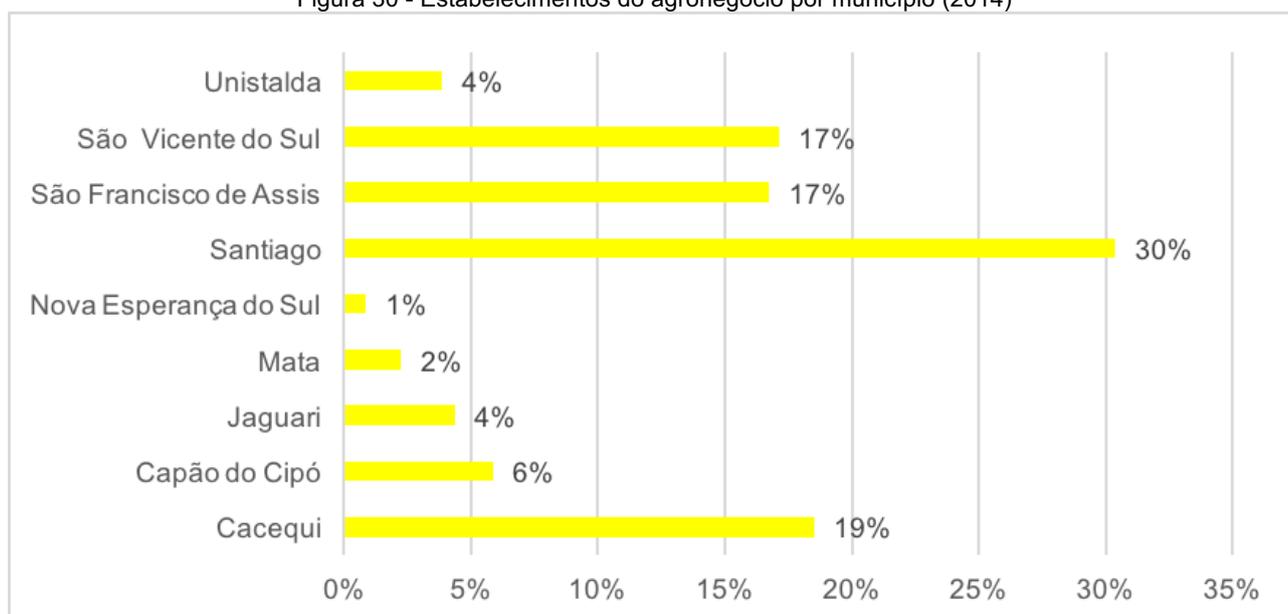
Figura 29 - Produção da lavoura permanente (2014)



Fonte: FEE

Em 2014, o setor era constituído por 800 estabelecimentos do agronegócio, dos quais, 30% estavam instalados em Santiago, 19% em Cacequi, 17% em São Vicente do Sul e São Francisco de Assis.

Figura 30 - Estabelecimentos do agronegócio por município (2014)

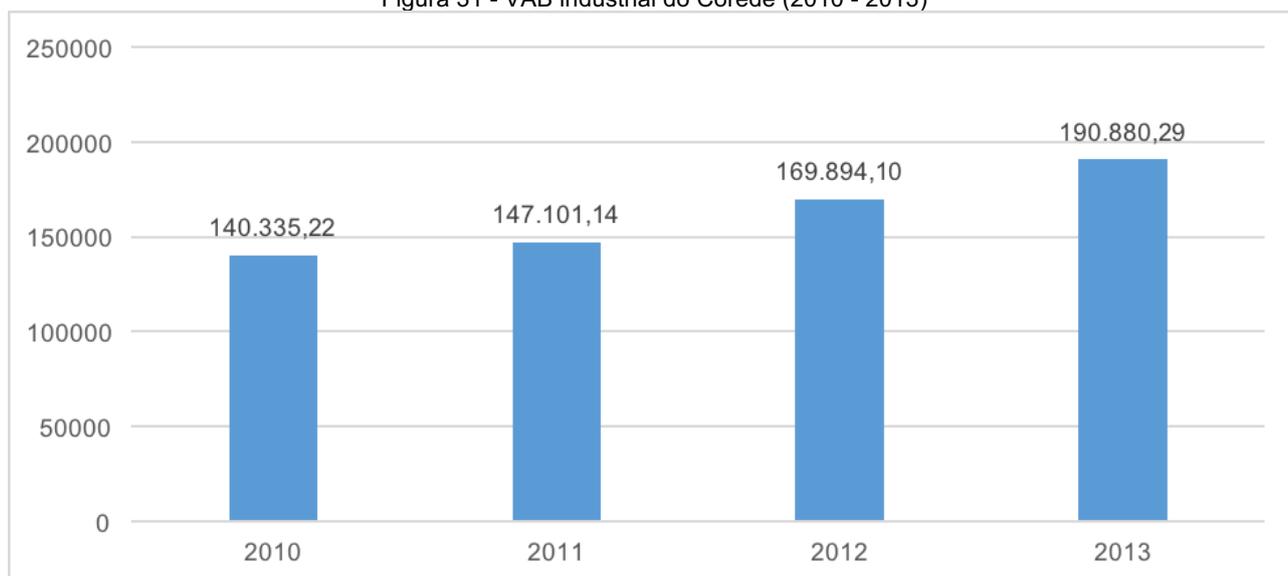


Fonte – Perfil das Cidades / Sebrae/RS

### 3.6.2 Setor Industrial

O setor industrial possui uma baixa representatividade no VAB regional. Em 2013, o VAB industrial da região foi superior a 190 milhões, representando 0,3% do total do Estado e 8,1% da RFP 8. A indústria de transformação do Corede contribuía com apenas 0,12% no total do segmento no Estado, com destaque para as atividades de preparação e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados, com 0,79% do total do Estado; e fabricação de produtos alimentícios, com 0,17%.

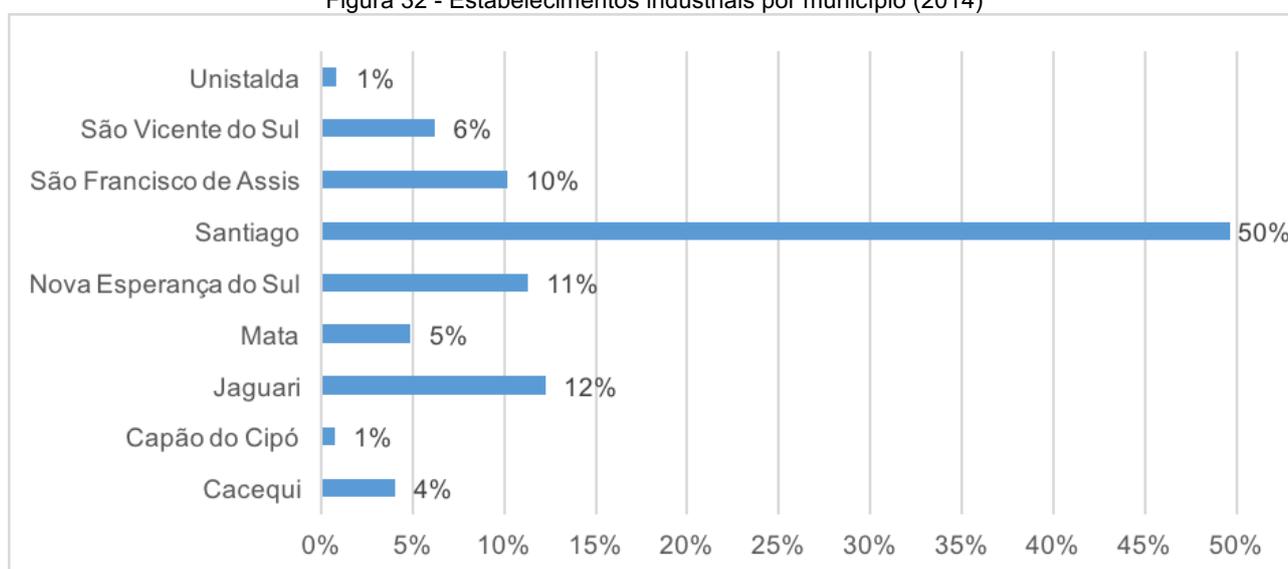
Figura 31 - VAB industrial do Corede (2010 - 2013)



Fonte: FEE

Em 2014, a região possuía 824 empresas industriais, das quais, 40% atuavam no segmento da construção civil e 60% na indústria da transformação. O município de Santiago representava 50% do total de indústrias da região, seguido por Jaguari com 12%, Nova Esperança do Sul com 11% e São Francisco de Assis com 10%.

Figura 32 - Estabelecimentos industriais por município (2014)



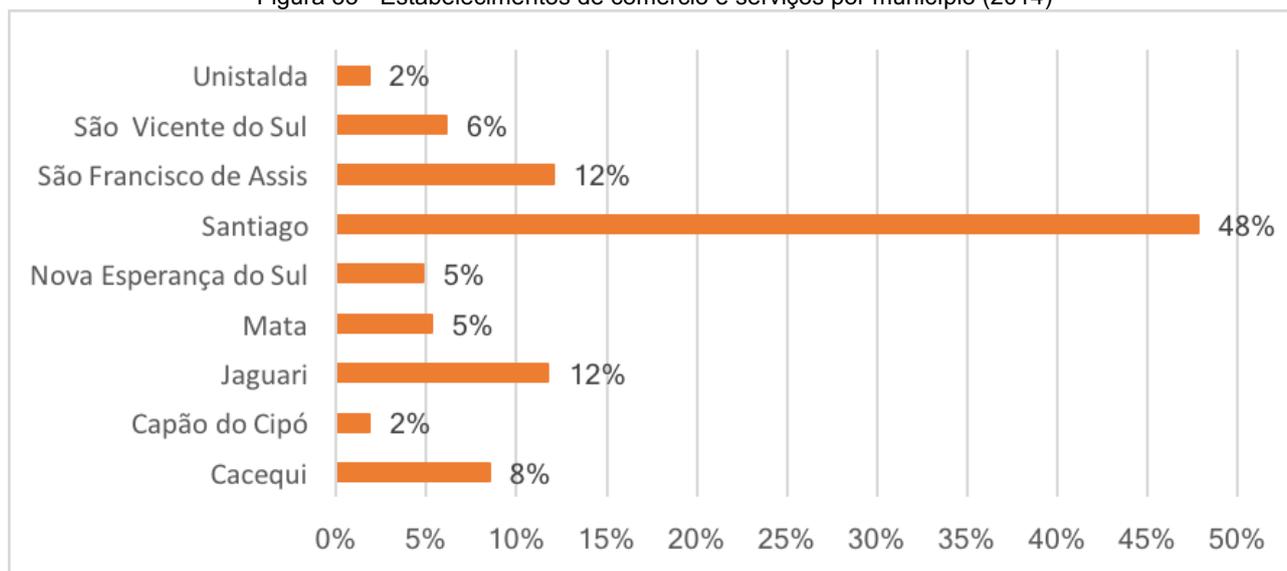
Fonte:

### 3.6.3 Setor de Serviços

O VAB de serviços do Vale do Jaguari, em 2013, foi superior a 1,2 bilhão, representando 0,7% do VAB de serviços do Estado e 9,9% da RFP 8. Entre 2008 e 2013 o VAB de serviços na região apresentou crescimento de 46,93%.

Em relação ao número de estabelecimentos, o setor de serviços, em 2014, possuía 3.044 estabelecimentos de comércio e 2.194 de serviços. Santiago, São Francisco de Assis e Jaguari correspondem a 70,9% dos estabelecimentos de comércio e 72,5% dos estabelecimentos de serviço.

Figura 33 - Estabelecimentos de comércio e serviços por município (2014)



Fonte: Perfil das Cidades Sebrae/RS (2016)

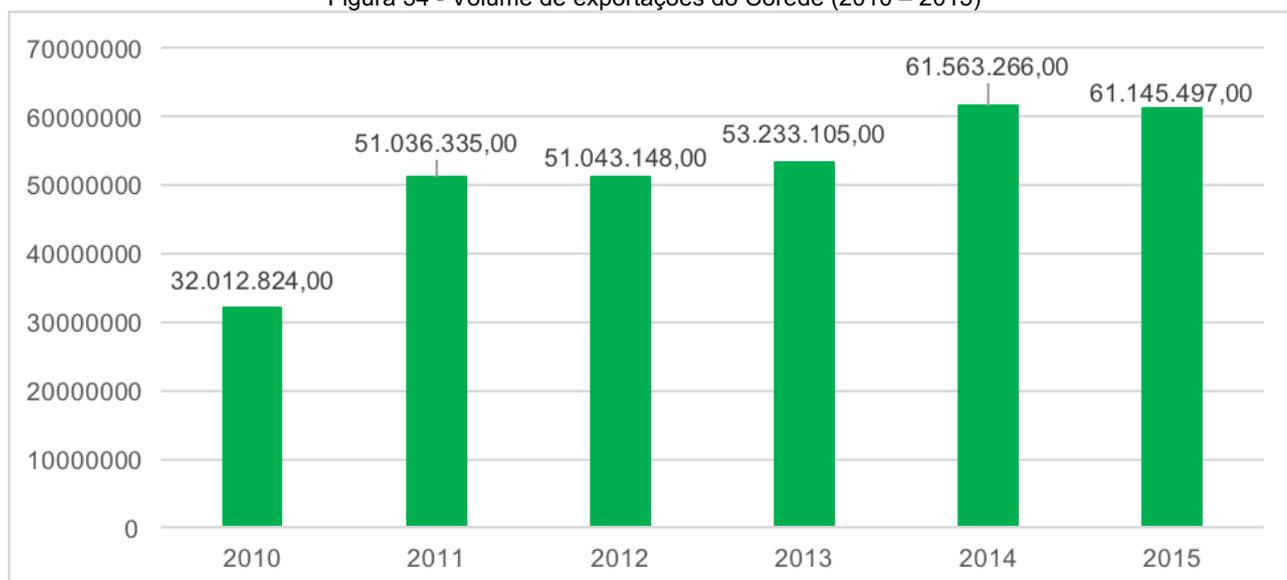
No mesmo período o volume de empregos formais na região era de 4.925 no segmento de comércio e 7.732 no segmento de serviços. Santiago, São Francisco de Assis e Jaguari representam 79,6% dos empregos no comércio e 71,5% dos empregos no serviço.

### 3.6.4 Exportações

O volume de exportações do Corede em 2015 foi de U\$\$ 61,1 milhões, um pouco abaixo dos U\$\$ 61,5 milhões de 2014. Entre 2011 e 2013 o volume de exportações da região não apresentou variações significativas, permanecendo em aproximadamente U\$\$ 52 milhões.

Somente quatro municípios da região possuem registros de exportação entre 2010 e 2015, sendo que destes, Nova Esperança do Sul representou 91% do total exportado em 2015, com a produção de manufatura em couros e peles. Nos demais municípios, os produtos exportados são oriundos do setor primário, com a produção de grãos e mel.

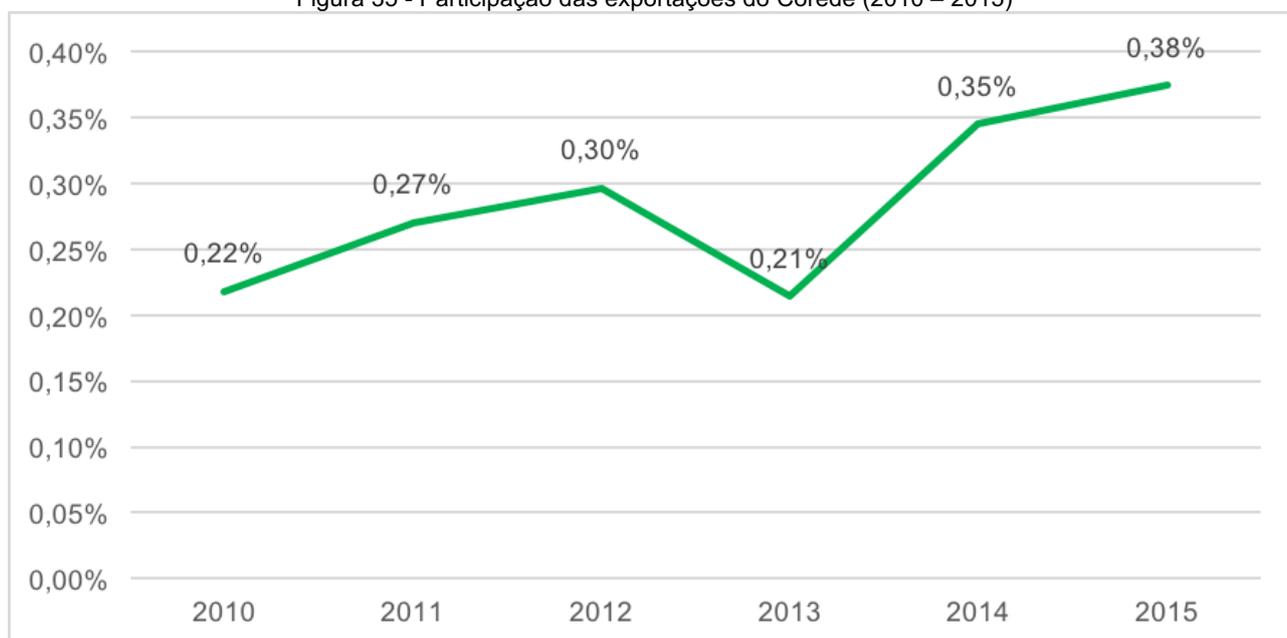
Figura 34 - Volume de exportações do Corede (2010 – 2015)



Fonte: FEE

A participação da região no volume de exportações do Estado variou de 0,21% em 2013 a 0,38% em 2015. Em relação aos demais Coredes, o Vale do Jaguari ficou na 21ª posição em 2015, apresentando volume superior somente ao Corede Central na RFP 8.

Figura 35 - Participação das exportações do Corede (2010 – 2015)



Fonte: FEE

### 3.6.5 Administração Pública

A arrecadação de tributos municipais, estaduais e federais na região variou de R\$ 94,4 milhões em 2008 para R\$ 220,9 milhões em 2015. Se comparado aos demais Coredes, o Vale do Jaguari ocupa a 24ª posição no ranking de tributos municipais, a 27ª posição no ranking de tributos estaduais e a última posição no que se refere a arrecadação

de tributos federais. O município de Santiago representa aproximadamente 50% da arrecadação de impostos nos três entes federados.

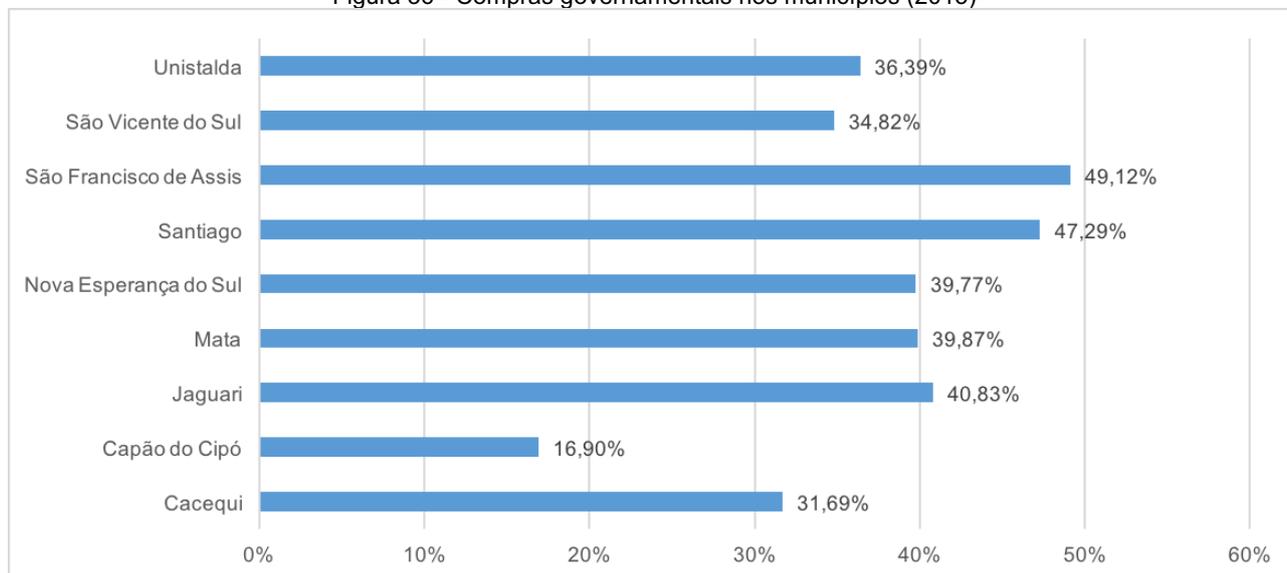
Em 2015, os impostos municipais representaram 13% do total arrecadado, enquanto que os impostos federais representaram 22% e os impostos federais 65%. Isto demonstra a baixa capacidade de geração de recursos próprios nos municípios da região, dependendo, em grande parte, do retorno com impostos compartilhados.

A receita corrente líquida dos municípios em 2013 foi de R\$ 258,3 milhões e em 2014 de R\$ 258,2 milhões. Santiago, São Francisco de Assis e Cacequi representam, 60,7% da receita corrente líquida do Corede.

A aplicação dos recursos orçamentários nos municípios em 2014 foi de 30,2% na função outros, 26,2% na educação, 26% na saúde, 9,2% em transporte e infraestrutura, 4,4% em saneamento e 1,3% foi consumido por habitação, cultura, desporto e lazer. O legislativo consumiu 4,0% do orçamento. Percebe-se que a maioria dos recursos fica comprometida com o custeio das atividades básicas da população, restando um percentual reduzido do orçamento para investimento em melhoria da estrutura e outros setores.

A administração pública pode ser um importante indutor do desenvolvimento local, a partir das compras que são realizadas para manutenção da atividade administrativa e para realização das ações de atendimento à população. Neste sentido, verificou-se que todos os municípios do Corede realizam compras governamentais de empresas locais, com índices que variam de 16,9% em Capão do Cipó à 49,12% em São Francisco de Assis. O total de recursos aplicados na economia dos municípios foi de aproximadamente R\$ 64,8 milhões. Dos bens adquiridos, a maioria refere-se à contratação de serviços (48%) e à matérias de consumo ou serviço para distribuição gratuita (22%).

Figura 36 - Compras governamentais nos municípios (2015)



Fonte: TCE/RS

### 3.7 DIMENSÃO INSTITUCIONAL

O Corede do Vale do Jaguari, em sua dimensão institucional, possui entidades de caráter local, microrregional e regional, das mais diversas representações, tais como entidades de classe, sindicatos, associações, cooperativas, agremiações esportivas, recreativas, instituições de defesa e segurança, órgãos e autarquias federais e estaduais, instituições religiosas e beneficentes, as quais, dentro da sua atuação, contribuem para o desenvolvimento regional.

No levantamento institucional do Vale do Jaguari verificou-se que os critérios de regionalização variam significativamente em relação à diversos temas, tais como saúde, educação e segurança pública. Em determinadas análises parte dos municípios do Corede pertencem à outras regiões com demandas e ações diferentes das priorizadas para o Vale do Jaguari, o que torna o ambiente fragmentado para a realização de ações coordenadas regionalmente.

Atualmente, mais da metade das instituições da região encontram-se no município de Santiago, o qual concentra quase a totalidade dos órgãos de defesa e segurança, conforme segue:

Tabela 16 - Órgãos de defesa e segurança com abrangência no Corede

	Órgãos	Localização	Atuação
Brigada Militar	Comando Rodoviário	Santiago	Regional
	5º Regimento de Polícia Montada	Santiago	Regional
	Corpo de Bombeiros – 3º SGCI	Santiago	São Francisco de Assis, Jaguari, São Vicente, Unistalda, Capão do Cipó e Nova Esperança do Sul
Polícia Civil	Posto Policial da Mulher	Santiago	Regional
	Delegacia de Delitos de Trânsito	Santiago	Regional
	21ª Delegacia Regional de Polícia	Santiago	Regional
	Delegacia de Pronto Atendimento	Santiago	Regional
	Posto Policial de Pronto Atendimento	Santiago	Nova Esperança do Sul, São Francisco de Assis, Jaguari, Mata, São Vicente do Sul e Cacequi
Superintendência de Serviços Penitenciários	Presídio Estadual	Santiago	Cacequi, Jaguari, Santiago, São Francisco de Assis e São Vicente do Sul
Exército Brasileiro	1º Batalhão de Cavalaria Mecanizada	Santiago	Nacional
	9º Batalhão Logístico	Santiago	Nacional
	19º Grupo de Artilharia de Campanha	Santiago	Nacional
	11ª Companhia de Comunicações	Santiago	Nacional
Aeronáutica	Destacamento de Proteção ao Voo	Santiago	Nacional
Polícia Rodoviária Federal	Posto Policial	Santiago	Santiago, Nova Esperança do Sul, Jaguari e São Vicente do Sul

Fonte: Pesquisa – Equipe técnica Planejamento Estratégico Corede Vale do Jaguari (2016)

Além dos órgãos de defesa e segurança, o município de Santiago também sedia os diversos órgãos de Justiça: Vara da Justiça Federal, Vara da Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Poder Judiciário Estadual composto por duas Varas Cíveis, Vara da Infância e Juventude, Vara das Execuções Criminais, Juizado Especial Cível, Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública.

Sob este ponto de vista, verifica-se que há uma concentração de serviços públicos nas áreas de defesa, segurança e justiça que atuam na maioria dos municípios da região, fazendo com que Santiago seja o ponto de referência para o Corede Vale do Jaguari.

Além das instituições já apresentadas, a região também conta com a presença de outros órgãos estaduais e federais, conforme segue:

Tabela 17 - Outros órgãos estaduais e federais do Corede

	<b>Órgãos</b>	<b>Localização</b>	<b>Atuação</b>
Estaduais	EMATER	Em todos os municípios	Local
	Secretaria da Fazenda do RS (Sefaz)	Santiago	Regional
Federais	Receita Federal	Santiago	Regional
	Agência da Previdência Social	Santiago	Regional
	IBGE	Santiago	Regional

Fonte: Pesquisa – Equipe técnica Planejamento Estratégico Corede Vale do Jaguari (2016)

Na área da educação, especialmente no ensino superior, o Corede conta com uma unidade da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) em Santiago, duas unidades do Instituto Federal Farroupilha (IFF) em São Vicente do Sul e Jaguari. Além destas instituições há a presença de polos educacionais de ensino à distância. Estas instituições atendem alunos da região do Corede e de outros municípios do Estado.

Frente à característica agropecuária e de comércio e serviços na região, também se verifica a presença de diversas instituições de estímulo aos empresários e aos produtores rurais.

Tabela 18 - Principais instituições empresariais e agropecuárias do Corede

<b>Setor</b>	<b>Entidade</b>	<b>Localização</b>
Agropecuária	Sindicato Rural	Santiago
		Jaguari
		São Vicente do Sul
		Cacequi
		São Francisco de Assis
	Associação dos Produtores Rurais	Santiago
		Jaguari
		São Vicente do Sul
Associação dos Produtores de Vinho de Jaguari	Cacequi	
Comércio e Serviços	Centro Empresarial de Santiago	Jaguari
	Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL)	Santiago
		São Francisco de Assis
	Associação Comercial e Industrial	Santiago
		Jaguari
Sindicato dos Lojistas dos RS (Sindilojas)	Santiago	

Fonte: Pesquisa – Equipe técnica Planejamento Estratégico COREDE Vale do Jaguari (2016)

O município de Santiago instituiu novamente a Agência de Desenvolvimento do município que tem como função principal a articulação de projetos e ações voltadas ao desenvolvimento econômico local. Fazem parte do Conselho Superior da Agência, diversas entidades do município dos setores privado, público e empresários.

O Centro empresarial de Santiago é a maior entidade do Corede do setor de comércio e serviços. Atualmente, possui mais de 800 associados que se beneficiam das ações promovidas pela entidade.

O Sindicato Rural de Santiago é a maior entidade do setor agropecuário na região. Congrega os municípios de Santiago, Unistalda e Capão do Cipó, alcançando o maior volume de área produtiva ocupada no Corede.

Além dos órgãos e instituições apresentados, diversas outras entidades atuam de maneira local em cada município, juntamente com as cooperativas de produção, clubes de serviços, associações de bairros entre outros.

Apesar de existirem diversas e diferentes formas de participação social, a região destaca sua baixa representação política partidária em se tratando de deputados estaduais, deputados federais. Esta questão é manifestada de maneira relevante para que a região possa reivindicar demandas nas esferas estadual e federal, além de articular para a obtenção de recursos.

Não se verificou um conjunto consiste de relações articuladas entre as instituições, especialmente visando o desenvolvimento regional. Na maioria dos casos, as ações empreendidas priorizam, em grande parte, o grupo de pessoas atreladas aos objetivos específicos de cada instituição, dificultando um olhar regional de desenvolvimento. Além disso, em grande parte das instituições há a ausência de novas lideranças, o que também dificulta os processos sucessórios.

#### **4 MATRIZ FOFA: POTENCIALIDADE E DESAFIOS**

As matrizes foram construídas a partir dos dados, das reuniões municipais e regionais, das análises efetivadas e validadas pela comunidade regional.

São apresentadas as matrizes das dimensões ambiental, social, estrutural, econômica e institucional com os temas prioritários em cada uma destas, em se tratando de oportunidades, ameaças, fortalezas e fraqueza

<p align="center"><b>DIMENSÃO AMBIENTAL</b></p>	<p align="center"><b>OPORTUNIDADES</b></p> <p>Consumo orgânico / certificado de qualidade; Formação de central de reciclagem de lixo; Ecoturismo; Geração de energias limpas;</p>	<p align="center"><b>AMEAÇAS</b></p> <p>Manejo inadequado de agrotóxicos na produção primária; Ocorrência de estiagens; Assoreamento dos rios; Desmatamento predatório; Permanência da morosidade para obter licenciamentos ambientais.</p>
<p align="center"><b>FORTALEZAS</b></p> <p>Recursos naturais em grande parte preservados e sem contaminação; Biodiversidade dos biomas Pampa e Mata Atlântica presentes na região; Disponibilidade de belezas naturais, decorrente da formação ambiental; Disponibilidade de grandes áreas rurais;</p>	<p align="center"><b>POTENCIALIDADES</b></p> <p>As potencialidades ambientais da região estão atreladas ao aproveitamento do ecoturismo, à produção de alimentos orgânicos, com certificados de qualidade para a demanda crescente destes produtos e à possibilidade de geração de energias limpas para suprir a demanda nacional de energias, além de contribuir com a geração de empregos e renda.</p>	<p align="center"><b>RISCOS</b></p> <p>Os riscos ambientais concentram-se diminuição e contaminação dos recursos naturais, decorrentes da contaminação dos solos e das águas, do assoreamento dos rios e córregos e da supressão vegetal.</p>
<p align="center"><b>FRAQUEZAS</b></p> <p>Existência de solos rasos em alguns municípios, com formação de areais e voçorocas; Baixa disponibilidade de reservatórios de água no meio rural para atender os períodos de seca; Inexistência de planos de saneamento ou não execução dos mesmos; Tratamento do esgoto; Municípios sem capacidade para atender as demandas de licenciamento ambiental.</p>	<p align="center"><b>DESAFIOS</b></p> <p>Os desafios revelam a importância de se criar um amplo processo de conscientização para preservação ambiental, recuperando as coberturas vegetais em encostas e margens dos rios, executando ações para diminuir a contaminação dos solos e das águas, o manejo adequado de agrotóxicos e a necessidade de se implantar mais reservatórios de água para consumo urbano e rural.</p>	<p align="center"><b>LIMITAÇÕES</b></p> <p>A falta de consciência ambiental nos usos dos recursos naturais, a dificuldade para obtenção de licenças ambientais para realização dos investimentos necessários à preservação e ampliação dos recursos hídricos revelam-se como limitações às questões ambientais.</p>

<b>DIMENSÃO SOCIAL</b>	<p style="text-align: center;"><b>OPORTUNIDADES</b></p> <p>Acesso universalizado à educação; Programas estaduais e federais voltados à gestão social;</p>	<p style="text-align: center;"><b>AMEAÇAS</b></p> <p>Situação financeira dos hospitais; Desatualização da tabela SUS; Evasão populacional em busca de melhores condições de vida em outras regiões;</p>
<p style="text-align: center;"><b>FORTALEZAS</b></p> <p>Disponibilidade de ensino superior; Existência de hospitais em diferentes municípios; Hospitais com atendimentos especializados; Representativa quantidade de estabelecimentos de saúde na região; Expectativa de vida acima da média nacional; Ensino fundamental com desempenho superior à média estadual e nacional Patrimônio histórico e cultural;</p>	<p style="text-align: center;"><b>POTENCIALIDADES</b></p> <p>As potencialidades regionais estão atreladas a disponibilidade satisfatória de hospitais, com atendimentos especializados para a demandas regionais, à disponibilidade de instituições de ensino superior, particulares e públicas, os bons índices no ensino fundamental.</p>	<p style="text-align: center;"><b>RISCOS</b></p> <p>Como riscos a região poderá ter continuidade no êxodo rural e na evasão populacional em busca de melhores condições sociais, mesmo com baixa qualificação, tornando-se uma demanda social em outras regiões. Além disso, o agravamento da situação financeira dos hospitais e o desajuste dos repasses públicos na saúde, poderão interferir nos atendimentos à população e na busca por outras especialidades médicas.</p>
<p style="text-align: center;"><b>FRAQUEZAS</b></p> <p>Grande desigualdades nos indicadores sociais entre os municípios; Índice de Desenvolvimento Socioeconômico abaixo da média estadual; Expressiva redução no número de concluintes do ensino fundamental e médio; Altos índices de analfabetismo; Nível de escolaridade muito abaixo das médias estadual e nacional; Renda média muito baixa e com grande disparidade entre os municípios; Elevado percentual de pobres; Número elevado de famílias cadastradas no Bolsa-Família; Crimes de furtos, posse e tráfico de entorpecentes em ascensão;</p>	<p style="text-align: center;"><b>DESAFIOS</b></p> <p>Os desafios sociais da região estão voltados à necessidade de reduzir o analfabetismo, a evasão escolar e o nível de escolaridade. Dessa forma, com pessoas mais qualificadas, deve-se estabelecer uma linha de ação junto aos aspectos econômicos, com o intuito de aumentar a renda e diminuir a pobreza, que, direta ou indiretamente, também terão reflexo nos aspectos criminais e nos indicadores sociais gerais da região.</p>	<p style="text-align: center;"><b>LIMITAÇÕES</b></p> <p>A baixa autoestima, a falta de perspectivas, os incentivos sociais públicos revelam-se como limitações à necessidade de ampliar a escolarização, a qualificação e a busca por um melhor padrão de vida. Além disso, a baixa dinamicidade econômica da região torna-se uma barreira à geração de novas vagas de trabalho e à melhoria da renda da população.</p>

<p align="center"><b>DIMENSÃO DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO PÚBLICA</b></p>	<p align="center"><b>OPORTUNIDADES</b></p> <p>Política nacional de incentivo ao modal ferroviário;          Modal aéreo;          Parcerias público privadas para as demandas estruturais;          Políticas municipais e regional de diretrizes urbanísticas e ambientais.</p>	<p align="center"><b>AMEAÇAS</b></p> <p>Alterações constantes das políticas governamentais;          Dependência de uma concessionária de energia;          Permanência dos baixos investimentos das operadoras em infraestrutura de telecomunicação na região;          Dependência do aterro regional de Santa Maria;          Pouco interesse público e privado na utilização da malha ferroviária disponível;          Agravamento da crise nos órgãos públicos.</p>
<p align="center"><b>FORTALEZAS</b></p> <p>Disponibilidade do modal ferroviário na região;          Localização geográfica regional, interligando as regiões central, fronteira oeste, noroeste;</p>	<p align="center"><b>POTENCIALIDADES</b></p> <p>As potencialidades estruturais estão vinculadas à centralidade da região para o quadrante oeste e noroeste do Estado, ao fato de possuir modais de transporte rodoferroviários consolidados e à possibilidade de modal aéreo, os quais, de maneira articulada, podem servir não só ao Vale do Jaguari, como a toda região centro-fronteira do Estado.</p>	<p align="center"><b>RISCOS</b></p> <p>Os riscos decorrem da permanência das debilidades regionais e do não aproveitamento das potencialidades, pela não execução das demandas e de políticas públicas ineficientes.</p>
<p align="center"><b>FRAQUEZAS</b></p> <p>Ociosidade do modal ferroviário;          Distanciamento dos centros regionais de maior porte;          Malha rodoviária deteriorada;          Energia elétrica rural com pouca potência;          Baixo atendimento para as demandas de sinal de celular e internet;;          Altos gastos públicos com a destinação do lixo domiciliar nos municípios;          Baixos índices de saneamento básico;</p>	<p align="center"><b>DESAFIOS</b></p> <p>Os desafios estruturais da região voltam-se para a melhoria dos aspectos voltados ao saneamento básico, a redução dos gastos públicos com recolhimento e destinação de lixo, a necessidade de articulação para melhorar a infraestrutura de telecomunicações, da malha viária regional e da distribuição da energia elétrica, especialmente no meio rural.</p>	<p align="center"><b>LIMITAÇÕES</b></p> <p>A incapacidade dos órgãos públicos em atender às demandas estruturais, as concessões públicas de energia elétrica e telecomunicações, os entraves ao licenciamento ambiental, o endividamento público e a baixa capacidade de investimento podem limitar as ações de infraestrutura e gestão pública na região.</p>

<p align="center"><b>DIMENSÃO ECONÔMICA</b></p>	<p align="center"><b>OPORTUNIDADES</b></p> <p>Compras governamentais e os mercados institucionais; Crescimento da população brasileira; Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária; Pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias; Perspectiva da retomada de crescimento econômico brasileiro.</p>	<p align="center"><b>AMEAÇAS</b></p> <p>Dependência de atividades primárias com rendas anuais (arroz, soja e bovinocultura); Queda de preços das commodities no mercado internacional; Elevação dos preços dos insumos utilizados na produção agropecuária; Fatores climáticos incidentes na agropecuária; Política de crédito para o empreendedor; Persistência do êxodo rural;</p>
<p align="center"><b>FORTALEZAS</b></p> <p>Tradição produtiva alicerçada na agropecuária; Bovinocultura, ovinocultura, orizicultura, sojicultura, setor coureiro calçadista e agroindústria; Grandes áreas territoriais disponíveis; Localização geográfica regional, interligando as regiões central, fronteira oeste, noroeste; Recursos naturais em grande parte preservados</p>	<p align="center"><b>POTENCIALIDADES</b></p> <p>As potencialidades econômicas da região vinculam-se à agregação de valor da produção primária, à inserção da produção nos mercados institucionais, a exploração logística de interligação dos modais rodoferroviários.</p>	<p align="center"><b>RISCOS</b></p> <p>Os riscos estão ligados à base econômica pouco dinâmica, com grande dependência agropecuária com baixo emprego de mão-de-obra, alto endividamento dos produtores e elevada dependência dos fatores climáticos e cambiais.</p>
<p align="center"><b>FRAQUEZAS</b></p> <p>Produtos agropecuários com baixo valor agregado; Falta de profissionalização e baixo nível tecnológico na agroindústria; Falta de identidade/tradição e de infraestrutura turística; reduzidas opções de produtos turísticos; falta de inventários e de material de divulgação; Distanciamento da região metropolitana e dos grandes centros consumidores;</p>	<p align="center"><b>DESAFIOS</b></p> <p>Os desafios estão vinculados a pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, a diversificação da matriz produtiva, à maior industrialização da produção primária, a exploração turística como negócio e ao fomento ao empreendedorismo.</p>	<p align="center"><b>LIMITAÇÕES</b></p> <p>As limitações referem-se à uma baixa capacidade de transformação da realidade econômica, com agricultura familiar pouco profissionalizada e qualificada, elevado grau de dependência de fatores externos e baixo grau de empreendedorismo.</p>

<p align="center"><b>DIMENSÃO INSTITUCIONAL</b></p>	<p align="center"><b>OPORTUNIDADES</b></p> <p>Aumento dos processos de participação social e cidadã;          Captação de recursos em instâncias estaduais e federais para a região;</p>	<p align="center"><b>AMEAÇAS</b></p> <p>Perda de competitividade frente à outras regiões mais bem articuladas;          Baixa intervenção de políticas estaduais e federais na região pela fraca e desarticulada representação;          Poderes decisórios localizados em outras regiões;</p>
<p align="center"><b>FORTALEZAS</b></p> <p>Número significativo de organizações institucionais e sociais;</p>	<p align="center"><b>POTENCIALIDADES</b></p> <p>As potencialidades estão atreladas a existência e a diversidade de entidades públicas e privadas, locais, regionais e setoriais, que podem ser melhor utilizadas em prol do desenvolvimento considerando o aumento da perspectiva da participação social.</p>	<p align="center"><b>RISCOS</b></p> <p>Os riscos da dimensão institucional estão vinculados à perda de representatividade regional e estadual, pela desarticulação das instituições e pelo não trabalho conjunto das entidades regionais. Ao descrédito da participação e de resultados de suas ações na relação com os governos e na implementação das políticas públicas.</p>
<p align="center"><b>FRAQUEZAS</b></p> <p>Insuficiente integração e articulação entre as organizações institucionais e sociais;          Baixa profissionalização das entidades e instituições;          Baixa cultura participativa e comunitária;          Escassez de lideranças competentes, determinadas e unidas;          Baixa representatividade regional política, classista e sindical;          Falta de sintonia entre as diversas instituições que pensam o planejamento regional;          Diversas regionalizações públicas e privadas no Vale do Jaguari.</p>	<p align="center"><b>DESAFIOS</b></p> <p>Os desafios estão voltados à uma efetiva integração e articulação interinstitucional, com maior participação de novas lideranças competentes e comprometidas, buscando ampliar a representatividade regional nas instâncias decisórias.</p>	<p align="center"><b>LIMITAÇÕES</b></p> <p>A baixa cultura de integração e articulação regional limita a atuação de maneira integrada para executar projetos regional e para ampliar a representatividade regional política, classista e sindical. Além disso, a fragmentação do Vale do Jaguari, decorrente das diferentes regionalizações institucionais públicas e privadas, limita a atuação em bloco para captação de recursos, para execução de projetos e para um olhar único da região.</p>

## 5 DIRETRIZES SETORIAIS DO PLANO ESTRATÉGICO

As diretrizes estratégicas constituem-se em direcionadores para a elaboração das estratégias e dos projetos regionais, que serão elaborados nas etapas seguintes, voltados à resolução de problemas identificados e na potencialização de oportunidades identificadas no levantamento de dados.

O conjunto de diretrizes foi elaborado seguindo a estrutura das dimensões analisadas, conforme apresentado abaixo.

### 5.1 Diretrizes da Dimensão Ambiental

**Diretriz 1:** Promover a preservação dos recursos e das belezas naturais.

**Diretriz 2:** Viabilizar o manejo adequado de agrotóxicos na produção.

**Diretriz 3:** Ampliar os mecanismos de armazenamento de água para abastecimento urbano e rural nos períodos de estiagem.

**Diretriz 4:** Reduzir a carga de resíduos jogados no meio ambiente, estimulando correto manejo, uso e reuso dos mesmos.

**Diretriz 5:** Incentivar a geração de energias limpas de biomassa, solar e eólica.

### 5.2 Diretrizes da Dimensão Social

**Diretriz 1:** Reduzir os índices criminais, especialmente de roubos, furtos, tráfico e posse de entorpecentes.

**Diretriz 2:** Ampliar e qualificar a segurança pública, suprindo seus órgãos com recursos humanos, materiais e tecnológicos.

**Diretriz 3:** Estabelecer ações para atender as demandas de saúde visando a complementariedade de especialidades entre os municípios da região.

**Diretriz 4:** Desenvolver ações de atendimento à saúde integral, atuando nas mais diversas complexidades.

**Diretriz 5:** Ampliar o atendimento em especialidades da saúde.

**Diretriz 6:** Melhorar os índices de escolarização, tais como: repetência, evasão, escolaridade e analfabetismo.

**Diretriz 7:** Promover o atendimento integral na educação básica e fundamental.

**Diretriz 8:** Aumentar a qualificação da educação, via formação de professores, estruturas e metodologias para o processo de ensino e aprendizagem.

**Diretriz 9:** Proporcionar projetos e ações que visem a redução da pobreza, inclusão e assistência social;

**Diretriz 10:** Promover projetos e ações para estimular a criação de espaços culturais e de esporte e lazer;

**Diretriz 11:** Desenvolver projetos e ações que tratem das questões de dependência química;

### **5.3 Diretrizes da Dimensão de Infraestrutura**

**Diretriz 1:** Possibilitar o acesso às tecnologias da informação e qualificar os serviços de telefonia celular e internet.

**Diretriz 2:** Qualificar a distribuição da energia elétrica, especialmente no meio rural.

**Diretriz 3:** Melhorar os índices de saneamento básico relacionados ao acesso à rede de água, tratamento de esgoto, coleta e destinação de lixo.

**Diretriz 4:** Ampliar a utilização interligada dos modais rodoferroviários e desenvolver o modal aéreo.

**Diretriz 5:** Qualificar a malha rodoviária regional, os acessos e estradas municipais.

### **5.4 Diretrizes da Dimensão Econômica**

**Diretriz 1:** Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas vinculadas ao agronegócio com vocação na região, buscando o desenvolvimento de novos produtos, novos empreendimentos, maior utilização tecnológica, estímulo ao associativismo e cooperativismo.

**Diretriz 2:** Promover investimentos em vocações potenciais, desenvolvendo cadeias produtivas alternativas, que possam também aproveitar as características regionais.

**Diretriz 3:** Estimular investimentos que ampliem e qualifiquem as agroindústrias familiares e micro e pequenas empresas regionais.

**Diretriz 4:** Ampliar o desenvolvimento a partir da inovação tecnológica, de pesquisas, de negócios inovadores, da formação de arranjos produtivos, do empreendedorismo e da qualificação da mão-de-obra.

**Diretriz 5:** Articular projetos e ações que viabilizem investimentos no turismo regional, utilizando-se dos atrativos culturais, naturais, rurais, gastronômicos, para geração de negócios na região.

**Diretriz 6:** Promover a geração de emprego e o aumento da renda.

**Diretriz 7:** Estimular a sucessão familiar e a migração de retorno aos pequenos municípios.

### **5.5 Diretrizes da Dimensão Institucional**

**Diretriz 1:** Articular a formação de lideranças locais, setoriais e regionais.

**Diretriz 2:** Ampliar a representatividade política, classista e sindical em instâncias regionais e estaduais.

**Diretriz 3:** Alavancar as relações interinstitucionais locais e regionais.

**Diretriz 4:** Estabelecer mecanismos e estruturas adequadas para gestão e execução do planejamento estratégico regional.

**Diretriz 5:** Homogeneizar as diversas regionalizações existentes no Vale do Jaguari.

## 6 ESTRATÉGIAS

A partir da análise situacional e de exercício de aplicação da matriz FOFA, foram estabelecidas diretrizes setoriais, as quais, contemplam medidas a serem considerada na etapa de planejamento futuro da região.

Diante disso, considerando as diretrizes apresentadas no Diagnóstico Técnico do Vale do Jaguari, são estabelecidas as seguintes estratégias regionais:

### 6.1 DIMENSÃO AMBIENTAL

Diretrizes	Estratégia
<p><b>Diretriz 1:</b> Promover a preservação dos recursos e das belezas naturais.</p> <p><b>Diretriz 2:</b> Viabilizar o manejo adequado de agrotóxicos na produção.</p> <p><b>Diretriz 3:</b> Ampliar os mecanismos de armazenamento de água para abastecimento urbano e rural nos períodos de estiagem.</p> <p><b>Diretriz 4:</b> Reduzir a carga de resíduos jogados no meio ambiente, estimulando correto manejo, uso e reuso dos mesmos.</p> <p><b>Diretriz 5:</b> Incentivar a geração de energias limpas de biomassa, solar e eólica.</p>	<p><b>Promover a preservação, o manejo adequado e a melhor utilização dos recursos e das belezas naturais.</b></p>
<p>Justificativa:</p> <p>Os aspectos ambientais evidenciados na análise situacional do Vale do Jaguari demonstram uma clara preocupação com contaminação dos solos e da bacia hidrográfica regional, oriundos dos resíduos de fertilizantes e agrotóxicos ligados ao cultivo de soja, arroz e fumo e, também, dos dejetos originários da criação de animais. Da mesma forma, é evidente a necessidade de maior atenção no manejo dos solos rasos, especialmente nos municípios de Cacequi, São Francisco de Assis e Unistalda, os quais estão sujeitos a processos erosivos decorrentes do escoamento superficial. Daí a necessidade da preservação da cobertura vegetal nas encostas de morros e nas matas ciliares.</p> <p>A ocorrência de períodos de estiagem na região também são um fator que merece atenção, pois devido a característica agropecuária da região, a produção primária é fortemente prejudicada quando as chuvas ocorrem abaixo da média, especialmente durante o verão. O abastecimento de água urbano também é afetado, uma vez que pelo menos três municípios dispõem de mananciais superficiais, os quais sofrem mais nos períodos de estiagem.</p> <p>Além das questões-problema, constatou-se também que a região do Vale do Jaguari apresenta potencial para geração de energias limpas, tais como biomassa e energia solar. A energia de biomassa pode ser considerada como potencial, uma vez que o Corede Vale do Jaguari e os Coredes da RFP 8 são</p>	

grandes produtores de soja e arroz, os quais, podem ser utilizados como insumos nos diferentes tipos de geração de energias de biomassa. Além disso, em virtude das extensas áreas produtivas, há a possibilidade de plantação de florestas para abastecimento dessa cadeia produtiva. Do ponto de vista social, a geração de empregos diretos e indiretos tem sido reconhecida como um dos principais benefícios da biomassa. Embora a maior parte da mão-de-obra exigida não seja qualificada, ela promove um ciclo virtuoso nas regiões da produção agrícola, caracterizado pelo aumento dos níveis de consumo e qualidade de vida, inclusão social, geração de novas atividades econômicas, fortalecimento da indústria local, promoção do desenvolvimento regional e redução do êxodo rural.

A energia solar pode ser amplamente explorada no Vale do Jaguari, pela característica das grandes áreas, principalmente rurais, nas quais a instalação de painéis solares não teria custos muito elevados. Além disso, no município de Santa Maria já há empresa especializada na instalação de estruturas metálicas para esta necessidade, bem como, para elaboração de projetos de geração de energia solar.

## 6.2 DIMENSÃO SOCIAL

Diretrizes	Estratégia
<p><b>Diretriz 1:</b> Reduzir os índices criminais, especialmente de roubos, furtos, tráfico e posse de entorpecentes.</p> <p><b>Diretriz 2:</b> Ampliar e qualificar a segurança pública, suprimindo seus órgãos com recursos humanos, materiais e tecnológicos.</p> <p><b>Diretriz 3:</b> Estabelecer ações para atender as demandas de saúde visando a complementariedade de especialidades entre os municípios da região.</p> <p><b>Diretriz 4:</b> Desenvolver ações de atendimento à saúde integral, atuando nas mais diversas complexidades.</p> <p><b>Diretriz 5:</b> Ampliar o atendimento em especialidades da saúde.</p> <p><b>Diretriz 6:</b> Promover o atendimento integral na educação básica e fundamental, melhorando os índices de repetência, evasão, escolaridade e analfabetismo</p> <p><b>Diretriz 7:</b> Aumentar a qualificação da educação, via formação de professores, estruturas e metodologias para o processo de ensino e aprendizagem.</p> <p><b>Diretriz 8:</b> Proporcionar projetos e ações que visem a redução da pobreza, inclusão e assistência social;</p>	<p><b>Promover melhores condições sociais e de renda à população.</b></p>

<b>Diretriz 9:</b> Promover projetos e ações para estimular a criação de espaços culturais e de esporte e lazer;	
<p>Justificativa:</p> <p>A atuação desta estratégia configura um esforço preparatório de intervenção numa realidade regional que necessita de atenção em relação aos aspectos sociais da população, principalmente na segurança pública, na educação e na renda.</p> <p>A segurança pública no Vale do Jaguari, à exemplo de outras regiões do Estado, também apresenta sinais de deterioração estrutural das instituições, seja pela falta de efetivos, equipamentos, veículos ou estruturas físicas. Este aspecto revela um quadro em que os índices criminais aumentaram significativamente entre 2010 e 2015, gerando insegurança a população regional.</p> <p>Apesar de demonstrar uma ligeira melhora nos índices relativos ao ensino fundamental, a educação ainda apresenta deficiências em temas importantes, tais como os altos índices de analfabetismo, o baixo grau de escolarização, a crescente evasão escolar e um significativo desinteresse pela qualificação e melhoria contínua.</p> <p>Este cenário é incompatível com a necessidade de elevação da renda, da geração de empregos e do empreendedorismo, como forma de fixação da população na região, especialmente dos jovens, que têm procurado em outras regiões alternativas para melhoria da renda e da qualidade de vida.</p> <p>Em relação à saúde pública, os índices regionais são melhores que as médias do Estado, sendo que o município de Santiago possui uma ampla estrutura de serviços em saúde, por meio de clínicas, hospitais, laboratórios e profissionais liberais, tornando-se a referência para todo o Corede. Além deste município, Cacequi, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul, Jaguari e Mata também dispõem de hospital para atendimento da população, o que representa uma cobertura de boa qualidade para as demandas regionais.</p>	

### 6.3 DIMENSÃO DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO PÚBLICA

Diretrizes	Estratégia
<p><b>Diretriz 1:</b> Possibilitar o acesso às tecnologias da informação e qualificar os serviços de telefonia celular e internet.</p> <p><b>Diretriz 2:</b> Qualificar a distribuição da energia elétrica, especialmente no meio rural.</p> <p><b>Diretriz 3:</b> Melhorar os índices de saneamento básico relacionados ao acesso à rede de água, tratamento de esgoto, coleta e destinação de lixo.</p> <p><b>Diretriz 4:</b> Ampliar a utilização interligada dos modais rodoferroviários e desenvolver o modal aéreo.</p>	<p><b>Qualificar e ampliar a infraestrutura regional.</b></p>

<b>Diretriz 5:</b> Qualificar a malha rodoviária regional, os acessos e estradas municipais.	
<p>Justificativa:</p> <p>Os aspectos de saneamento básico identificados na análise situacional demonstram que a região apresenta índices muito baixo de domicílios ligados à rede geral de água e com banheiro ou sanitário ligado à rede geral ou fossa séptica. Além disso, nenhum dos municípios dispõe de estação de tratamento de esgoto, dejetos estes que, pela falta de estrutura adequada, em muitos casos são depositados na rede coletora de esgoto pluvial, canalizando os dejetos diretamente aos córregos e rios. Além dos comprometimentos infligidos à saúde da população, esta questão se constitui em uma ameaça real à atividade turística nos municípios balneários, além de outras consequências danosas ao meio ambiente.</p> <p>Outra questão importante refere-se à coleta e destinação do lixo doméstico nos municípios do Vale do Jaguarí, pois além dos municípios apresentarem índices abaixo das médias do Estado e do Brasil, há uma grande dependência do único aterro sanitário regional que fica localizado em Santa Maria. Os gastos públicos com este serviço são elevados e não há nenhuma iniciativa regional visando criar alternativas para esta questão.</p> <p>No caso do fornecimento de energia elétrica, constata-se a necessidade de ampliação da oferta não só para atender a demanda atual, mas principalmente para garantir a execução dos projetos de incremento da atividade produtiva, que eventualmente são inviabilizados pela indisponibilidade de redes de energia com tensão insuficiente.</p> <p>Do mesmo modo, verificou-se que a disponibilidade de acesso à internet e telefonia celular possuem baixo atendimento na região, itens estes necessários ao desenvolvimento das atividades produtivas, ao acesso à educação e, principalmente, ao acesso à informação.</p> <p>Não obstante, insere-se o equacionamento das condições desfavoráveis de trafegabilidade nas estradas intermunicipais, as quais estão deterioradas pela falta de manutenção, prejudicando a movimentação de cargas, encarecendo fretes e dificultando a comercialização da produção primária. Além disso, a má qualidade das rodovias prejudica o acesso de pessoas à região, tornando-se um obstáculo para qualquer ação de desenvolvimento turístico. Neste sentido, justifica-se um melhor aproveitamento do modal ferroviário já disponível na região como alternativa para escoamento de safra e criação de um centro concentrador da produção local. Além disso, o modal aeroviário já iniciado no Município de Santiago também pode se tornar uma alternativa para encurtar distâncias entre a região e os demais centros urbanos do Estado e do País.</p>	

#### 6.4 DIMENSÃO ECONÔMICA

Diretrizes	Estratégia
<b>Diretriz 1:</b> Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas vinculadas ao agronegócio com vocação na região, buscando o desenvolvimento de novos produtos, novos empreendimentos, maior	<b>Estimular o empreendedorismo, a inovação, a agregação de valor e a</b>

<p>utilização tecnológica, estímulo ao associativismo e cooperativismo.</p> <p><b>Diretriz 2:</b> Promover investimentos em vocações potenciais, desenvolvendo cadeias produtivas alternativas, que possam também aproveitar as características regionais.</p> <p><b>Diretriz 3:</b> Estimular investimentos que ampliem e qualifiquem as agroindústrias familiares e micro e pequenas empresas regionais.</p> <p><b>Diretriz 4:</b> Ampliar o desenvolvimento a partir da inovação tecnológica, de pesquisas, de negócios inovadores, da formação de arranjos produtivos, do empreendedorismo e da qualificação da mão-de-obra.</p> <p><b>Diretriz 5:</b> Articular projetos e ações que viabilizem investimentos no turismo regional, utilizando-se dos atrativos culturais, naturais, rurais, gastronômicos, para geração de negócios na região.</p> <p><b>Diretriz 6:</b> Promover a geração de emprego e o aumento da renda.</p> <p><b>Diretriz 7:</b> Estimular a sucessão familiar e a migração de retorno aos pequenos municípios.</p>	<p><b>diversificação da produção para melhoria da competitividade econômica regional.</b></p>
<p>Justificativa:</p> <p>Os indicadores econômicos regionais revelaram que a concentração econômica predominante está na agropecuária, especialmente com a bovinocultura de leite, de corte, ovinocultura, sojicultura, orizicultura, mel e fumo. Tais produtos, em sua grande maioria são produzidos e comercializados na escala primária da cadeia de valor, ou seja, como <i>commodities</i>. Este aspecto contribui para que a região tenha um PIB <i>Per Capita</i> bastante díspar entre os municípios e muito abaixo da média do Estado e da região funcional. Além disso, verificou-se que a atividade primária regional se volta, em sua grande maioria, às culturas com utilização de grandes áreas e baixa aplicação de mão-de-obra, o que contribui para que a renda média também seja baixa.</p> <p>Por conta disso, esta estratégia tem o objetivo de aproveitar as vocações regionais do agronegócio para estimular à agro industrialização, agregando valor à produção, aumentando a quantidade de empregos gerados, a renda média da população, interligando-se com a estratégia voltada à qualificação e escolarização da população já citada anteriormente.</p> <p>Além disso, a estratégia, hora delimitada, visa estimular o empreendedorismo, especialmente na população jovem, a partir das vocações atuais e potenciais, de modo que as universidades e centros de pesquisa já instalados na região sejam aplicados no desenvolvimento de novas experiências e negócios com utilização de pesquisas aplicadas à inovação na base produtiva. Isto demandará maior qualificação técnica e gerencial dos novos empreendedores que, por sua vez, também necessitarão de uma mão-de-obra mais qualificada,</p>	

interligando assim as demais estratégicas já apresentadas anteriormente para aumento da renda e da empregabilidade da população.

Além disso, esta estratégia visa estimular a permanência da população jovem na região, o que contribui para a sucessão de negócios familiares com aumento de renda, inovação, geração de empregos e qualificação técnica e gerencial.

## 6.5 DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Diretrizes	Estratégia
<p><b>Diretriz 1:</b> Articular a formação de lideranças locais, setoriais e regionais.</p> <p><b>Diretriz 2:</b> Ampliar a representatividade política, classista e sindical em instâncias regionais e estaduais.</p> <p><b>Diretriz 3:</b> Alavancar as relações interinstitucionais locais e regionais.</p> <p><b>Diretriz 4:</b> Estabelecer mecanismos e estruturas adequadas para gestão e execução do planejamento estratégico regional.</p> <p><b>Diretriz 5:</b> Homogeneizar as diversas regionalizações existentes no Vale do Jaguari.</p>	<p><b>Integrar as ações interinstitucionais de desenvolvimento regional</b></p>
<p>Justificativa:</p> <p>A necessidade de estimular novas lideranças locais, setoriais e regionais é de extrema importância para o desenvolvimento do Corede Vale do Jaguari, uma vez que se constata pouca adesão às questões institucionais da região. Há um número significativo de instituições com atuação regional e até fora da região, entretanto, também se percebe baixa integração de estratégias, ações e projetos, o que dificulta ganhos de representatividade, gera sombreamento de atuação e limitação nos recursos disponíveis.</p> <p>A elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional poderá auxiliar no processo de integração interinstitucional, uma vez que prevê a participação e representação de diversos setores e segmentos da região. Entretanto, será necessária a articulação das instituições com vistas à execução do Plano como mecanismo de execução de estratégias e projetos.</p>	

## 7 REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS

Os Referenciais Estratégicos correspondem aos elementos fundamentais que dão base ao Planejamento Estratégico, sendo eles: a Visão de Futuro, as Vocações e os Valores Regionais.

A elaboração dos Referenciais Estratégicos do Vale do Jaguari considerou um horizonte de tempo até 2030 e foram estabelecidos por meio de debates com a comunidade em reuniões regionais.

### 7.1 VISÃO DE FUTURO

A visão estratégica é a descrição de um cenário futuro desejável para a região. Envolve os sonhos dos cidadãos, isto é, “a identificação das principais características que a sociedade gostaria de alcançar ou pelas quais [...] gostaria de ser conhecida no futuro” (SIEDENBERG, 2009, p.46).

A avaliação das constatações resultantes da Análise Situacional e da aplicação da matriz FOFA, contribuíram para as discussões sobre a Visão de Futuro.

Assim, a visão estratégica para o Corede Vale do Jaguari ficou assim definida:

**Ser uma Região reconhecida pela articulação e atuação integrada da governança, com índices de qualidade de vida acima da média do RS, obtidos por meio do estímulo às atividades empreendedoras, da disponibilidade de infraestrutura para as demandas de produção e mobilidade da população e do acesso à educação, saúde e segurança pública de qualidade**

### 7.2 VOCAÇÕES

As vocações podem ser entendidas como aptidões, capacidades ou talentos passíveis de serem desenvolvidos pelos municípios e suas instituições (SIEDENBERG, 2009, p.48).

Dessa forma, as vocações da região foram definidas em dois grupos:

#### Atuais:

- Agropecuária (pecuária de corte, ovinocultura, orizicultura, sojicultura);
- Agricultura familiar (fumo, mel, leite, olericultura, piscicultura e agroindústria);
- Comércio e serviços de abastecimento de insumos para agropecuária;
- Turismo cultural, histórico e de balneários;
- Serviços de saúde;
- Indústria do couro (Nova Esperança do Sul);
- Educação e formação educacional;

#### Potenciais:

- Industrialização da agropecuária;
- Produção de plantas medicinais;

- Turismo rural, ecológico, de eventos, gastronômico;
- Logística rodoferroviária;
- Produção de energias limpas;

### 7.3 VALORES

De acordo com Siedenberg, 2009, os valores ou princípios norteadores da região estão relacionados com padrões sociais entendidos, aceitos e mantidos pelas pessoas e pela sociedade. Também podem ser chamados de credos, códigos de conduta, preceitos ou doutrinas que regem a vida dos cidadãos. Constituem-se em bens sociais e recursos locais essenciais que podem reger as ações dos munícipes e dos gestores locais.

Os valores a serem ressaltados no Vale do Jaguari ficaram assim definidos

- Hospitalidade
- Cordialidade
- Religiosidade
- Simplicidade
- Trabalho
- Valorização à terra
- Identidade culturas (Tradicionalismo)

## 8 CARTEIRA DE PROJETOS

A carteira de projetos apresenta, de maneira consolidada e priorizada por estratégia, todos os projetos delineados durante o processo de revisão do Planejamento Estratégico da Região para 2030.

A realização deste trabalho envolveu diversos atores regionais com conhecimento técnico específico nas áreas analisadas, visando obter certo grau de detalhamento das informações. Mesmo assim, as informações orçamentárias de alguns projetos não puderam ser consideradas, pois dependem de estudos prévios.

A hierarquização dos projetos foi realizada pela equipe técnica de planejamento, juntamente com a executiva do Corede considerando: abrangência, público alvo e número de projetos por estratégia.

Após todas as contribuições, os projetos ficaram assim distribuídos:

### 8.1 PROMOVER A PRESERVAÇÃO, O MANEJO ADEQUADO E A MELHOR UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E DAS BELEZAS NATURAIS

#### Projeto 1:

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Preservação dos recursos naturais
<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 10.100.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 48 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Prefeituras Municipais
<b>Escopo:</b> Este projeto visa regulamentar medidas para preservação dos recursos naturais em todos os Municípios dos Vale do Jaguari, por meio da criação e implementação dos Planos Diretores Municipais como instrumento para determinação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e das reservas ambientais.

<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Regulamentar e implementação os Planos Diretores em todos os Municípios do Vale do Jaguari como diretriz para criação das Áreas de Preservação Permanentes e reservas ambientais.
<b>Justificativa:</b> Para além dos aspectos da preservação e recuperação ambiental, as cidades devem atentar para a efetividade dos direitos humanos e garantia da qualidade de vida às gerações presentes e futuras, considerando também os aspectos sociais, econômicos, culturais, demográficos e estruturais. Assim consta na lei 10.257/2001, denominada de Estatuto da Cidade, na forma de um direito, que conceitua a cidade sustentável como aquela na qual são garantidos: o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. Quanto à concepção de meio ambiente, também deve ser pautada em toda sua amplitude, como a própria Constituição Brasileira de 1988 prevê, relacionando-a não só à preservação da fauna e da flora, mas a bens de

natureza cultural, moral, material e psicológica e ao equilíbrio ecológico. Cabe ressaltar aqui, que o equilíbrio referido, diz respeito à harmonia entre todas as formas de vida, com o meio, em que todas convivem.

O desenvolvimento de cidades sustentáveis deve ser idealizado sob a ótica de uma sociedade preocupada com a recuperação ambiental, ou seja, de devolver ao ambiente suas características originais, a estabilidade e o reestabelecimento do equilíbrio natural em focos de degradação. Para tanto a regulamentação e normas protetoras desse meio ambiente, depende de normas, estabelecidas principalmente por meio do Plano diretor, o instrumento jurídico de fundamental importância para garantir a qualidade de vida nas cidades.

Conforme trata o art. 182, §1º da Constituição Federal, o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. E como cada município possui características socioeconômicas, geográficas e políticas próprias, o plano deve ser elaborado em consonância com as especificidades de cada uma.

**Beneficiários:** População do Vale do Jaguarí

**Resultados pretendidos:**

Curto prazo: estabelecer instrumentos legais para regulamentar a utilização e o manejo ambiental nos municípios

Médio prazo: reduzir os prejuízos com a má utilização dos recursos naturais

Longo prazo: preservar os recursos e belezas naturais

**Alinhamento Estratégico:**

Estratégia: Promover a preservação, o manejo adequado e a melhor utilização dos recursos e das belezas naturais.

Diretriz: Promover a preservação dos recursos e das belezas naturais.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1: Formatação das comissões técnicas**

**Meta:** Definir e regulamentar as comissões técnicas municipais responsáveis pelo encaminhamento dos Planos Diretores em cada Município

**Prazo:** 10 meses

**Produto 2: Contratação de estudo técnico**

**Meta:** Contratação de empresa especializada para apresentar estudo técnico que subsidiará os projetos de lei de criação dos Planos Diretores Municipais

**Prazo:** 12 meses

**Produto 3: Audiências Públicas**

**Meta:** Realização de audiências públicas em todos os Municípios para validar os Planos Diretores Municipais

**Prazo:** 12 meses

**Produto 4: Políticas públicas para preservação dos recursos naturais**

**Meta:** Criação e aprovação das Leis Municipais que estabelecerão os Planos Diretores em cada Município com as regulamentações das Áreas de Preservação Permanente (APPs), parques e reservas ambientais, uso e ocupação urbana.

**Prazo:** 12 meses

### 4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

**Equipe do Projeto:** Secretarias Municipais de Agricultura, Emater e Universidades

<b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Prefeituras Municipais, Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), Emater
<b>Organizações parceiras:</b> Sindicatos Rurais, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Universidades

<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Sim
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim

<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 10.100.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Prefeituras Municipais, Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA)
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 9.100.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 1.000.000,00
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b> Produto 1: R\$ - Produto 2: R\$ 10.000.000,00 Produto 2: R\$ 50.000,00 Produto 3: R\$ 50.000,00

<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X								
Produto 2			X							
Produto 3				X						
Produto 4					X					

**Projeto 2:**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Água como fator de desenvolvimento
<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 7.500.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 72 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Emater, Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente.
<b>Escopo:</b> Construir micro açudes, barragens e cisternas para atender as demandas de água no meio rural, visando potencializar o desenvolvimento das atividades agropecuárias.

<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Ampliar a disponibilidade de água para atender às demandas de produção e de abastecimento das propriedades rurais.

<p><b>Justificativa:</b> O desenvolvimento das atividades de fruticultura, olericultura, bovino de leite e piscicultura são potencialidades a serem exploradas nos municípios do Vale do Jaguari, como forma de diversificação da produção, ampliação da renda e, conseqüentemente, redução do êxodo rural e evasão populacional dos pequenos municípios da Região.</p> <p>De acordo com as informações levantadas no Diagnóstico Situacional do Vale do Jaguari, a produção agropecuária da Região é prejudicada em anos com baixos volumes de precipitação, uma vez que faltam estruturas para armazenamento de água suficientes às demandas produtivas.</p> <p>Neste sentido, este projeto busca estabelecer medidas para desenvolvimento de projetos e construção de açudes, barragens e cisternas que atendam a produção atual e futura das atividades de fruticultura, olericultura, bovino de leite e piscicultura.</p>
<p><b>Beneficiários:</b> Produtores rurais dos municípios do Vale do Jaguari</p>
<p><b>Resultados pretendidos:</b></p> <p>Curto prazo: regularizar a disponibilidade de água e diversificar a oferta de produtos na Região.</p> <p>Médio prazo: aumentar a produção a produtividade e a renda agropecuária;</p> <p>Longo prazo: tornar e ou manter as propriedades econômica e ambientalmente viáveis, evitando o êxodo rural.</p>
<p><b>Alinhamento Estratégico:</b></p> <p>Estratégia: Promover a preservação, o manejo adequado e a melhor utilização dos recursos e das belezas naturais.</p> <p>Diretriz: Ampliar os mecanismos de armazenamento de água para abastecimento urbano e rural nos períodos de estiagem.</p>

<p><b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Produto 1: Projetos de licenciamento</b></p> <p><b>Meta 1:</b> Realizar projetos de licenciamento ambiental e topográfico para reforma e construção de depósitos de água</p> <p><b>Meta 2:</b> Projeto de licenciamento ambiental, topográfico e cálculos para implantação de sistemas de irrigação.</p> <p><b>Prazo:</b> 60 meses</p>
<p><b>Produto 2: Execução dos projetos</b></p> <p><b>Meta 1:</b> Construção de açudes, barragens e cisternas</p> <p><b>Meta 2:</b> Implantação dos projetos de irrigação</p> <p><b>Prazo:</b> 60 meses</p>

<p><b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</b></p>
<p><b>Equipe do Projeto:</b> Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente e Emater.</p>
<p><b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, FEPAM, Secretarias Municipais de Agricultura, Meio Ambiente, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Secretaria de Desenvolvimento Rural e Emater.</p>
<p><b>Organizações parceiras:</b> Universidades Sindicatos Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Cooperativas.</p>

<p><b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b></p>
--

<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim

<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 7.500.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretarias Municipais de Agricultura e recursos dos beneficiários
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 7.000.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 500.000,00
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b> Produto 1: R\$ 500.000,00 Produto 2: R\$ 7.000.000,00

<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X	X	X	X					
Produto 2		X	X	X	X	X				

### Projeto 3:

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Produção e utilização de energias renováveis de fontes limpas
<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 5.000.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 60 meses
<b>Responsável pela implementação:</b>
<b>Escopo:</b> Estímulo à pesquisa e à produção de energias renováveis de fontes limpas para atender às demandas individuais ou para reaproveitando nas redes de distribuição (venda para as concessionárias), utilizando as potencialidades e disponibilidades de recursos naturais da Região

<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Incentivar a pesquisa, a produção e democratizar o acesso às energias renováveis de fontes limpas, a partir das potencialidades e disponibilidades de recursos naturais da Região.
<b>Justificativa:</b> Sob o ponto de vista do aproveitamento ambiental como potencialidade regional, o Vale do Jaguari apresentar características que possibilitam explorar a geração de energias limpas, tais como biomassa, energia solar e eólica. Tais características são reveladas pela intensa atividade primária, especialmente na produção de arroz e soja, os quais geram insumos para este tipo de energia, bem como, as amplas áreas territoriais disponíveis para aproveitamento energético solar. Incentivos regulatórios recentes, tais como os que estabelecem a possibilidade de compensação da energia excedente produzida por sistemas de menor

porte (*net metering*) tem contribuído para a instalação de micro e mini usinas de geração distribuída de energia elétrica. Em 2015, a geração distribuída atingiu 34,9 GWh com uma potência instalada de 16,5 MW, com destaque para a fonte solar fotovoltaica, com 20,0 GWh e 13,3 MW de geração e potência instalada respectivamente. Do total de oferta interna da energia brasileira, 41,2% provém de energias renováveis, sendo que deste total, 16,9% provém da cana de açúcar e 4,7% de outras energias renováveis, tais como a energia solar e eólica. Entre 2014 e 2015 a oferta de energia solar teve variação de 97%, sendo a energia com maior crescimento percentual no período.

Tais indicadores demonstram um cenário extremamente promissor para a geração de energias limpas no Brasil, no qual o Vale do Jaguari poderá também se inserir utilizando-se suas características regionais atuais e potenciais. O estímulo à pesquisa e aos empreendimentos deve fazer parte do esforço empreendido no sentido de diversificar a matriz produtiva, ampliando a geração de novos postos de trabalho, da renda e dos impostos na região.

**Beneficiários:** População do Vale do Jaguari

**Resultados pretendidos:**

Curto prazo: desenvolver projetos de pesquisa sobre a utilização de energias renováveis de fontes limpas na Região

Médio prazo: democratizar o acesso às energias renováveis, reduzindo os custos com a energia elétrica

Longo prazo: implementar estruturas para geração de energias renováveis na Região

**Alinhamento Estratégico:**

Estratégia: Promover a preservação, o manejo adequado e a melhor utilização dos recursos e das belezas naturais.

Diretriz: Incentivar a geração de energias limpas de biomassa, solar e eólica.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1: Projetos de pesquisa em energias renováveis**

**Meta:** Desenvolver 10 projetos de pesquisa nas instituições de ensino superior da Região sobre as potencialidades para geração de energias renováveis

**Prazo:** 60 meses

**Produto 2: Cooperativa para produção de energia solar**

**Meta:** Criar uma Cooperativa de produção de energia solar no Vale do Jaguari

**Prazo:** 24 meses

**Produto 3: Estudo de monitoramento dos ventos para produção de energia eólica**

**Meta:** Concluir o atual estudo de monitoramento dos ventos no Vale do Jaguari para avaliar a capacidade de instalação de um Parque Eólico

**Prazo:** 36 meses

**Produto 4: Diagnóstico para implantação de biodigestores para produção de energia de biomassa**

**Meta:** Realizar um diagnóstico sobre a possibilidade de implantação de biodigestores em 30 propriedades rurais do Vale do Jaguari

**Prazo:** 24 meses

### 4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

<b>Equipe do Projeto:</b> Prefeituras Municipais, concessionárias de energia, empresas fornecedoras de equipamentos para geração de energia, Universidades
<b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Prefeituras Municipais, Secretaria Estadual de Minas e Energia
<b>Organizações parceiras:</b> BRDE, Badesul

<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Sim
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim

<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 5.000.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Secretaria Estadual de Minas e Energia, investidores privados
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 4.500.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 500.000,00
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b> Produto 1: R\$ 3.000.000,00 Produto 2: R\$ 500.000,00 Produto 3: R\$ - Produto 4: R\$ 1.500.000,00

<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X	X	X	X	X				
Produto 2		X	X							
Produto 3		X	X							

**Projeto 4:**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Uso e manejo de agrotóxicos
<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 1.200.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 48 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Emater e Secretarias Municipais de Agricultura
<b>Escopo:</b> Este projeto visa conscientizar, capacitar e dotar os produtores rurais do Vale do Jaguari de instrumentos para o manejo seguro dos agrotóxicos, afim de se evitar danos à saúde e ao ambiente.

<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
------------------------------------

<p><b>Objetivo:</b> Capacitar e sensibilizar os produtores rurais da Região sobre as normas para o correto uso e manejo de agrotóxicos</p>
<p><b>Justificativa:</b> A segurança do trabalho com agrotóxicos surge como uma necessidade consequente da toxicidade intrínseca nos compostos aplicados para o controle químico danosos à exploração agrícola do homem. Além dos organismos indesejados, os agrotóxicos causam intoxicações em qualquer organismo vivo que de alguma forma seja exposto. A qualidade na aplicação de agrotóxicos esta intimamente relacionados a assuntos de segurança de importância para o aplicador, a população rural próxima, o consumidor final e o ambiente em geral.</p> <p>As informações sobre o uso correto e seguro dos agroquímicos é assunto regulamentado pela Lei federal no 7.802, de 11 de julho de 1989 e Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.</p> <p>Diante de tal regulamentação e da característica econômica do Vale do Jaguari, justifica-se um projeto para disseminar as informações relacionadas ao uso e manejo de agrotóxicos, bem como, estabelecer medidas para o correto descarte de embalagens utilizadas na produção agropecuária, a fim de se combater os problemas com contaminação de solos, águas e a própria população.</p>
<p><b>Beneficiários:</b> Trabalhadores e empregadores rurais do Vale do Jaguari.</p>
<p><b>Resultados pretendidos:</b></p> <p>Curto prazo: conscientização dos trabalhadores rurais e empregadores para o correto uso e manejo de agrotóxicos</p> <p>Médio prazo: cumprimento da legislação relacionada ao uso e manejo de agrotóxicos</p> <p>Longo prazo: diminuição de acidentes e doenças oriundas do trabalho rural e redução de contaminações ambientais decorrentes do mau uso de agrotóxicos</p>
<p><b>Alinhamento Estratégico:</b></p> <p>Estratégia: Promover a preservação, o manejo adequado e a melhor utilização dos recursos e das belezas naturais.</p> <p><b>Diretriz 1:</b> Viabilizar o manejo adequado de agrotóxicos na produção.</p> <p><b>Diretriz 2:</b> Reduzir a carga de resíduos jogados no meio ambiente, estimulando correto manejo, uso e reuso dos mesmos.</p>

<p><b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Produto 1: Capacitação de produtores</b></p> <p><b>Meta:</b> Sensibilizar e capacitar 700 produtores rurais da Região sobre as normas, procedimentos e cuidados no manejo de agrotóxicos</p> <p><b>Prazo:</b> 48 meses</p>
<p><b>Produto 2: Central de coleta de resíduos</b></p> <p><b>Meta:</b> Criar uma central para coleta e destinação de embalagens de agrotóxicos e produtos químicos utilizados na agropecuária nos Municípios de Santiago, Capão do Cipó, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Cacequi</p> <p><b>Prazo:</b> 24 meses</p>

<p><b>Produto 3: Aquisição de equipamentos para manipulação de agrotóxicos</b>  <b>Meta:</b> Adquirir equipamentos para uso e manejo de agrotóxicos para 700 produtores rurais  <b>Prazo:</b> 24 meses</p>
<p><b>Produto 4: Aquisição de veículos</b>  <b>Meta:</b> Adquirir 5 veículos para realizar a coleta dos agrotóxicos nas propriedades rurais  <b>Prazo:</b> 24 meses</p>

<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> Emater, Senar e Prefeituras Municipais
<b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Prefeituras Municipais, Secretaria de Agricultura do Estado, Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Irrigação, Emater
<b>Organizações parceiras:</b> Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos Rurais, IFF, URI, Senar.

<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Não
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim

<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 1.200.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Orçamento Público Estadual, Senar e contrapartida dos produtores rurais
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 950.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 250.000,00
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b> Produto 1: R\$ 250.000,00 Produto 2: R\$ 300.000,00 Produto 3: R\$ 300.000,00 Produto 4: R\$ 350.000,00

<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X	X	X						
Produto 2		X	X							
Produto 3		X	X							
Produto 4		X	X							

**Projeto 5:**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Educação e sensibilização sanitária e ambiental

<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 1.200.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 48 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Prefeituras Municipais
<b>Escopo:</b> Este projeto visa realizar ações para ampliar o entendimento da população acerca da preservação dos recursos naturais, por meio da implementação do Programa de Educação Sanitária e Ambiental nos Municípios, que foca o processo educativo de sensibilização sanitária e ambiental.

<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Implementar o Programa de Educação Sanitária e Ambiental, que foca o processo educativo de sensibilização sanitária e ambiental, por meio da realização de palestras, oficinas, visitas técnicas a equipamentos de saneamento, mananciais ou cursos d'água de relevância dos municípios e da Região.
<b>Justificativa:</b> Numa abordagem estratégica que privilegia a participação da população envolvida na busca de soluções viáveis para os problemas de saneamento ambiental, uma das ferramentas das mais importantes é a Educação Sanitária e Ambiental pautada na concepção de um planejamento que visa resultados positivos, benefícios, e uma eficiente política de gestão pública dos serviços de saneamento básico, estes entendidos como, o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos (lixo). Na gestão pública regulatória dos serviços de saneamento ambiental, em especial, no que trata do abastecimento de água e esgotamento sanitário, o processo de participação do usuário e o controle social dos serviços ofertados pela concessionária devem ser visualizados como parte relevante do processo de formulação estratégica da regulação, seja na forma do aumento da conscientização social acerca do papel do órgão regulador, ou como componente de alcance no estabelecimento de um marco regulatório, que priorize a conscientização sanitária e ambiental e o estímulo na procura de instrumentos de comunicação da agência e na participação cidadã do usuário dos serviços concedidos, gerando a confiança do mesmo e da sociedade como um todo. Neste contexto, a Educação Sanitária e Ambiental tem um enfoque estratégico voltado para a gestão pública regulatória do saneamento básico, de maneira que o processo pedagógico deve ser pautado no ensino contextualizado, abordando o tema da questão da distribuição, uso e aproveitamento racional dos recursos hídricos, a coleta, tratamento, destino final dos esgotos e a possibilidade de reuso de água, além da coleta, destinação adequada, tratamento, redução do consumo, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos domésticos.
<b>Beneficiários:</b> População do Vale do Jaguari
<b>Resultados pretendidos:</b> Curto prazo: propor uma metodologia que atenda as especificações acerca da educação ambiental e sanitária. Médio prazo: sensibilizar a população para as questões sanitárias e ambientais Longo prazo: melhorar a qualidade de vida da população

<p><b>Alinhamento Estratégico:</b>  <b>Estratégia:</b> Promover a preservação, o manejo adequado e a melhor utilização dos recursos e das belezas naturais.  <b>Diretriz:</b> Promover a preservação dos recursos e das belezas naturais.</p>
---

<p><b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b></p> <p><b>Produto 1: Contratação de estudo para formatação metodológica do Programa</b>  <b>Meta:</b> Metodologia com estudo técnico definido  <b>Prazo:</b> 18 meses</p>
<p><b>Produto 2: Validação metodológica com agentes municipais</b>  <b>Meta:</b> Realizar 3 audiências públicas com membros da comunidade para validar a metodologia de trabalho  <b>Prazo:</b> 10 meses</p>
<p><b>Produto 3: Capacitação de lideranças comunitárias</b>  <b>Meta 1:</b> Motivar e capacitar 300 lideranças comunitárias, para o uso racional da água e a gestão dos resíduos sólidos domésticos (lixo), sensibilizando para a redução, reutilização e reciclagem;  <b>Prazo:</b> 24 meses</p>
<p><b>Produto 4: Sensibilização nas escolas</b>  <b>Meta:</b> Realização de palestras nas escolas sobre lixo urbano e reciclagem, qualidade e importância da água e saneamento ambiental  <b>Prazo:</b> 24 meses</p>
<p><b>Produto 5: Sensibilização em comunidades e bairros</b>  <b>Meta:</b> Sensibilização das comunidades com distribuição de materiais e realização de atividades em todas as Unidades de Saúde dos Municípios.  <b>Prazo:</b> 24 meses</p>
<p><b>Produto 6: Seminário regional de boas práticas</b>  <b>Meta:</b> Realização de seminário regional com apresentações de boas práticas realizadas nos municípios e reconhecimento dos trabalhos  <b>Prazo:</b> 24 meses</p>

<p><b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</b></p>
<p><b>Equipe do Projeto:</b> Coordenadorias Regionais de Educação e Saúde e Secretarias Municipais de Saúde e Educação</p>
<p><b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Prefeituras Municipais, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA-RS), Secretaria de Saúde do Estado</p>
<p><b>Organizações parceiras:</b> Universidades, associações de bairros</p>

<p><b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b></p>
<p><b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim</p>
<p><b>Desapropriação:</b> Não</p>
<p><b>Licença Ambiental:</b> Não</p>
<p><b>Licitação:</b> Sim</p>

<p><b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 1.100.000,00</p>

<b>Fontes de recursos:</b> Prefeituras Municipais, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA-RS)
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Não
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Não
<b>Investimentos:</b> R\$ 200.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 900.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto: Produto 1: R\$ 200.000,00 Produto 2: R\$ 50.000,00 Produto 3: R\$ 300.000,00 Produto 4: R\$ 150.000,00 Produto 5: R\$ 200.000,00 Produto 6: R\$ 200.000,00

<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X	X							
Produto 2			X							
Produto 3				X	X					
Produto 4				X	X					
Produto 5				X	X					
Produto 6				X	X					

## 8.2 PROMOVER MELHORES CONDIÇÕES SOCIAIS E DE RENDA À POPULAÇÃO

### Projeto 1:

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Reparcelamento dos órgãos de segurança pública
<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 9.000.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 60 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Secretaria de Segurança Pública do RS
<b>Escopo:</b> Dotar os órgãos de segurança pública de melhores condições de trabalho para o combate a criminalidade na Região, por meio da aquisição e utilização de novas tecnologias para atendimento de ocorrências.

<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Ampliar e modernizar os mecanismos utilizados pelos Órgãos de Segurança Pública para atendimento às ocorrências nas áreas urbana e rural, por meio da implementação das Patrulhas Rurais e da ampliação dos sistemas para videomonitoramento urbano.
<b>Justificativa:</b> Este projeto se justifica pela necessidade de ampliar os mecanismos utilizados atualmente pelos Órgãos de Segurança Pública para atendimento às ocorrências na Região.

Com a redução no efetivo, justifica-se cada vez mais a utilização de videomonitoramento para acompanhar a movimentação de pessoas, veículos e atividades no perímetro urbano dos Municípios. Além disso, alguns Municípios da Região não possuem unidades permanentes da Brigada Militar para atendimento das ocorrências. Dessa forma, a instalação de câmeras permitirá acompanhar e registrar eventuais ocorrências nestes municípios, por meio da centralização das imagens em salas de monitoramento. Assim como na área urbana, a área rural também necessita de medidas efetivas para combate à criminalidade. Neste sentido, justifica-se a criação de uma Patrulha Rural, a qual estará preparada com veículos de maior porte (caminhonetes) e equipamentos para deslocamento rápido em áreas rurais. Com isto, busca-se reduzir o número de ocorrências na Região e aumentar a sensação de segurança para a população.

**Beneficiários:** População do Vale do Jaguari

**Resultados pretendidos:**

Curto Prazo: reaparelhar órgãos de segurança pública

Médio Prazo: reduzir os indicadores de criminalidade

Longo Prazo: proporcionar maior sensação de segurança para a população

**Alinhamento Estratégico:**

Estratégia: Promover melhores condições sociais e de renda à população.

Diretriz 1: Ampliar e qualificar a segurança pública, suprimindo seus órgãos com recursos humanos, materiais e tecnológicos.

Diretriz 2: Reduzir os índices criminais, especialmente de roubos, furtos, tráfico e posse de entorpecentes.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1: Patrulhas rurais**

**Meta 1:** Aquisição de 5 viaturas caminhonete

**Meta 2:** Aquisição de aparelhos GPS para as viaturas

**Meta 3:** Aquisição de câmeras veiculares para as viaturas

**Prazo:** 24 meses

**Produto 2: Monitoramento eletrônico**

**Meta 1:** Instalação de câmeras na área urbana de todos os Municípios do Vale do Jaguari

**Meta 2:** Instalação de salas de monitoramento nos Municípios de Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Cacequi

**Prazo:** 48 meses

### 4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES

**Equipe do Projeto:** Brigada Militar, Polícia Civil, Susepe, Bombeiros Militares e Secretaria de Segurança Pública do RS.

**Órgãos Públicos Envolvidos:** Secretaria de Segurança Pública do RS, Prefeituras Municipais

**Organizações parceiras:**

### 5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

**Elaboração de Projeto Executivo:** Sim

**Desapropriação:** Não

<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Sim

<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 9.000.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Orçamento Federal e Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 9.000.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> -
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b> Produto 1: R\$ 2.000.000,00 Produto 2: R\$ 7.000.000,00

<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X	X							
Produto 2	X	X	X	X						

### Projeto 2:

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Tempo integral na Educação Básica
<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 2.300.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 60 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Coordenadoria Regional de Educação e Secretarias Municipais de Educação
<b>Escopo:</b> Este projeto visa implementar o Turno Integral nas escolas de educação básica, por meio desenvolvimento de atividades em turno oposto tais como esportes, dança, oficinas práticas e atividades comunitárias.

<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Qualificar professores e adequar as estruturas das escolas de educação básica para realização de atividades em turno oposto.
<b>Justificativa:</b> Os índices educacionais analisados no Diagnóstico do Planejamento Estratégico revelaram um quadro que merece muita atenção. A taxa média de analfabetismo de pessoas com 10 anos ou mais do Corede Vale do Jaguari foi de 8,9% em 2000 e 5,81 em 2010, ficando acima da média do Estado nos dois períodos. Todos os municípios tiveram a taxa de analfabetismo acima da média do Estado, sendo que São Francisco de Assis e Unistalda apresentam os maiores índices. Em relação às matrículas na educação infantil, verificou-se um aumento de 41,08% entre os anos de 2010 e 2015, superando o desempenho do Estado, que foi de 36,07%. Já em relação ao ensino fundamental e médio não se constata a mesma tendência. No ensino fundamental houve uma redução de 20,98% no número total de matrículas, sendo que esta redução é proveniente

das matrículas em anos finais, o que levanta a hipótese de descontinuidade na escala de formação da população. No ensino médio a redução no número de matrículas foi de 48,07%.

Verificou-se também que no percentual de pessoas por grupo de estudo, a Região apresentou em 2010 uma concentração de 41,51% da população com ensino fundamental completo, índice este abaixo da média do Estado (56,29%) e do Brasil (54,92%). De maneira geral, o desempenho médio da região é inferior ao do Estado e ao do Brasil em todas as escalas de avaliação, agravando-se na medida em que aumenta a idade da população.

Diante de tais indicadores, este projeto se justifica pela necessidade de permanência do jovem na escola em turno integral, para estimular a formação e o desenvolvimento de atividades complementares à sua formação.

**Beneficiários:** Alunos das escolas de educação básica

**Resultados pretendidos:**

Curto prazo: aumentar o tempo de permanência dos jovens na escola

Médio prazo: reduzir os índices de analfabetismo, evasão escolar e distorção idade-série

Longo prazo: melhorar a educação e a formação formal dos jovens

**Alinhamento Estratégico:**

Estratégia: Promover melhores condições sociais e de renda à população.

Diretriz 1: Promover o atendimento integral na educação básica e fundamental, melhorando os índices de repetência, evasão, escolaridade e analfabetismo.

Diretriz 2: Aumentar a qualificação da educação, via formação de professores, estruturas e metodologias para o processo de ensino e aprendizagem.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1: Qualificação de professores**

**Meta:** Capacitar 300 professores para desenvolvimento de atividades complementares em turno oposto

**Prazo:** 24 meses

**Produto 2: Equipamentos e estruturas**

**Meta:** Adequação das estruturas físicas e aquisição de equipamentos para desenvolvimento metodológico

**Prazo:** 24 meses

**Produto 3: Realização de atividades alternativas**

**Meta 1:** Realização de atividades culturais de música, dança e teatro

**Meta 2:** Realização de oficinas práticas

**Meta 3:** Interação da escola com atividades comunitárias

**Prazo:** 60 meses

### 4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

**Equipe do Projeto:** Coordenadoria Regional de Educação e Secretarias Municipais de Educação

**Órgãos Públicos Envolvidos:** Prefeituras Municipais, Secretaria Estadual de Educação

**Organizações parceiras:**

### 5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

**Elaboração de Projeto Executivo:** Sim

<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Sim

<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 2.300.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Secretaria de Educação do Estado e Prefeituras Municipais
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 1.000.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 1.300.000,00
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b> Produto 1: R\$ 300.000,00 Produto 2: R\$ 1.000.000,00 Produto 3: R\$ 1.000.000,00

<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X								
Produto 2	X	X								
Produto 3	X	X	X	X	X					

### Projeto 3:

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Atendimentos em especialidades médicas
<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 100.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 24 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Secretarias Municipais de Saúde e hospitais da região
<b>Escopo:</b> Este projeto visa facilitar o acesso aos atendimentos oncológicos e traumatológicos pelo Sistema Único de Saúde, tornando o Hospital de Caridade de Santiago referência pública para o Vale do Jaguari.

<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Referenciar o Hospital de Caridade de Santiago em oncologia e traumatologia para realizar atendimentos pelo Sistema Único de Saúde para estas especialidades no Vale do Jaguari.
<b>Justificativa:</b> A infraestrutura de saúde no Vale do Jaguari é composta por 14 postos de saúde, 7 hospitais gerais com um total de 403 leitos e 182 estabelecimentos que atuam na área da saúde, tais como farmácias, drogarias, clínicas médicas, odontológicas, nutricionistas, fisioterapeutas, laboratórios, entre outros. As maiores unidades hospitalares da região estão instaladas nos municípios de Santiago, São Francisco de Assis e Cacequi, os quais são referência aos demais municípios para cirurgias, ultrassonografias, atendimento médico

obstétrico, pediátrico, de saúde mental, oftalmológico, traumatológico e otorrinolaringologia.

O Hospital de Caridade de Santiago é a maior unidade de atendimento hospitalar na Região, dispendo de um Centro de Tratamento Intensivo (CTI), de um moderno Centro de Diagnóstico por Imagem (CDI) e um Centro de Diálise, que são referência para o Vale do Jaguari e para a população dos Coredes vizinhos. Atualmente, 66% dos atendimentos são realizados pelo Sistema Único de Saúde, o que reforça sua importância no contexto de saúde pública regional. Além da unidade de Santiago, a instituição também administra o Hospital de Jaguari.

Com o objetivo de ampliar o número de atendimentos realizados pelo Sistema Único de Saúde, o Hospital de Caridade de Santiago já possui estrutura disponível para operação do Centro de Oncologia e ampliação dos atendimentos em traumatologia.

Neste sentido, este projeto se justifica pela importância em ampliar os atendimentos realizados à população regional, bem como, facilitar o acesso dos serviços pelo Sistema Único de Saúde.

**Beneficiários:** População do Vale do Jaguari

**Resultados pretendidos:**

Curto prazo: referenciar o Hospital de Caridade de Santiago em Oncologia e Traumatologia

Médio prazo: ampliar o número de atendimentos SUS no Hospital

Longo prazo: ampliar os atendimentos em saúde especializada no Vale do Jaguari

**Alinhamento Estratégico:**

Estratégia: Promover melhores condições sociais e de renda à população

Diretriz: Ampliar o atendimento em especialidades da saúde.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1: Atendimentos em Oncologia**

**Meta 2:** Referenciar o Hospital de Caridade de Santiago junto ao Ministério da Saúde para prestar atendimentos oncológicos pelo SUS no Vale do Jaguari

**Prazo:** 24 meses

**Produto 2: Atendimento em Traumatologia**

**Meta:** Referenciar o Hospital de Caridade de Santiago junto ao Ministério da Saúde para prestar atendimentos traumatológicos pelo SUS no Vale do Jaguari

**Prazo:** 24 meses

### 4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

**Equipe do Projeto:** Secretaria Municipal de Saúde de Santiago, Secretaria de Saúde do Estado e Hospital de Caridade de Santiago

**Órgãos Públicos Envolvidos:** Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde do Estado e Prefeitura Municipal

**Organizações parceiras:**

### 5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

**Elaboração de Projeto Executivo:** Não

**Desapropriação:** Não

<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Sim

<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 100.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> -
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ -
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 100.000,00
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b> Produto 1: R\$ 50.000,00 Produto 2: R\$ 50.000,00

<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X								
Produto 2	X	X								

#### Projeto 4:

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Pedagogia de alternância
<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 780.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 48 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Coordenadoria Regional de Educação e Secretarias Municipais de Educação
<b>Escopo:</b> Este projeto visa estabelecer e implementar um conjunto de ações curriculares complementares, ligadas às características agropecuárias da Região, a serem realizadas nas escolas, de forma a inserir os jovens nas atividades da família, como instrumento de qualificação e de migração de retorno.

<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Implementar ações na grade curricular e em turno oposto nas escolas, para estímulo à participação dos jovens nas atividades agropecuárias das famílias.
<b>Justificativa:</b> A característica agropecuária da região ainda preserva boa parte de seus moradores na zona rural dos municípios. Em alguns casos, mesmo não residindo mais na zona rural, há a manutenção das propriedades rurais como fonte de recursos para manter a família. De acordo com os indicadores apresentados no Diagnóstico do Planejamento Estratégico, a Região apresenta uma evasão populacional significativa, especialmente dos municípios menores, que possuem a maior parte da população com residência na área rural. Pelos relatos colhidos nas reuniões de planejamento, esta migração populacional ocorre, em grande parte, pelos jovens que saem para estudar e não retornam para dar continuidade na propriedade da família.

Neste sentido, este projeto visa, em especial, a implementação da pedagogia de alternância, como forma de utilizar as estruturas já disponíveis nas escolas municipais e estaduais para tratar também dos temas que envolvem as características microrregionais. Além disso, o modelo metodológico contemplará atividades na escola e nas propriedades, inserindo a escola nas atividades da família e vice-versa.
<b>Beneficiários:</b> Alunos das escolas de ensino básico.
<b>Resultados pretendidos:</b> Curto prazo: desenvolver atividades alternando a pedagogia de sala de aula com atividades na família Médio prazo: capacitar os alunos com atividades complementares Longo prazo: diminuir o êxodo rural
<b>Alinhamento Estratégico:</b> Estratégia: Promover melhores condições sociais e de renda à população. Diretriz 1: Promover o atendimento integral na educação básica e fundamental, melhorando os índices de repetência, evasão, escolaridade e analfabetismo. Diretriz 2: Aumentar a qualificação da educação, via formação de professores, estruturas e metodologias para o processo de ensino e aprendizagem.

<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1: Capacitação de professores e diretores</b> <b>Meta:</b> Capacitar 300 professores para utilização de um novo modelo pedagógico <b>Prazo:</b> 24 meses
<b>Produto 2: Oficinas e atividades complementares</b> <b>Meta:</b> Implementação de pelo menos uma atividade complementar por escola nos Municípios da região <b>Prazo:</b> 36 meses
<b>Produto 3: Intercâmbios na região</b> <b>Meta:</b> Realização de visitas dos alunos aos municípios da Região para conhecimento da realidade regional e desenvolvimento de atividades complementares <b>Prazo:</b> 36 meses

<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> Coordenadoria Regional de Educação, Secretarias Municipais de Educação
<b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Prefeituras Municipais, Secretaria de Educação do Estado
<b>Organizações parceiras:</b> Cooperativas, Sindicatos Rurais e de Trabalhadores Rurais

<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Não
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b>

<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 780.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Secretarias Municipais de Educação e Secretaria de Educação do RS
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Não
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Não
<b>Investimentos:</b> R\$ 200.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 580.000,00
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b> Produto 1: R\$ 200.000,00 Produto 2: R\$ 500.000,00 Produto 3: R\$ 80.000,00

<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X								
Produto 2		X	X	X						
Produto 3		X	X	X						

#### Projeto 5:

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Rede de atenção à saúde nos municípios
<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 10.000.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 48 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Secretarias Municipais de Saúde
<b>Escopo:</b> Este projeto visa fortalecer as ações de atenção básica a saúde, por meio da contratação de profissionais para ampliar as estratégias de saúde da família e melhorias na infraestrutura das unidades de saúde, como forma de ampliar os atendimentos realizados às demandas de baixa complexidade e facilitar o acesso à saúde pública no Vale do Jaguari.

<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Ampliar e fortalecer a rede de atenção à saúde nos municípios, por meio da contratação de profissionais para ampliar as estratégias de saúde da família e melhorias na infraestrutura das unidades de saúde
<b>Justificativa:</b> Ampliar e fortalecer as ações de atendimento básico de saúde nas comunidades possui um papel importante no contexto da saúde pública da Região, uma vez que a maioria dos municípios possui famílias com rendas abaixo da média do Estado e não tem acesso aos serviços privados de saúde. Para isso, a saúde da família deve ser potencializada e as unidades básicas de atendimento precisam de investimentos em infraestrutura e contratação de mais profissionais. Dessa forma, com a atenção primária da saúde em pleno funcionamento, além de proporcionar os serviços à população, também contribuirão para permanência das pessoas nas comunidades e nos municípios, especialmente nos de menor porte, dos quais ocorrem a maior evasão populacional.
<b>Beneficiários:</b> População Corede Vale do Jaguari

<p><b>Resultados pretendidos:</b>  Curto prazo: melhorar o acesso à saúde  Médio prazo: qualificar o atendimento básico à população  Longo prazo: melhorar a qualidade de vida</p>
<p><b>Alinhamento Estratégico:</b>  Estratégia: Promover melhores condições sociais e de renda à população.  Diretriz: Desenvolver ações de atendimento à saúde integral, atuando nas mais diversas complexidades.</p>

<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<p><b>Produto 1: Estratégias de saúde da família</b>  <b>Meta:</b> Contratação de profissionais para aumentar o número de estratégias de saúde da família  <b>Prazo:</b> 48 meses</p>
<p><b>Produto 2: Melhorar a infraestrutura física das unidades básicas de saúde</b>  <b>Meta:</b> Realização de reformas e ampliação das unidades básicas de saúde  <b>Prazo:</b> 36 meses</p>
<p><b>Produto 3: Contratação de profissionais para as unidades de saúde</b>  <b>Meta:</b> Contratação de profissionais para atuação nas unidades básicas de saúde  <b>Prazo:</b> 36 meses</p>

<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</b>
<p><b>Equipe do Projeto:</b> Secretarias Municipais de Saúde, Coordenadoria Regional de Educação</p>
<p><b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Prefeituras Municipais, Secretaria de Saúde do RS, Ministério da Saúde</p>
<p><b>Organizações parceiras:</b></p>

<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<p><b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim</p>
<p><b>Desapropriação:</b> Não</p>
<p><b>Licença Ambiental:</b> Não</p>
<p><b>Licitação:</b> Sim</p>

<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<p><b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 10.000.000,00</p>
<p><b>Fontes de recursos:</b> Prefeituras Municipais, Secretaria de Saúde do RS, Ministério da Saúde</p>
<p><b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim</p>
<p><b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim</p>
<p><b>Investimentos:</b> R\$ 5.000.000,00</p>
<p><b>Despesas Correntes:</b> R\$ 5.000.000,00</p>
<p><b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b>  Produto 1: R\$ 3.000.000,00  Produto 2: R\$ 5.000.000,00  Produto 3: R\$ 2.000.000,00</p>

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X	X	X						
Produto 2		X	X	X						
Produto 3		X	X	X						

### Projeto 6:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
<b>Título:</b> Empreendedorismo, cooperativismo e associativismo nas escolas
<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 1.900.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 72 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Secretarias Municipais de Educação e Coordenadoria Regional de Educação
<b>Escopo:</b> Promover atividades de estímulo ao empreendedorismo, cooperativismo e associativismo nas escolas dos meios urbano e rural, como forma de reduzir o êxodo rural, a migração populacional, por meio da qualificação dos jovens para geração de novas oportunidades de trabalho e aumento da renda média na Região

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
<b>Objetivo:</b> Inserir atividades de estímulo ao empreendedorismo, cooperativismo e associativismo na grade curricular das escolas municipais e estaduais dos meios urbano e rural.
<b>Justificativa:</b> A necessidade de estimular o empreendedorismo, o cooperativismo e o associativismo nas escolas advém do alto índice de êxodo rural e evasão populacional da Região para municípios maiores em busca de melhores condições de renda. Conforme evidenciado no Diagnóstico da Região, a renda média <i>per capita</i> no Vale do Jaguari em 2010 foi de R\$ 593,42, muito abaixo da média do Estado, que foi de R\$ 959,24. Além disso, verificou-se uma significativa disparidade na renda média <i>per capita</i> nos municípios, que variou de R\$ 828,78 em Santiago a R\$ 426,09 em Capão do Cipó. Neste sentido, revela-se de extrema importância instigar nos jovens a importância do empreendedorismo e o trabalho associativo e cooperativo como alternativa para o desenvolvimento da renda e do trabalho em gerações futuras. Por conta disso, a inserção destes temas na grade curricular das escolas torna-se um caminho para o despertar de uma nova realidade no Vale do Jaguari.
<b>Beneficiários:</b> Estudantes do ensino fundamental, básico e médio.
<b>Resultados pretendidos:</b> Curto prazo: maior interesse dos estudantes pela escola Médio prazo: diminuição do êxodo escolar Longo prazo: diminuição do êxodo rural e do êxodo regional, melhoria do desempenho escolar e aumento da atividade econômica
<b>Alinhamento Estratégico:</b> Estratégia: Promover melhores condições sociais e de renda à população.

Diretriz: Promover o atendimento integral na educação básica e fundamental, melhorando os índices de repetência, evasão, escolaridade e analfabetismo.  
 Diretriz 2: Estimular a sucessão familiar e a migração de retorno aos pequenos municípios.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1: Definir proposta metodológica para as escolas da Região**

**Meta:** Realizar dois seminários para estabelecer as atividades a serem aplicadas pelas escolas

**Prazo:** 12 meses

**Produto 2: Adequação de estruturas e aquisição de equipamentos**

**Meta:** Aquisição de equipamentos e adequações físicas nas escolas

**Prazo:** 18 meses

**Produto 3: Disciplinas e atividades nas escolas da região**

**Meta:** Todas as escolas do Vale do Jaguari com atividades de estímulo ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo

**Prazo:** 60 meses

**Produto 4: Encontros microrregionais e regionais**

**Meta:** Realizar no mínimo 1 encontro microrregional e 1 encontro regional com entre as escolas da região para troca de experiências e revisão metodológica

**Prazo:** 36 meses

### 4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

**Equipe do Projeto:** Coordenadoria Regional de Educação e Secretarias Municipais de Educação

**Órgãos Públicos Envolvidos:** Secretaria Estadual de Educação, Coordenadoria Regional de Educação, Secretarias Municipais de Educação

**Organizações parceiras:** Universidades e Emater

### 5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

**Elaboração de Projeto Executivo:** Não

**Desapropriação:** Não

**Licença Ambiental:** Não

**Licitação:** Sim

### 6 - RECURSOS DO PROJETO

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 1.900.000,00

**Fontes de recursos:** Secretaria Estadual de Educação e Secretarias Municipais e Educação

**Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:** Sim

**Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:** Sim

**Investimentos:** R\$ 1.000.000,00

**Despesas Correntes:** R\$ 900.000,00

**Investimentos e despesas correntes por produto:**

Produto 1: R\$ 100.000,00

Produto 2: R\$ 1.000.000,00

Produto 3: R\$ 500.000,00

Produto 4: R\$ 300.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X									
Produto 2		X	X							
Produto 3		X	X	X	X	X				
Produto 4			X	X	X					

### 8.3 QUALIFICAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA REGIONAL

#### Projeto 1:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
<b>Título:</b> Saneamento básico regional
<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 190.000.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 72 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Prefeituras Municipais e Corsan
<b>Escopo:</b> Implementação e execução de medidas para regularizar o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a drenagem urbana e o manejo dos resíduos sólidos nos municípios do Vale do Jaguari.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
<b>Objetivo:</b> Implementar e executar os Planos Municipais de Saneamento Básico nos municípios do Vale do Jaguari.
<b>Justificativa:</b> O saneamento básico foi definido pela Lei nº 11.445/2007, como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais relativo aos processos de: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Com a publicação da referida legislação, todas as prefeituras têm obrigação de elaborar seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), sem o qual, a Prefeitura não poderá receber recursos federais para projetos de saneamento básico a partir de 2014. Os dados do Censo Demográfico 2010, demonstram que o Corede apresenta, em média, 69,94% dos domicílios ligados à rede geral de água, percentual abaixo da média do Estado e do Brasil. Ao se examinar as taxas dos municípios, constata-se que as mesmas variam de 50,05% (Mata) a 92,98% (Santiago), o que demonstra oscilação na prestação desse serviço essencial e a necessidade de empreender esforços para a sua universalização. Esses dados indicam que persistem outras formas inadequadas de abastecimento de água nos domicílios no Corede. Todos os municípios do Corede contam com abastecimento de água tratada. Ainda, o Corede apresenta em média 39,46% dos domicílios com banheiro ou sanitário ligado à rede geral ou fossa séptica, percentual inferior às médias do Estado e do Brasil. No entanto, ao examinar as taxas dos municípios de forma isolada, constata-se que as mesmas variam de 1,80% (Unistalda) a 72,88% (Santiago). Com relação à coleta de lixo por serviço de limpeza ou caçamba, a taxa média do Corede, segundo o Censo Demográfico de 2010, é de 65,12%, abaixo das taxas médias do Estado e do Brasil. As taxas entre os municípios variam de

<p>27,69% (Capão do Cipó) a 92,66% (Santiago), o que demonstra que há necessidade de maior esforço para atingir a universalização desse serviço, principalmente nas áreas consideradas de difícil acesso. A gestão dos resíduos sólidos costuma ser um problema para os pequenos municípios, principalmente no que tange ao manejo e à disposição final.</p> <p>Nessa perspectiva, os planos de saneamento municipais, se constituem em uma ferramenta de vital importância para que seja possível realizar ações de forma conjunta e organizada, que contemplem as necessidades de toda a população em se tratar de saneamento básico</p>
<p><b>Beneficiários:</b> População do Vale do Jaguari</p>
<p><b>Resultados pretendidos:</b></p> <p>Curto prazo: elaborar os planos municipais de saneamento básico</p> <p>Médio prazo: implementar as ações previstas nos planos municipais de saneamento básico</p> <p>Longo prazo: reduzir as incidências de doenças por contaminação de água, esgoto e resíduos sólidos</p>
<p><b>Alinhamento Estratégico:</b></p> <p>Estratégia: Qualificar e ampliar a infraestrutura regional.</p> <p>Diretriz: Melhorar os índices de saneamento básico relacionados ao acesso à rede de água, tratamento de esgoto, coleta e destinação de lixo.</p>

<p><b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Produto 1: Regulamentar os Planos Municipais de Saneamento Básico</b></p> <p><b>Meta:</b> Lei aprovadas em todos os Municípios do Vale do Jaguari</p> <p><b>Prazo:</b> 48 meses</p>
<p><b>Produto 2: Abastecimento de água potável na área urbana</b></p> <p><b>Meta:</b> Ampliar as redes de abastecimento de água para atender 100% das residências da área urbana</p> <p><b>Prazo:</b> 60 meses</p>
<p><b>Produto 3: Abastecimento de água potável no meio rural</b></p> <p><b>Meta:</b> Implementar estações de captação e tratamento e rede de abastecimento de água em 100% das comunidades rurais</p> <p><b>Prazo:</b> 60 meses</p>
<p><b>Produto 4: Redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário</b></p> <p><b>Meta:</b> Implementar redes de coleta e tratamento de esgoto nos municípios com mais de 20 mil habitantes</p> <p><b>Prazo:</b> 60 meses</p>
<p><b>Produto 5: Uso de fossas sépticas</b></p> <p><b>Meta:</b> Instituir o uso obrigatório de fossas sépticas para novas edificações desprovidas de rede geral de esgoto em todos os Municípios</p> <p><b>Prazo:</b> 24 meses</p>
<p><b>Produto 6: Drenagem urbana</b></p> <p><b>Meta:</b> Instalar drenagem urbana em todo o perímetro urbano dos municípios</p> <p><b>Prazo:</b> 60 meses</p>
<p><b>Produto 7: Usina de beneficiamento e lixo</b></p> <p><b>Meta:</b> Implementar uma usina de beneficiamento de lixo para o Vale do Jaguari</p> <p><b>Meta:</b> 36 meses</p>
<p><b>Produto 8: Coleta seletiva de lixo</b></p> <p><b>Meta:</b> Implementar a coleta de lixo seletiva em todos os municípios</p> <p><b>Prazo:</b> 48 meses</p>

<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> Prefeitos Municipais, Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Obras, Coordenadoria Regional de Saúde, Corsan
<b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Secretaria do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (SEMA), Secretaria Estadual da Saúde, Coordenadoria Regional de Saúde e Prefeituras Municipais, Corsan
<b>Organizações parceiras:</b> Universidades, empresários/investidores

<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Sim
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim

<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 190.000.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Investimentos privados, Prefeituras Municipais, emendas parlamentares, Ministério das Cidades, Corsan
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 140.000.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 15.000.000,00
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b>
Produto 1: R\$ -
Produto 2: R\$ 20.000.000,00
Produto 3: R\$ 20.000.000,00
Produto 4: R\$ 30.000.000,00
Produto 5: R\$ -
Produto 6: R\$ 40.000.000,00
Produto 7: R\$ 30.000.000,00
Produto 8: R\$ 5.000.000,00

<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X	X	X	X					
Produto 2			X	X	X	X	X			
Produto 3		X	X	X	X	X				
Produto 4			X	X	X	X	X			
Produto 5		X	X							
Produto 6			X	X	X	X	X			
Produto 7		X	X	X						
Produto 8			X	X	X	X				

**Projeto 2:**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Acesso à internet e telefonia móvel

<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 10.350.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 48 meses
<b>Responsável pela implementação:</b>
<b>Escopo:</b> Realizar estudo para mapeamento da infraestrutura e dos “pontos cegos” para os serviços de internet e telefonia móvel na região, bem como, reivindicar a qualidade dos serviços prestados pelas empresas.

<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Ampliar e qualificar a disponibilidade dos serviços de telefonia móvel e de acesso à internet em todos os municípios do Corede.
<p><b>Justificativa:</b> Não há como se pensar em desenvolvimento regional sem que a população tenha serviços básicos de qualidade, como o acesso a tecnologia da informação.</p> <p>Em telecomunicações, de acordo com o Censo 2010, os domicílios com acesso à internet e com telefonia fixa eram, respectivamente, 23,1% e 22,9% do total, índices inferiores às médias estaduais, que eram, respectivamente, de 33,9% e 39,3%.</p> <p>Já os domicílios com celulares representam 90,2% do total, índice bem próximo à média estadual, que era de 90,7%. No meio rural, segundo informações do estudo Rumos 2015, em 2004, a região tinha atendimentos muito baixos: menos de cinco telefones por 100 domicílios.</p> <p>A disponibilidade de acesso à internet demonstra-se como um fator importante para o desenvolvimento das comunidades, assim como o sinal para telefonia celular, os quais são amplamente utilizados nas residências, escolas e na atividade produtiva. Dificuldades básicas do produtor rural, tais como acompanhar as previsões climáticas ou emitir nota fiscal eletrônica são impossibilitadas pela ausência de redes de internet.</p> <p>A necessidade de ampliação da infraestrutura de telecomunicações é urgente no Vale do Jaguari, uma vez que são fatores decisivos para o desenvolvimento regional e para a manutenção da população nos municípios.</p>
<b>Beneficiários:</b> População do Vale do Jaguari
<p><b>Resultados pretendidos:</b></p> <p>Curto prazo: mapeamento das necessidades de investimentos para melhoria dos serviços prestados</p> <p>Médio prazo: estruturação dos locais sem acesso ou com deficiência de acesso à internet e telefonia móvel</p> <p>Longo prazo: melhorar os serviços prestados, eliminando pontos sem acesso à internet ou telefonia móvel, bem como, qualificando os pontos com deficiência de acesso.</p>
<p><b>Alinhamento Estratégico:</b></p> <p>Estratégia: Qualificar e ampliar a infraestrutura regional.</p> <p>Diretriz: Possibilitar o acesso às tecnologias da informação e qualificar os serviços de telefonia celular e internet.</p>

<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1: Levantamento de deficiências</b>

<p><b>Meta:</b> Estudo com mapeamento completo dos “pontos cegos”, deficiências de infraestrutura e com as medidas a serem implementadas para melhoria dos serviços</p> <p><b>Prazo:</b> 12 meses</p>
<p><b>Produto 2: Reivindicação de melhorias</b></p> <p><b>Meta:</b> Articulação com as concessionárias operadoras dos serviços para viabilizar os investimentos necessários</p> <p><b>Prazo:</b> 18 meses</p>
<p><b>Produto 3: Captação de investimentos privados</b></p> <p><b>Meta:</b> Captar pelo menos dois investimentos privados para ampliar a cobertura do sinal de internet</p> <p><b>Prazo:</b> 18 meses</p>
<p><b>Produto 4: Ampliação da infraestrutura de sinal de celular</b></p> <p><b>Meta:</b> Instalação de novas torres para dar maior cobertura territorial ao sinal de celular</p> <p><b>Prazo:</b> 36 meses</p>

<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> Prefeituras Municipais, Anatel e empresas fornecedoras de serviço
<b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Prefeituras Municipais, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
<b>Organizações parceiras:</b> Empresas privadas da área de telecomunicações

<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Sim
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim

<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 10.350.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Anatel e empresas fornecedoras de serviço
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 150.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 10.200.000,00
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b>
Produto 1: R\$ 300.000,00
Produto 2: R\$ 25.000,00
Produto 3: R\$ 25.000,00
Produto 4: R\$ 10.000.000,00

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X								
Produto 2			X	X						
Produto 3			X	X						
Produto 4			X	X	X					

**Projeto 3:**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título: Recuperação e melhoria de estradas vicinais</b>
<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 77.000.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 60 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Secretarias Municipais de Obras
<b>Escopo:</b> Manter as estradas vicinais dos municípios em condições de trafegabilidade à população, aos turistas e à movimentação de cargas proveniente da produção agropecuária.

<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Recuperar, qualificar e manter as estradas municipais com nivelamento, empedramento, abertura de valas, instalação de bueiros e canalização pluvial.
<b>Justificativa:</b> A característica agropecuária do Vale do Jaguari faz com que as estradas vicinais sejam utilizadas diariamente para movimentação de insumos, grãos, soja, fumo, animais e outros produtos da agricultura familiar. Além disso, apesar da Região ter aproximadamente 77% da população com residência na área urbana, as estradas vicinais são utilizadas para acessar as propriedades nos municípios, demandando também acessos com boa trafegabilidade. Outro ponto a ser considerado são as grandes áreas territoriais dos municípios, demandando investimentos significativos das Prefeituras Municipais em patrolamentos, empedramentos, aberturas de valas e outros serviços básicos para manter as estradas em boas condições de trafegabilidade. Neste sentido, é estratégico para o Vale do Jaguari estabelecer uma linha de ação visando manter as estradas em boas condições para movimentação de cargas e pessoas, facilitando o acesso às propriedades
<b>Beneficiários:</b> População do Vale do Jaguari
<b>Resultados pretendidos:</b> Curto prazo: manutenção das estradas vicinais Médio prazo: qualificação das estradas vicinais com investimentos em drenagem, empedramento e nivelamento Longo prazo: melhoria das condições para mobilidade de pessoas e de cargas
<b>Alinhamento Estratégico:</b> Estratégia: Qualificar e ampliar a infraestrutura regional. Diretriz: Qualificar a malha rodoviária regional, os acessos e estradas municipais.

<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1: Melhorias das estradas vicinais</b>
<b>Meta:</b> Nivelamento, empedramento e instalação de drenagem (bueiros e tubulação)
<b>Prazo:</b> 60 meses
<b>Produto 2: Patrulhas agrícolas</b>
<b>Meta:</b> Aquisição de moto niveladoras, rolos compactadores, retroescavadeiras e caçambas para as patrulhas agrícolas

<b>Prazo:</b> 24 meses
<b>Produto 3: Licenciamento de jazidas</b>
<b>Meta:</b> Licenciamento de novas jazidas em todos os municípios para atender as demandas de empedramento
<b>Prazo:</b> 36 meses

<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> Secretarias Municipais de Agricultura e Obras
<b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Prefeituras Municipais, Secretaria de Obras do Estado, FEPAM e Governo Federal
<b>Organizações parceiras:</b>

<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Sim
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim

<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 77.000.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Orçamentos públicos federais, estaduais e municipais
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 72.000.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 5.000.000,00
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b>
Produto 1: R\$ 25.000.000,00
Produto 2: R\$ 50.000.000,00
Produto 3: R\$ 2.000.000,00

<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X	X	X	X					
Produto 2		X	X							
Produto 3	X	X	X							

#### Projeto 4:

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Distribuição da energia elétrica
<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 350.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 36 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Prefeituras Municipais e concessionárias de energia elétrica
<b>Escopo:</b> Este projeto visa desenvolver um plano de investimentos para adequar o fornecimento de energia elétrica às demandas atuais e futuras da Região, especialmente no meio rural, para ser apresentado às

concessionárias operadoras, como instrumento de reivindicação às limitações atualmente encontradas para o desenvolvimento socioeconômico da Região.

## 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

**Objetivo:** Desenvolver um plano de investimentos para qualificar a distribuição da energia elétrica, considerando a ampliação das redes de transmissão, especialmente no meio rural.

**Justificativa:** O Vale do Jaguari é o penúltimo na lista dos Coredes, com os maiores consumos de energia elétrica do Estado. Segundo o estudo Rumos 2015, em 2004, haviam linhas de média e baixa transmissão cortando a Região, que atendiam satisfatoriamente o baixo consumo registrado na mesma.

De acordo com o Balanço Energético da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) de 2015, o consumo de energia elétrica do Corede é de 167.248 MWh. Entre 2013 e 2015 o consumo regional de energia variou 5,7%. Santiago, São Francisco de Assis e Cacequi são responsáveis por quase dois terços desse consumo, com índices de, respectivamente, 41,7%, 12,6% e 10,1%. O município de Unistalda é o que apresenta o menor consumo, com 1,4% do total. Os municípios são atendidos, em sua totalidade, pela empresa AES Sul.

O município de Santiago consome mais de 50% da energia residencial, pública e comercial. Já a energia industrial é consumida 55% pelo município de Nova Esperança do Sul. A energia no meio rural é consumida 80% pelos municípios de Cacequi, Jaguari, Santiago, São Francisco de Assis e São Vicente do Sul. Pela baixa demanda de energia elétrica nas áreas rurais, os municípios encontram dificuldades para estimular a instalação de agroindústrias nestes locais, uma vez que os equipamentos utilizados para beneficiamento da atividade primária, tais como leite, carnes e grãos demandam linhas de transmissão com maior tensão.

**Beneficiários:** População do Vale do Jaguari

### **Resultados pretendidos:**

Curto prazo: aumentar a disponibilidade de redes de energia elétrica trifásica.

Médio prazo: fornecer energia para atender às necessidades da região.

Longo prazo: aumentar o número de atividades agroindústrias instaladas na região.

### **Alinhamento Estratégico:**

Estratégia: Qualificar e ampliar a infraestrutura regional.

Diretriz: Qualificar a distribuição da energia elétrica, especialmente no meio rural.

## 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** Plano de investimentos para ampliar e qualificar o fornecimento de energia

**Meta:** Plano de investimentos elaborado, considerando as atuais e futuras da Região.

**Prazo:** 12 meses

**Produto 2:** Audiências Públicas com a comunidade e concessionárias

**Meta:** Realizar audiências públicas nas 3 microrregiões para validar e consolidar o plano de investimentos

**Prazo:** 12 meses

<b>Produto 3:</b> Articulação com concessionárias
<b>Meta:</b> Articulação com as concessionárias para realização dos investimentos necessários
<b>Prazo:</b> 24 meses

<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> Secretaria de Minas e Energia, Secretarias Municipais de Agricultura e concessionárias de energia elétrica
<b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Secretaria de Minas e Energia, Prefeituras Municipais
<b>Organizações parceiras:</b> Sindicatos Rurais e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Não

<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 350.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Secretaria de Minas e Energia e Concessionárias de Energia Elétrica
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Não
<b>Investimentos:</b> R\$ -
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 350.000,00
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b> Produto 1: R\$ 300.000,00 Produto 2: R\$ 25.000,00 Produto 3: R\$ 25.000,00

<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X									
Produto 2		X								
Produto 3		X	X							

#### Projeto 5:

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Aeroporto Regional
<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 18.620.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 60 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Prefeitura Municipal de Santiago

**Escopo:** Este projeto visa viabilizar o funcionamento do aeroporto no Município de Santiago, por meio da conclusão das obras, aquisição de equipamentos e instalação de um voo regular ligando à Capital do Estado.

## 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

**Objetivo:** Concluir as obras e viabilizar a operação do aeroporto no Município de Santiago

**Justificativa:** A Região do Vale do Jaguari está distante aproximadamente 450 km da Capital do Estado. O deslocamento de pessoas da Região à Porto Alegre ocorre essencialmente pelo modal rodoviário, viagem esta com duração de aproximadamente 6 horas.

A operacionalização do aeroporto em Santiago viabiliza atender a toda a população dos Coredes Vale do Jaguari, Fronteira Oeste e Missões, uma vez que o aeroporto de São Borja não possui autorização pela ANAC para voos comerciais. Com o funcionamento do aeroporto, num primeiro momento, pessoas que possuem aeronaves particulares ou alugadas poderão utilizar a pista para pousos e decolagens, reduzindo o tempo de viagem significativamente. Em um segundo momento, com a operação de voos comerciais, a região poderá estabelecer um canal rápido, seguro e com custo benefício para mobilidade à Porto Alegre tornando-se um fator de competitividade regional para toda a Região Centro – Fronteira Oeste do Estado.

**Beneficiários:** População dos Corede Vale do Jaguari, Fronteira Oeste e Missões

### Resultados pretendidos:

Curto prazo: concluir as obras civis estruturais do aeroporto

Médio prazo: ampliar a utilização do aeroporto com voos particulares

Longo prazo: obter voo comercial regular à Capital do Estado

### Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Qualificar e ampliar a infraestrutura regional.

Diretriz: Ampliar a utilização interligada dos modais rodoferroviários e desenvolver o modal aéreo.

## 3 - PRODUTOS DO PROJETO

### Produto 1: Licenciamento

**Meta:** Obter licenciamento da FEPAM para execução de obras

**Prazo:** 24 meses

### Produto 2: Obras

**Meta 1:** Concluir a pavimentação da pista e pátio de manobras

**Meta 2:** Concluir as obras complementares: estacionamento, administração, atendimento, embarque e desembarque

**Prazo:** 36 meses

### Produto 3: Estudo de demanda

**Meta:** Realizar estudo para mapear a demanda de pessoas com potencial para utilização de voos comerciais à Porto Alegre

**Prazo:** 12 meses

### Produto 4: Programa de Aviação Regional da Secretaria de Aviação Civil

**Meta:** Inserir o aeroporto na lista dos aeroportos prioritários para o Estado

**Prazo:** 24 meses

<p><b>Produto 5: Articulação com companhias aéreas para início de voos regulares</b>  <b>Meta:</b> Voos regulares acordados com uma companhia aérea  <b>Prazo:</b> 24 meses</p>
<p><b>Produto 6: Aquisição de equipamentos</b>  <b>Meta:</b> Aquisição dos equipamentos necessários ao funcionamento do aeroporto  <b>Prazo:</b> 24 meses</p>
<p><b>Produto 7: Capacitação de funcionários</b>  <b>Meta 2:</b> Capacitar funcionários para operação do aeroporto  <b>Prazo:</b> 12 meses</p>

<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> Ministério dos Transportes, Secretaria de Aviação Civil, Prefeitura Municipal
<b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Ministério dos Transportes, Secretaria de Aviação Civil, Prefeitura Municipal
<b>Organizações parceiras:</b>

<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim

<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 18.620.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Fundo Nacional de Aviação Civil, Prefeituras Municipais
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 16.620.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 2.000.000,00
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b>
Produto 1: R\$ 500.000,00
Produto 2: R\$ 10.000.000,00
Produto 3: R\$ 50.000,00
Produto 4: R\$ 25.000,00
Produto 5: R\$ 25.000,00
Produto 5: R\$ 8.000.000,00
Produto 6: R\$ 20.000,00

<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X								
Produto 2		X	X	X						
Produto 3		X								
Produto 4		X	X							
Produto 5			X	X						

Produto 6				X	X					
Produto 7					X					

#### 8.4 ESTIMULAR O EMPREENDEDORISMO, A INOVAÇÃO, A AGREGAÇÃO DE VALOR E A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO PARA MELHORIA DA COMPETITIVIDADE ECONÔMICA REGIONAL

##### Projeto 1:

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Agroindustrialização da produção regional
<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguarí
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 1.400.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 60 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Emater e Secretarias Municipais de Agricultura.
<b>Escopo:</b> Ampliar a oferta de produtos agroindustrializados, por meio da formalização e capacitação dos empreendimentos transformadores da produção primária, criando alternativa de comercialização em âmbito local e regional.

<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Formalizar e capacitar empreendimentos agroindustriais, visando abastecimento local e regional.
<b>Justificativa:</b> O modelo de agroindustrialização descentralizada de pequeno porte, de característica de economia familiar, é tida como uma das alternativas capazes de impulsionar a geração de novos postos de trabalho, verticalização da produção, ocupação de novos espaços e nichos de mercado com produtos especiais, típicos e diferenciados, respeitando o meio ambiente, as culturas regionais e as tradições locais, com forte carga de componentes étnico-culturais. Também é mola propulsora e importante forma de inclusão social e econômica dos agricultores. A industrialização da produção da agricultura familiar, destacadamente, compõe o cenário como opção de diversificação nas cadeias de suprimentos, como fator agregante nos processos produtivos, na busca do fortalecimento das ações de permanência do homem no campo com suas atividades agrícolas, garantidas pela sucessão familiar com renda e qualidade de vida.
<b>Beneficiários:</b> Agricultores do Vale do Jaguarí que produzem matéria-prima e a processam em suas agroindústrias ou e através de suas organizações.
<b>Resultados pretendidos:</b> Curto prazo: aumentar o número de agroindústrias legalizadas na região; Médio prazo: qualificar a produção, gestão e comercialização das agroindústrias, organizando cadeias de comercialização para venda dos produtos processados, tanto no mercado formal quanto institucional; Longo prazo: reduzir a evasão rural com aumento de renda para os produtores.
<b>Alinhamento Estratégico:</b>

<p>Estratégia: Estimular o empreendedorismo, a inovação, a agregação de valor e a diversificação da produção para melhoria da competitividade econômica regional.</p> <p>Diretriz: Estimular investimentos que ampliem e qualifiquem as agroindústrias familiares e micro e pequenas empresas regionais.</p>
--

<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<p><b>Produto 1: Sistema de Inspeção Municipal</b>  <b>Meta:</b> Implementar o Sistema de Inspeção Municipal (SIM) em todos os municípios do Vale do Jaguari  <b>Prazo:</b> 36 meses</p>
<p><b>Produto 2: Formalização e licenciamento das agroindústrias</b>  <b>Meta:</b> Adequar 150 empreendimentos regionais quanto às normas de vigilância sanitária e ambiental  <b>Prazo:</b> 48 meses</p>
<p><b>Produto 3: Capacitação técnica para produção</b>  <b>Meta:</b> Capacitar 150 empreendimentos em Boas Práticas de Fabricação e processamento de alimentos.  <b>Prazo:</b> 36 meses</p>

<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</b>
<p><b>Equipe do Projeto:</b> Secretarias Municipais de Agricultura, Emater, Sebrae e Senar</p>
<p><b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretarias Municipais de Agricultura, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Secretaria de Desenvolvimento Rural e Emater.</p>
<p><b>Organizações parceiras:</b> Universidades, Sindicatos Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais.</p>

<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim

<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 1.400.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretarias Municipais de Agricultura, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Secretaria de Desenvolvimento Rural e recurso dos beneficiários
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 600.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 800.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto: Produto 1: R\$ 800.000,00 Produto 2: R\$ 300.000,00 Produto 3: R\$ 300.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X	X							
Produto 2		X	X	X	X					
Produto 3		X	X							

### Projeto 2:

#### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

**Título:** Qualificação técnica e gerencial para unidades de produção familiar

**Localização:** Corede Vale do Jaguari

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 1.200.000,00

**Duração do projeto:** 48 meses

**Responsável pela implementação:** Secretarias Municipais de Agricultura

**Escopo:** Promover a gestão ambiental, social e econômica nas unidades de produção familiar, visando desenvolvimento sustentável, por meio da incorporação da gestão integral da propriedade rural.

#### 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

**Objetivo:** Capacitar agricultores familiares em gestão socioeconômica e ambiental dos seus estabelecimentos rurais.

**Justificativa:** A características das pequenas propriedades rurais é semelhante às de uma pequena empresa, na qual os proprietários iniciaram suas atividades com conhecimentos acumulados de pessoas da família, sem aporte de conhecimentos e ferramentas para qualificar a gestão socioeconômica e ambiental.

Em muitos casos, esta ausência de gestão faz com que o produtor rural não estabeleça medidas para monitorar a aplicação dos recursos, bem como, acompanhar a geração de riquezas da propriedade. Isto faz com que os recursos financeiros sejam misturados entre os diversos tipos de atividade da propriedade com os recursos próprios do produtor.

Também, não há sinergia de ações para melhoria da produção e de comercialização, gerando prejuízos ao produtor.

**Beneficiários:** Produtores rurais do Vale do Jaguari

#### **Resultados pretendidos:**

Curto prazo: agricultores sensibilizados pelo tema da gestão rural.

Médio prazo: melhorar a gestão e a renda das unidades de produção familiar.

Longo prazo: reduzir o êxodo rural e garantir a sucessão na propriedade.

#### **Alinhamento Estratégico:**

Estratégia: Estimular o empreendedorismo, a inovação, a agregação de valor e a diversificação da produção para melhoria da competitividade econômica regional.

Diretriz: Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas vinculadas ao agronegócio com vocação na região, buscando o desenvolvimento de novos produtos, novos empreendimentos, maior utilização tecnológica, estímulo ao associativismo e cooperativismo.

<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1: Diagnóstico gerencial e produtivo</b> <b>Meta:</b> Elaboração de diagnóstico gerencial e produtivo em 300 propriedades. <b>Prazo:</b> 48 meses
<b>Produto 2: Unidades de referência técnica</b> <b>Meta:</b> Criação de 10 unidades de referência técnica-gerencial <b>Prazo:</b> 48 meses
<b>Produto 3: Capacitação em gestão rural</b> <b>Meta:</b> Capacitação para 300 propriedades familiares em gestão rural. <b>Prazo:</b> 48 meses
<b>Produto 4: Acompanhamento de implementação</b> <b>Meta:</b> Consultoria técnica e gerencial em 100% das propriedades rurais atendidas pelo projeto <b>Prazo:</b> 48 meses

<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> Secretarias Municipais de Agricultura, Emater, Sebrae e Senar
<b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Secretarias Municipais de Agricultura, Emater, Secretaria de Desenvolvimento Rural
<b>Organizações parceiras:</b> Universidades, Sindicatos Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativas.

<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Não
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Sim

<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 1.200.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Secretarias Municipais de Agricultura, Emater, Sebrae e recursos dos beneficiários.
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 200.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 1.000.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto: Produto 1: R\$ 300.000,00 Produto 2: R\$ 200.000,00 Produto 3: R\$ 300.000,00 Produto 4: R\$ 400.000,00

<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X	X	X	X					
Produto 2		X	X	X	X					
Produto 3		X	X	X	X					

Produto 4		X	X	X	X					
-----------	--	---	---	---	---	--	--	--	--	--

**Projeto 3:****1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO****Título:** Desenvolvimento da ovinocultura no Vale do Jaguari**Localização:** Corede Vale do Jaguari**Valor total estimado do projeto:** R\$ 1.150.000,00**Duração do projeto:** 60 meses**Responsável pela implementação:** Emater e Secretarias Municipais de Agricultura.**Escopo:** Este projeto visa ampliar a produção e comercialização de carne ovina no Vale do Jaguari, qualificando pastagens, o manejo produtivo e reprodutivo do rebanho, a implementação de unidades de referência e a utilização de novos canais de comercialização.**2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO****Objetivo:** Ampliar a produção e comercialização de carne ovina no Vale do Jaguari, por meio da qualificação do rebanho, das técnicas de manejo e da instalação de estrutura para abate e beneficiamento.**Justificativa:**

A mudança do comportamento do mercado e também as mudanças nos sistemas de produção agrícola, principalmente a soja, fizeram com que o rebanho ovino no RS que na década de 70 chegou aos 12 milhões de cabeças, fosse reduzida a 3,4 milhões (SANTOS et. al., 2011). Fazendo com que a oferta de carne ovina que era abundante, se tornasse muito menor e com distribuição de oferta desuniforme.

Os ovinos representam uma excelente saída para a produção na pecuária familiar, pois conseguem obter uma boa produção em número de cabeças em áreas menores que as ocupadas por bovinos.

O mercado atual, apresenta uma demanda crescente em relação ao consumo de carnes ovinas, e a oferta está cada vez menor e menos organizada, ficando na mão dos frigoríficos que aproveitam desta falta de organização para oferecerem preços menores aos produtores.

Com o melhoramento de pastagens na propriedade, uma melhor nutrição do rebanho, capacitações de produtores na parte sanitária e nutricional, da organização para a comercialização, além do ganho genético com a introdução dos carneiros melhoradores, possibilitando um rebanho mais uniforme e com potencial de crescimento e ganho de peso.

Refletirá um maior ganho econômico para o produtor e sua família, possibilitando uma maior retenção destas famílias que produzem no campo.

**Beneficiários:** Produtores rurais do Vale do Jaguari**Resultados pretendidos:**

Curto prazo: ampliar a produção de carne ovina no Vale do Jaguari;

Médio Prazo: aumentar o volume de carne ovina comercializada a partir do Vale do Jaguari.

Longo Prazo: maior produtividade e renda com a produção ovina na Região

**Alinhamento Estratégico:**

**Estratégia:** Estimular o empreendedorismo, a inovação, a agregação de valor e a diversificação da produção para melhoria da competitividade econômica regional.

**Diretriz:** Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas vinculadas ao agronegócio com vocação na região, buscando o desenvolvimento de novos produtos, novos empreendimentos, maior utilização tecnológica, estímulo ao associativismo e cooperativismo.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1: Qualificação do rebanho ovino com a aquisição de novos carneiros**

**Meta:** Aquisição de 50 carneiros ao ano para cria e recria

**Prazo:** 60 meses

**Produto 2: Qualificação de pastagens**

**Meta:** Aquisição de 1000 kg de sementes forrageiras ao ano para os produtores

**Prazo:** 60 meses

**Produto 3: Instalação de unidades de referência**

**Meta:** Instalação de 5 unidades de referência no Vale do Jaguari

**Prazo:** 12 meses

**Produto 4: Manejo técnico nas propriedades**

**Meta:** Realização de 2 dias de campo ao ano por unidade de referência

**Prazo:** 60 meses

**Produto 5: Visitas técnicas a centros de produção**

**Meta:** Realizar no mínimo uma visita técnica ao ano para centros de produção de ovino no Brasil

**Prazo:** 60 meses

**Produto 6: Divulgação e comercialização da produção local**

**Meta:** Participação em 3 feiras e 2 rodadas de negócio ao ano para divulgação e comercialização da carne ovina da Região

**Prazo:** 60 meses

### 4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

**Equipe do Projeto:** Secretarias Municipais de Agricultura, Emater, Sebrae e Senar

**Órgãos Públicos Envolvidos:** Secretarias Municipais de Agricultura, Emater, Secretaria de Desenvolvimento Rural

**Organizações parceiras:** Universidades, Sindicatos Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativas.

### 5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

**Elaboração de Projeto Executivo:** Não

**Desapropriação:** Não

**Licença Ambiental:** Não

**Licitação:** Sim

### 6 - RECURSOS DO PROJETO

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 1.150.000,00

<b>Fontes de recursos:</b> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretarias Municipais de Agricultura, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Secretaria de Desenvolvimento Rural e recurso dos beneficiários
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Não
<b>Investimentos:</b> R\$ 850.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 300.000,00
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b> Produto 1: R\$ 600.000,00 Produto 2: R\$ 200.000,00 Produto 3: R\$ 150.000,00 Produto 4: R\$ 75.000,00 Produto 5: R\$ 25.000,00 Produto 4: R\$ 100.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X	X	X	X	X				
Produto 2		X	X	X	X	X				
Produto 3		X								
Produto 4		X	X	X	X					
Produto 5		X	X	X	X	X				
Produto 6		X	X	X	X	X				

#### Projeto 4:

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Sistema de Atenção a Sanidade Agropecuária
<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 525.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 36 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Secretarias Municipais de Agricultura
<b>Escopo:</b> Viabilizar a implementação do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI – POA) no Vale do Jaguari, por meio da atuação integrada de profissionais para capacitação, orientação e fiscalização das atividades, ampliando os mercados da produção local.

<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Implementar o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI – POA) nos municípios do Vale do Jaguari, padronizando os procedimentos de inspeção dos produtos de origem animal.
<b>Justificativa:</b> O Sistema Unificado de Atenção Agropecuária (SUASA) é o novo sistema de inspeção descentralizada e integrada entre a União, por meio do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) que coordena o sistema, os Estados e os Municípios. O Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI – POA) é um dos subsistemas do SUASA e cuida da harmonização e padronização dos procedimentos de inspeção dos produtos de origem animal.

Após a adesão dos entes federados ao SUASA todo o trabalho de seus serviços de inspeção será regido pela sua própria legislação (lei, decreto, portaria, resolução etc), ou seja, é a própria legislação do Estado ou do Município que definirá os critérios e procedimentos de inspeção e de aprovação de plantas de instalações e o registro dos estabelecimentos, desde que não fira os princípios legais do SUASA.

Para a agricultura familiar a importância da implantação do SUASA é a inserção dos produtos no mercado formal local, regional e nacional. Este é um importante aspecto, pois possibilita a comercialização dos produtos em todo o território nacional. Outro aspecto é sobre o trâmite para aprovação e registro dos projetos agroindustriais, que com a descentralização do serviço de inspeção, poderá ser mais rápido e menos oneroso.

Para os municípios, a descentralização do serviço fortalece a economia dos mesmos, abrindo espaço para a integração entre eles, incentivando o desenvolvimento local e dos territórios. Isso poderá promover a implantação de novas unidades agroindústrias e, em consequência, a circulação de maior volume de dinheiro no comércio local, aumentando, também, a arrecadação de tributos nos municípios.

**Beneficiários:** População do Vale do Jaguari

**Resultados pretendidos:**

Curto prazo: implantar o SISBI-POA nos municípios do Vale do Jaguari.

Médio prazo: reduzir o tempo para licenciamento de produtos de origem animal.

Longo prazo: ampliar a comercialização de produtos de origem animal.

**Alinhamento Estratégico:**

Estratégia: Estimular o empreendedorismo, a inovação, a agregação de valor e a diversificação da produção para melhoria da competitividade econômica regional.

Diretriz 1: Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas vinculadas ao agronegócio com vocação na região, buscando o desenvolvimento de novos produtos, novos empreendimentos, maior utilização tecnológica, estímulo ao associativismo e cooperativismo.

Diretriz 2: Estimular investimentos que ampliem e qualifiquem as agroindústrias familiares e micro e pequenas empresas regionais.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1: Contratação de profissionais**

**Meta:** Viabilizar a contratação de no mínimo dois médicos veterinários, via Consórcio de Municípios, para atuar no licenciamento do SISBI-POA no Vale do Jaguari.

**Prazo:** 12 meses

**Produto 2: Viabilizar estrutura de funcionamento**

**Meta:** Adquirir móveis, utensílios e equipamentos para os profissionais

**Prazo:** 12 meses

**Produto 3: Aquisição de veículos**

**Meta:** Adquirir dois veículos para atendimento dos profissionais nos Municípios

**Prazo:** 12 meses

**Produto 4: Certificação dos profissionais**

<b>Meta:</b> Certificar os profissionais contratados e os procedimentos utilizados na fiscalização <b>Prazo:</b> 18 meses
<b>Produto 5: Formação de prepostos nos Municípios</b> <b>Meta:</b> Capacitar no mínimo dois servidores de cada município para atuarem na orientação e no encaminhamento de demandas para os profissionais contratados <b>Prazo:</b> 12 meses

<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, Vigilâncias Sanitárias Municipais e Emater
<b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação, Prefeituras Municipais e FEPAM
<b>Organizações parceiras:</b> Sindicatos Rurais, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Cooperativas, IFF e URI

<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Sim
<b>Outros:</b> Obtenção de Certificações

<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> 525.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Prefeituras Municipais
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 350.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> 175.000,00
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b> Produto 1: R\$ 25.000,00 Produto 2: R\$ 100.000,00 Produto 3: R\$ 250.000,00 Produto 4: R\$ 100.000,00 Produto 5: R\$ 50.000,00

<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1			X							
Produto 2			X							
Produto 3			X							
Produto 4				X	X					
Produto 5					X					

**Projeto 5:**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Produção de frutas e olerícolas em ambiente protegido e irrigado
<b>Localização:</b> Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 2.450.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 48 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Emater
<b>Escopo:</b> Viabilizar projetos de investimentos em implantação e ampliação de pomares comerciais e ambientes protegidos para olerícolas.

<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Aumentar a produção de frutas e verduras para abastecimento regional de mercados convencionais e institucionais.
<p><b>Justificativa:</b></p> <p>Nos últimos anos, tem ganhado força um conjunto de iniciativas que recaptura o espaço rural como uma força ativa e transformadora no campo agroalimentar. No centro do debate, encontra-se a necessidade de repensar os padrões de produção, consumo e distribuição dos alimentos do sistema agroalimentar moderno, reconhecidos pelas fragilidades reveladas por escândalos alimentares, mas também por problemas sociais, econômicos, ambientais, identificados e de ordem de regulação e controle. Os estudos privilegiam a noção de sistema agroalimentar alternativo, centralizando as características da agricultura que o sistema moderno torna sem efeito, dentre os quais a visibilidade dos alimentos, a reconexão com o consumidor e a realocação.</p> <p>Neste sentido, a produção e comercialização de frutas e verduras para abastecimento regional precisa ser estimulada, como forma não apenas de aumentar a renda das propriedades, mas também de aproximação do consumidor com a realidade local, privilegiando as boas práticas de produção e o cuidado com o meio ambiente.</p>
<b>Beneficiários:</b> Produtores rurais do Vale do Jaguari
<p><b>Resultados pretendidos:</b></p> <p>Curto prazo: implantação de pomares e construção dos ambientes protegidos;  Médio Prazo: aumentar a rentabilidade e a otimização do uso dos recursos nas propriedades; oferta de alimentos com qualidade aos consumidores; organização da produção e comercialização dos produtores para abastecimento dos mercados institucionais.  Longo Prazo: diminuição do êxodo rural; maior produtividade e renda por hectare; manutenção e retorno do jovem ao campo;</p>
<p><b>Alinhamento Estratégico:</b></p> <p>Estratégia: Estimular o empreendedorismo, a inovação, a agregação de valor e a diversificação da produção para melhoria da competitividade econômica regional.</p> <p>Diretriz 1: Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas vinculadas ao agronegócio com vocação na região, buscando o desenvolvimento de novos produtos, novos empreendimentos, maior utilização tecnológica, estímulo ao associativismo e cooperativismo.</p> <p>Diretriz 2: Estimular a sucessão familiar e a migração de retorno aos pequenos municípios.</p>

<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1: Ampliação e implantação de pomares comerciais.</b> <b>Meta:</b> 50 ha plantados (20 videiras, 20 citrus, 10 rosáceas) <b>Prazo:</b> 24 meses
<b>Produto 2: Construção de ambientes protegidos com irrigação para olerícolas</b> <b>Meta:</b> 20.000m <sup>2</sup> de ambiente protegido irrigado (estufas ou telas) <b>Prazo:</b> 36 meses
<b>Produto 3: Feiras locais de produtos</b> <b>Meta:</b> Organização de 5 novos locais para feiras nos municípios <b>Prazo:</b> 24 meses

<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> Secretarias Municipais da Agricultura, Cooperativas, IFF, URI e Emater
<b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> <b>Prefeituras Municipais:</b> Secretarias Municipais da Agricultura ou Similares, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Sindicato Rural e SDR
<b>Organizações parceiras:</b> Universidades, Associação de Municípios, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, EMATER; Secretarias e Conselhos municipais de Agricultura; Associações de Municípios, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim
<b>Desapropriação:</b> Não
<b>Licença Ambiental:</b> Sim
<b>Licitação:</b> Não
<b>Outros:</b> Licença ambiental e outorga para projetos de irrigação.

<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 2.450.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Orçamento Federal e Estadual
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 2.250.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 200.000,00
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b> Produto 1: R\$ 650.000,00 Produto 2: R\$ 800.000,00 Produto 3: R\$ 1.000.000,00

<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X	X							
Produto 2			X	X	X					
Produto 3			X	X						

**Projeto 6:**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Interação Universidade-Empresa para desenvolvimento tecnológico
<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 6.550.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 72 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> URI Campus Santiago e IFF Campus São Vicente do Sul e Jaguari
<b>Escopo:</b> Este projeto visa estimular a inovação e o empreendedorismo, por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisa ligados às características e potencialidades regionais e da disponibilidade de ambientes para criação de novos negócios.

<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Estimular a inovação e o empreendedorismo, por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisa ligados às características e potencialidades regionais e implementação de ambientes para criação de novos negócios.
<p><b>Justificativa:</b></p> <p>Estimular a inovação, a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de novos negócios tem como elementos chaves o aproveitamento das potencialidades regionais para agregação de valor à produção e o estímulo ao empreendedorismo para geração de emprego e renda.</p> <p>O grau de interação entre os atores influencia o processo de capacitação, absorção, difusão tecnológica e aprendizagem. Esta articulação depende da existência de uma governança local que permita gerenciar de forma eficaz o relacionamento entre os diferentes atores. Por isso, é de extrema importância o apoio as ações de transferência de tecnologia do Polo de Modernização Tecnológica e aos ambientes de inovação parques tecnológicos, incubadores, etc. da região.</p> <p>Com isto, busca-se estimular às inovações incorporadas a produtos, processos e serviços, a introdução de tecnologias limpas, a preservação e recuperação do meio ambiente, o incentivo ao pequeno produtor rural, o estímulo aos arranjos produtivos locais e o desenvolvimento regional.</p> <p>Assim, busca-se fomentar o desenvolvimento técnico-científico, a inovação e o empreendedorismo, aproximando as instituições de ciência e tecnologia das empresas, da criação de empresas de base tecnológica e do estímulo aos arranjos locais de maior potencial econômico, impulsionando o desenvolvimento regional de forma contínua e sustentável.</p>
<b>Beneficiários:</b> Incubadoras, empresas e empreendimentos com potencial de inovação
<p><b>Resultados pretendidos:</b></p> <p>Curto prazo: estruturar um sistema de governança entre as diferentes ações de transferência de tecnologia, ambientes de inovação e os arranjos produtivos locais;</p> <p>Médio prazo: aumentar a competitividade e o número de empresas de base tecnológica e/ou inovadoras;</p> <p>Longo prazo: mudar o paradigma econômico da Região</p>
<b>Alinhamento Estratégico:</b>

**Estratégia:** Estimular o empreendedorismo, a inovação, a agregação de valor e a diversificação da produção para melhoria da competitividade econômica regional.

**Diretriz:** Ampliar o desenvolvimento a partir da inovação tecnológica, de pesquisas, de negócios inovadores, da formação de arranjos produtivos, do empreendedorismo e da qualificação da mão-de-obra.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1: Mapeamento de potencialidades para projetos de pesquisa**

**Meta:** Criação de um mapa dos projetos de pesquisa a serem desenvolvidos pelas instituições de ensino superior na Região a partir das características e potencialidades regionais.

**Prazo:** 12 meses

**Produto 2: Desenvolvimento de projetos de pesquisa**

**Meta:** Desenvolvimento de no mínimo 5 novos projetos de pesquisa ao ano

**Prazo:** 60 meses

**Produto 3: Incubadora tecnológicas**

**Meta:** Implantação e consolidação de 40 espaços para incubação de empresas junto às Universidades da Região

**Prazo:** 60 meses

**Produto 4: Polo de Modernização Tecnológica do Vale do Jaguarí**

**Meta:** Aparelhamento dos laboratórios com interação com o setor produtivo.

**Prazo:** 48 meses

### 4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

**Equipe do Projeto:** Polo de Modernização Tecnológica do Vale do Jaguarí, Núcleo de Desenvolvimento Tecnológico de Santiago, IFF Campus São Vicente do Sul e Jaguarí

**Órgãos Públicos Envolvidos:** Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

**Organizações parceiras:** Agência de Desenvolvimento de Santiago

### 5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

**Elaboração de Projeto Executivo:** Sim

**Desapropriação:** Não

**Licença Ambiental:** Sim

**Licitação:** Sim

### 6 - RECURSOS DO PROJETO

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 6.550.000,00

**Fontes de recursos:** Secretaria do Desenvolvimento Ciência e Tecnologia

**Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:** Sim

**Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:** Sim

**Investimentos:** R\$ 5.000.000,00

**Despesas Correntes:** R\$ 1.550.000,00

**Investimentos e despesas correntes por produto:**

Produto 1: R\$ 50.000,00

Produto 2: R\$ 1.500.000,00

Produto 3: R\$ 3.000.000,00

Produto 4: R\$ 2.000.000,00
-----------------------------

## 7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X									
Produto 2		X	X	X	X	X				
Produto 3		X	X	X	X	X				
Produto 4		X	X	X	X					

### Projeto 7:

#### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

**Título:** Arranjo Produtivo Local de Turismo do Vale do Jaguari

**Localização:** Corede Vale do Jaguari

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 900.000,00

**Duração do projeto:** 36 meses

**Responsável pela implementação:** Secretarias Municipais de Turismo e Agência e Desenvolvimento

**Escopo:** Este projeto visa qualificar o desenvolvimento do turismo regional para a formação de um arranjo produtivo local de turismo, por meio da estruturação da governança, da capacitação dos empreendedores e da oferta de novos produtos turísticos.

#### 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

**Objetivo:** Qualificar o turismo regional, por meio da estruturação da governança, da capacitação dos empreendedores e da oferta de novos produtos turísticos.

**Justificativa:** O Vale do Jaguari possui significativo potencial para desenvolvimento do turismo como atividade para desenvolvimento econômico atrelada ao comércio e ao serviço dos municípios.

A movimentação de pessoas por meio do turismo apresenta-se como uma alternativa para dinamizar a economia local e regional, por meio das diversas potencialidades relacionadas à cultura, à história, às belezas naturais, à gastronomia e aos eventos tradicionalistas, esportivos, religiosos.

Para que esta oportunidade seja melhor explorada, é necessário estruturar a governança regional com atuação e influência no turismo, criando sincronia entre as ações do poder público, da iniciativa privada, das entidades e das instituições de ensino superior.

Além disso, é necessário estimular os empreendimentos privados para atender às necessidades de comércio e serviços em hospedagem, alimentação, captação de eventos, recepção de turistas, desenvolvimento de roteiros turísticos, entre outros.

A estruturação dos pontos turísticos, a qualificação dos profissionais e a divulgação da Região também são pontos importantes, mas que necessitam de fontes de financiamento, as quais podem ser estabelecidas com fundos de cultura e turismo nos municípios.

Dessa forma, objetiva-se a consolidação de um APL de Turismo como forma de ampliar a geração de renda e empregos na região.

**Beneficiários:** População do Vale do Jaguari

<p><b>Resultados pretendidos:</b>  Curto prazo: estruturar a governança e as ações para desenvolvimento turístico da Região  Médio prazo: aumentar o fluxo de turistas na Região  Longo prazo: ampliar o desenvolvimento econômico a partir do turismo regional</p>
<p><b>Alinhamento Estratégico:</b>  Estratégia: Estimular o empreendedorismo, a inovação, a agregação de valor e a diversificação da produção para melhoria da competitividade econômica regional.  Diretriz: Articular projetos e ações que viabilizem investimentos no turismo regional, utilizando-se dos atrativos culturais, naturais, rurais, gastronômicos, para geração de negócios na região.</p>
<p><b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Produto 1: Mapeamento da governança regional</b>  <b>Meta:</b> Levantamento completo das entidades, lideranças e organizações que compõe o trade turístico regional  <b>Prazo:</b> 12 meses</p>
<p><b>Produto 2: Capacitação das lideranças</b>  <b>Meta:</b> Capacitar no mínimo 10 lideranças de cada Município para compor a governança do turismo regional  <b>Prazo:</b> 18 meses</p>
<p><b>Produto 3: Capacitação de empreendedores</b>  <b>Meta:</b> Capacitar no mínimo 200 empreendedores ligados ao trade turístico regional  <b>Prazo:</b> 24 meses</p>
<p><b>Produto 4: Oferta de novos produtos turísticos da Região</b>  <b>Meta:</b> Desenvolvimento de 5 novos produtos turísticos para a Região  <b>Prazo:</b> 24 meses</p>
<p><b>Produto 5: Convention &amp; Visitor Bureau do Vale do Jaguari</b>  <b>Meta 1:</b> Criar uma Convention Visitors Bureaux para o Vale do Jaguari  <b>Prazo:</b> 24 meses</p>
<p><b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</b></p>
<p><b>Equipe do Projeto:</b> Prefeitos Municipais, Secretarias Municipais de Turismo e Cultura, empreendedores privados</p>
<p><b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Prefeituras Municipais, Secretaria de Turismo do Estado, Ministério do Turismo</p>
<p><b>Organizações parceiras:</b></p>
<p><b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b></p>
<p><b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Sim</p>
<p><b>Desapropriação:</b> Não</p>
<p><b>Licença Ambiental:</b> Não</p>
<p><b>Licitação:</b> Sim</p>
<p><b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 900.000,00</p>

<b>Fontes de recursos:</b> Prefeituras Municipais, Secretaria de Turismo do Estado, Ministério do Turismo e empreendedores privados
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Sim
<b>Investimentos:</b> R\$ 100.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 800.000,00
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b> Produto 1: R\$ 50.000,00 Produto 2: R\$ 150.000,00 Produto 3: R\$ 300.000,00 Produto 4: R\$ 300.000,00 Produto 5: R\$ 100.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X									
Produto 2		X	X							
Produto 3		X	X							
Produto 4	X	X								
Produto 5		X	X							

### Projeto 8:

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Distritos industriais e de serviços
<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 8.800.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 60 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Prefeituras Municipais
<b>Escopo:</b> Viabilizar pequenas áreas e infraestrutura para criação e consolidação de distritos industriais e de serviços nos municípios do Vale do Jaguari visando estimular a criação de novos estabelecimentos, a geração de emprego e renda e agregar valor à produção,

<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Estimular e agilizar a instalação de empreendimentos industriais e de serviços logísticos nos municípios do Vale do Jaguari, por meio da destinação de áreas e viabilização de serviços para criação de Distritos Industriais e de Serviços.
<b>Justificativa:</b> O setor industrial possui uma baixa representatividade no VAB regional. Em 2013, o VAB industrial da região foi superior a 190 milhões, representando 0,3% do total do Estado e 8,1% da RFP 8. A indústria de transformação do Corede contribuía com apenas 0,12% no total do segmento no Estado, com destaque para as atividades de preparação e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados, com 0,79% do total do Estado e fabricação de produtos alimentícios, com 0,17%. Este aspecto deve ser analisado com preocupação, uma vez que há baixa agregação de valor aos produtos da região, especialmente da agropecuária,

que são comercializados, em sua grande maioria, *in natura* para outras regiões que acabam se beneficiando do incremento realizado nos produtos.

Por outro lado, o Vale do Jaguari possui municípios com características voltadas à centralização, movimentação e distribuição de produtos das regiões produtoras em direção ao Porto de Rio Grande ou da Capital do Estado em direção à Fronteira Oeste. Tais empresas se ocupam da movimentação de cargas rodoviárias interligadas ao modal ferroviário (em determinadas situações), o que pode ser melhor explorado pelos municípios com estas características.

Para aumentar a competitividade regional frente a outros municípios e Regiões, é necessário dotar os municípios com capacidade e demanda para pequenos distritos industriais e de serviços com infraestrutura básica (arruamento, água e energia elétrica), os quais tem a função de agilizar a instalação de empreendimentos nos municípios, melhor ordenar a ocupação urbana de indústrias e empresas de serviços, especialmente às voltas ao segmento de logística e estimular a geração de emprego e renda na região.

Por conta dos dados e informações apresentados, justifica-se a elaboração de um projeto focado na industrialização e desenvolvimento de serviços em cadeias potenciais, complementando a economia regional.

**Beneficiários:** Empreendedores dos setores da indústria e de serviços do Vale do Jaguari

**Resultados pretendidos:**

Curto prazo: ter áreas disponíveis para instalação de empreendimentos

Médio prazo: ampliar o número de investimentos e empreendimentos instalados na Região

Longo prazo: aumentar a geração de empregos e renda na Região

**Alinhamento Estratégico:**

Estratégia: Estimular o empreendedorismo, a inovação, a agregação de valor e a diversificação da produção para melhoria da competitividade econômica regional.

Diretriz: Promover investimentos em vocações potenciais, desenvolvendo cadeias produtivas alternativas, que possam também aproveitar as características regionais.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1: Definição de áreas para instalação de empreendimentos**

**Meta:** Definir no mínimo 3 áreas de aproximadamente 10 ha cada para instalação de empreendimentos industriais e de serviços nos municípios da Região

**Prazo:** 24 meses

**Produto 2: Licenciamento ambiental das áreas**

**Meta:** Obter o licenciamento ambiental das áreas escolhidas para instalação de empreendimentos industriais

**Prazo:** 36 meses

**Produto 3: Infraestrutura básica**

**Meta:** Dotar as áreas de infraestrutura básica de arruamento com pavimentação, rede de água e rede elétrica

**Prazo:** 48 meses

**Produto 4: Políticas públicas de incentivo**

**Meta:** Regulamentar lei de incentivo aos empreendimentos industriais e de serviços nos municípios com áreas industriais

**Prazo:** 18 meses

**Produto 5: Captação de investimentos e empreendimentos para a região**  
**Meta:** Criar o escritório de captação de investimentos (Sala do Investidor) do Vale do Jaguari  
**Prazo:** 24 meses

#### 4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

**Equipe do Projeto:** Corede, Sebrae, Prefeituras Municipais, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado

**Órgãos Públicos Envolvidos:** Prefeituras Municipais, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

**Organizações parceiras:**

#### 5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

**Elaboração de Projeto Executivo:** Sim

**Desapropriação:** Sim

**Licença Ambiental:** Sim

**Licitação:** Sim

#### 6 - RECURSOS DO PROJETO

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 8.800.000,00

**Fontes de recursos:** Sebrae, Prefeituras Municipais, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

**Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:** Não

**Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:** Não

**Investimentos:** R\$ 8.000.000,00

**Despesas Correntes:** R\$ 800.000,00

**Investimentos e despesas correntes por produto:**

Produto 1: R\$ 3.000.000,00

Produto 2: R\$ 500.000,00

Produto 3: R\$ 5.000.000,00

Produto 4: R\$ -

Produto 5: R\$ 300.000,00

#### 7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1		X								
Produto 2		X	X	X						
Produto 3			X	X	X	X				
Produto 4		X								
Produto 5		X								

#### Projeto 9:

##### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

**Título:** Registro e licenciamento de negócios

**Localização:** Corede Vale do Jaguari

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 450.000,00

**Duração do projeto:** 36 meses

**Responsável pela implementação:** Sebrae e Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico

**Escopo:** Agilizar e desburocratizar os processos que envolvem o registro e licenciamento de negócios na região

## 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

**Objetivo:** Reduzir o número de etapas e o tempo médio para registro e licenciamento de negócios na região

**Justificativa:** De acordo com o projeto *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), em geral os brasileiros são favoráveis à atividade empreendedora e tem uma visão positiva a respeito dos indivíduos envolvidos com negócios próprios. Isto pode ser constatado pelo fato de que, em 2015, entre 70% e 80% dos brasileiros concordaram que abrir um negócio próprio é uma opção desejável de carreira.

Especialistas entrevistados no mesmo estudo apontaram alguns limitantes à atividade empreendedora, dentre os quais, as políticas públicas respondem por 54% das opiniões, sendo o excesso de burocracia para abertura, funcionamento e encerramento dos negócios o ponto principal dessa questão. Soma-se ao mesmo tema a alta carga tributária e a complexidade da legislação brasileira, que aumentam o custo da operação e tornam os negócios menos competitivos.

O cenário burocrático para a abertura de uma empresa, e depois a obtenção de todas as licenças e pagamento de tributos para que o negócio possa funcionar regularmente, é um dos principais entraves que fazem com que o empreendedor deixe sua ideia no papel.

No Brasil, diversos avanços legais já ocorreram com o objetivo de reduzir o tempo médio de registro e legalização de empresas, em especial das micro e pequenas empresas, que representam mais de 99% das empresas do país. O Art. 179 da Constituição Federal/88 estabeleceu tratamento jurídico, diferenciado, favorecido e de incentivo assegurado para as micro e pequenas empresas. Esta legislação foi ampliada com a publicação da Lei Complementar Federal 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Além disso, em 2007, o Governo Federal publicou a Lei 11.598/2007, a qual deu origem à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), com o propósito de integrar todos os processos dos órgãos e entidades responsáveis pelo registro, alteração e baixa de empresas.

De acordo com Brasil (2015), somente cinco Estados estão com os processos integrados e outros quatro estão na fase de integração dos processos, sendo o Rio Grande do Sul (RS) um desses Estados.

**Beneficiários:** Empreendedores e contadores do Corede Vale do Jaguarí

### Resultados pretendidos:

Curto prazo: aumentar o número de estabelecimentos formais na região

Médio prazo: reduzir o tempo médio para registro e licenciamento de negócios

Longo prazo: estimular o empreendedorismo, a geração de renda e empregos

### Alinhamento Estratégico:

Estratégia: Estimular o empreendedorismo, a inovação, a agregação de valor e a diversificação da produção para melhoria da competitividade econômica regional.

Diretriz: Promover a geração de emprego e o aumento da renda.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1: Escritório Regional da Junta Comercial do RS em Santiago**

**Meta:** Ampliar os serviços do Escritório Regional da Junta Comercial do RS em Santiago para realizar todos os atos que envolvem registro, alteração e encerramento de empresas

**Prazo:** 18 meses

**Produto 2: Qualificação para a REDESIMPLES**

**Meta:** Qualificar no mínimo 2 agentes municipais por Município para implementar a REDESIMPLES

**Prazo:** 12 meses

**Produto 3: Sala do Empreendedor**

**Meta:** Implementar a Sala do Empreendedor em no mínimo 4 municípios da região

**Prazo:** 18 meses

### 4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

**Equipe do Projeto:** Sebrae e Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico

**Órgãos Públicos Envolvidos:** Prefeituras Municipais, Famurs, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

**Organizações parceiras:** AMCENTRO, CIRC e Fórum Estadual de Secretários e Dirigentes de Desenvolvimento Econômico

### 5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

**Elaboração de Projeto Executivo:** Não

**Desapropriação:** Não

**Licença Ambiental:** Não

**Licitação:** Não

### 6 - RECURSOS DO PROJETO

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 450.000,00

**Fontes de recursos:** Sebrae, Prefeituras Municipais

**Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:** Sim

**Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:** Não

**Investimentos:** R\$ 300.000,00

**Despesas Correntes:** R\$ 150.000,00

**Investimentos e despesas correntes por produto:**

Produto 1: R\$ 100.000,00

Produto 2: R\$ 100.000,00

Produto 3: R\$ 250.000,00

### 7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X								
Produto 2		X	X							
Produto 3		X	X							

## 8.5 INTEGRAR AS AÇÕES INTERINSTITUCIONAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Projeto 1:

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Estruturar a governança regional
<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 600.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 60 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Escopo:</b> Organizar e estruturar a governança regional, ampliando a representatividade do Corede Vale do Jaguari nas diversas instâncias decisórias, bem como, articulado em prol do desenvolvimento regional.

<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Mapear, organizar, estruturar e capacitar a governança regional para atuação coordenada, articulada e representativa em busca de recursos, soluções para realização de projetos de desenvolvimento regional.
<p><b>Justificativa:</b></p> <p>O ambiente institucional do Corede Vale do Jaguari apresenta uma quantidade expressiva de instituições com atuação local, regional, estadual e nacional, sendo fortemente influenciado pelo município de Santiago, pois concentra a maioria das instituições públicas e privadas com atuação não só na região, como no Estado. Os demais municípios da região apresentam instituições que na maioria dos casos possui uma atuação local.</p> <p>De maneira ampla o que se constata regionalmente é a dificuldade de estabelecer planos e ações coordenadas entre instituições e, principalmente, entre os municípios da região. Isto retrai o desenvolvimento local e regional, pois a falta de projetos regionais também prejudica a captação de recursos para que possíveis ações possam ser realizadas regionalmente ou microrregionalmente.</p> <p>Algumas iniciativas já foram empreendidas com o objetivo de aglomerar esforços, públicos e privados, na busca de recursos e na execução de projetos voltados ao desenvolvimento da região. Os exemplos mais recentes foram a formação do Consórcio Caminho das Origens, que teve como foco principal o desenvolvimento turístico da região e a Rota Nostra Colônia, estruturada para desenvolver as agroindústrias instaladas, especialmente em Jaguari. O primeiro exemplo ainda mantém uma agenda de encontros com Prefeitos e Secretários Municipais, porém, não há um plano de atuação coordenado para a região. O segundo exemplo já não possui nenhuma ação em desenvolvimento, pois a única agência de turismo receptivo que operava em Jaguari encerrou suas atividades e os empreendedores da Rota acabaram se desmobilizando.</p> <p>As demais iniciativas empreendidas normalmente são focadas em um setor ou segmento específico e não abrangem todos os municípios.</p> <p>No âmbito público, os municípios do Vale do Jaguari articulam-se por meio da Associação de Municípios da Região Centro (AMCENTRO) e do Consórcio Intermunicipal da Região Centro (CIRC), que abrangem municípios dos Coredes Central e Jacuí Centro.</p>

Desta forma, justifica-se um projeto com vistas a articular as diferentes lideranças e instituições para estruturar a governança regional, em prol de iniciativas para o Vale do Jaguari.
<b>Beneficiários:</b> Instituições, empreendimentos, lideranças, órgãos públicos e privados do Vale do Jaguari.
<b>Resultados pretendidos:</b> Curto Prazo: ampliar a participação e o engajamento de lideranças no processo de desenvolvimento regional Médio Prazo: melhorar a articulação e a atuação regional entre lideranças e instituições Longo Prazo: agir de forma conjunta e uníssona quando se tratando dos objetivos do desenvolvimento regional.
<b>Alinhamento Estratégico:</b> Estratégia: Integrar as ações interinstitucionais de desenvolvimento regional Diretriz 1: Articular a formação de lideranças locais, setoriais e regionais. Diretriz 2: Alavancar as relações interinstitucionais locais e regionais. Diretriz 3: Estabelecer mecanismos e estruturas adequadas para gestão e execução do planejamento estratégico regional.

<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1: Aproximar e capacitar de lideranças</b> <b>Meta 1:</b> Realizar o Programa LIDER no Vale do Jaguari <b>Prazo:</b> 24 meses
<b>Produto 2: Capacitar as lideranças para os temas de desenvolvimento regional, formação de lideranças e elaboração de projetos</b> <b>Meta:</b> Realizar no mínimo duas capacitações para cada tema apresentado envolvendo a participação de lideranças de todos os Municípios <b>Prazo:</b> 24 meses
<b>Produto 3: Manter atuação estruturada, organizada e articulada da governança regional</b> <b>Meta 1:</b> Realizar no mínimo uma reunião mensal com grupos setoriais das lideranças para acompanhamento da execução dos projetos de desenvolvimento regional <b>Meta 2:</b> Realizar no mínimo uma Assembléia Geral, coordenada pelo Corede Vale do Jaguari, para tratar dos temas de Desenvolvimento Regional e estimular a atuação articuladas das diferentes lideranças. <b>Prazo:</b> 60 meses

<b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</b>
<b>Equipe do Projeto:</b> Corede, Prefeitos e Secretários Municipais, Agências de desenvolvimento, Instituições de Ensino Superior, Coordenadorias Regionais do Governo do Estado, Forças Armadas e Órgãos de Segurança Pública, Associações Comerciais, Sindicatos, Cooperativas, empreendedores.
<b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Corede, Coordenadorias Regionais do Governo do Estado, Prefeituras Municipais
<b>Organizações parceiras:</b>

<b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b>
<b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Não
<b>Desapropriação:</b> Não

<b>Licença Ambiental:</b> Não
<b>Licitação:</b> Não

<b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 600.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> Orçamentos públicos, financiamentos privados e editais
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Sim
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Não
<b>Investimentos:</b> R\$ 100.000,00
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 500.000,00
<b>Investimentos e despesas correntes por produto:</b> Produto 1: R\$ 100.000,00 Produto 2: R\$ 200.000,00 Produto 3: R\$ 300.000,00

<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X	X								
Produto 2		X	X							
Produto 3	X	X	X	X	X					

#### Projeto 2:

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Uniformizar as diversas regionalizações existentes no Vale do Jaguari.
<b>Localização:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 100.000,00
<b>Duração do projeto:</b> 36 meses
<b>Responsável pela implementação:</b> Corede Vale do Jaguari
<b>Escopo:</b> Sensibilizar e mobilizar o Governo Estadual para repensar as diversas regionalizações existentes no Vale do Jaguari, de forma a criar um critério único de divisão territorial para todos os Órgãos Estaduais, reduzindo a fragmentação de ações dos mesmos e fortalecendo o desenvolvimento de forma conjunta da unicidade regional.

<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Sensibilizar e mobilizar o Governo Estadual para estabelecer um critério único de divisão territorial para o Vale do Jaguari para atuação de todos os Órgãos Governamentais.
<b>Justificativa:</b> O desenvolvimento regional está relacionado diretamente à ação das instituições e entidades organizadas que trabalham em prol do crescimento regional. É evidente e necessário que exista uma integração das ações destas organizações para que se obtenha a continuidade do crescimento até então notado. Entretanto, ao longo dos anos, ocorreram subdivisões da região em microrregiões, especialmente pelos órgãos públicos, prejudicando o desenvolvimento plural e coletivo do Vale do Jaguari.

<p>A unificação dessas regionalizações permite aproximar as instituições, melhorando as relações entre as mesmas e unindo forças em busca de objetivos comuns para a resolução de problemas sociais.</p> <p>Desenvolver ações que promovam a aproximação das partes e destas microrregiões traz soma de forças e potencializa o desenvolvimento.</p>
<p><b>Beneficiários:</b> População do Corede Vale do Jaguari</p>
<p><b>Resultados pretendidos:</b></p> <p>Curto Prazo: aproximar as instituições regionalizadas</p> <p>Médio Prazo: unificar a divisão territorial das diversas regionalizações</p> <p>Longo Prazo: agir de forma conjunta e uníssona quando se tratando dos objetivos do desenvolvimento regional.</p>
<p><b>Alinhamento Estratégico:</b></p> <p><b>Estratégia:</b> Integrar as ações interinstitucionais de desenvolvimento regional</p> <p>Diretriz 1: Homogeneizar as diversas regionalizações existentes no Vale do Jaguari.</p> <p>Diretriz 2: Alavancar as relações interinstitucionais locais e regionais.</p>

<p><b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Produto 1: Articulação política para a unificação territorial da Região</b></p> <p><b>Meta:</b> Firmar uma articulação das lideranças regionais com os representantes da Região no Governo do Estado para encaminhar a solicitação de unificação territorial</p> <p><b>Prazo:</b> 12 meses</p>
<p><b>Produto 2: Articulação com o Fórum dos Coredes</b></p> <p><b>Meta:</b> Inserir o tema da unificação territorial das regiões na pauta de demandas do Fórum dos Coredes</p> <p><b>Prazo:</b> 18 meses</p>
<p><b>Produto 3: Realizar as alterações legais</b></p> <p><b>Meta:</b> Realizar as alterações legais necessárias para regulamentar a nova divisão territorial a todos os Órgãos do Estado</p> <p><b>Prazo:</b> 18 meses</p>
<p><b>Produto 4: Readequação dos bancos de dados digitais</b></p> <p><b>Meta:</b> Readequar os bancos de dados digitais aos novos critérios de regionalização</p> <p><b>Prazo:</b> 12 meses</p>

<p><b>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</b></p>
<p><b>Equipe do Projeto:</b> Corede, AMCENTRO, CIRC, Coordenadorias Regionais do Governo do Estado</p>
<p><b>Órgãos Públicos Envolvidos:</b> Corede, AMCENTRO, CIRC, Coordenadorias Regionais do Governo do Estado</p>
<p><b>Organizações parceiras:</b></p>

<p><b>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</b></p>
<p><b>Elaboração de Projeto Executivo:</b> Não</p>
<p><b>Desapropriação:</b> Não</p>
<p><b>Licença Ambiental:</b> Não</p>
<p><b>Licitação:</b> Não</p>

<p><b>6 - RECURSOS DO PROJETO</b></p>
---------------------------------------

<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 100.000,00
<b>Fontes de recursos:</b> -
<b>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:</b> Não
<b>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:</b> Não
<b>Investimentos:</b> -
<b>Despesas Correntes:</b> R\$ 100.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto: Produto 1: R\$ - Produto 2: R\$ - Produto 3: R\$ 50.000,00 Produto 4: R\$ 50.000,00

<b>7 - CRONOGRAMA DO PROJETO</b>										
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Produto 1	X									
Produto 2	X	X								
Produto 3		X	X							
Produto 4			X							

## 9 GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

As etapas que envolveram a elaboração do Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional foram realizadas por meio da articulação de diversas entidades, lideranças, profissionais com conhecimentos técnicos nas áreas e comunidade em geral, buscando construir uma visão ampla de desenvolvimento para o Vale do Jaguarí.

A gestão e implementação do Plano pressupõe que a articulação realizada até esta etapa seja continuada e estruturada, de forma a proporcionar uma linha de ação para execução dos projetos e estratégias estabelecidas. Dessa forma, é importante organizar uma estrutura adequada que dê continuidade e suporte ao Plano, mantendo ativas as reuniões das pessoas envolvidas.

Por conta disso, o modelo de gestão que se propõe envolve o Corede Vale do Jaguarí como instituição representativa e articuladora, atuando como mediador do processo de gestão e implementação do Plano com as demais lideranças da Região. Ficará sob sua guarda o Plano em si, as estratégias, as diretrizes e a articulação das lideranças regionais.

Junto ao Corede Vale do Jaguarí serão instituídas comissões técnicas temáticas para as dimensões analisadas neste Plano. Tais comissões serão compostas por pessoas técnicas com conhecimento aprofundado nos assuntos como forma de contribuir com eventuais atualizações de projetos, bem como, opinar sobre a execução técnica de projetos. Para isso, será necessário alterar o Estatuto do Corede estabelecendo as comissões temáticas.

Por fim, pretende-se instituir a Agência de Desenvolvimento do Vale do Jaguarí, a qual acumulará as atribuições executivas de projetos, utilizando-se de profissionais contratados com capacidade para dar andamento no Plano ora estabelecido e nas contribuições realizadas pelos técnicos das comissões.

Propõe-se este modelo com o objetivo de otimizar custos para os municípios e garantir continuidade na execução dos projetos, uma vez que somente os profissionais da Agência de Desenvolvimento serão contratados e terão capacidade para atender às demandas dos municípios.

A gestão e implementação de qualquer plano implica no envolvimento e participação efetiva de pessoas capacitadas, no desprendimento de recursos para viabilizar as estruturas e na capacidade de liderança das instituições responsáveis pelo desenvolvimento econômico e social do Vale do Jaguarí.

## 10 CONCLUSÃO

O Planejamento Estratégico do Corede Vale do Jaguari teve como foco principal reavaliar o conjunto de diretrizes estratégicas e prioridades da Região, as quais serviram como balizadores para a definição de uma carteira de projetos que possa minimizar os problemas identificados, bem como, potencializar as oportunidades que a Região apresenta.

Este trabalho foi desenvolvido a partir de um amplo levantamento de dados, considerando as dimensões demográficas, sociais, ambientais, de infraestrutura e gestão pública, econômicos e institucionais, as quais formularam um Diagnóstico Técnico que subsidiou todas as ações do Planejamento.

Neste contexto de reavaliação regional, destaca-se a migração populacional para outras regiões como um dos principais movimentos visíveis da população em busca de melhores condições de emprego e renda, acesso à educação e melhores condições de infraestrutura, sendo estes pontos importantes que foram contemplados na carteira de projetos para qualificar o desenvolvimento regional.

Por outro lado, este trabalho propiciou ratificar a importância da Região para o agronegócio do Estado, sendo um polo importante na produção de carne bovina e ovina, grãos, especialmente soja e arroz, fumo e mel. Neste âmbito, ficou evidente o potencial para a industrialização dos produtos, que em sua maioria são comercializados na escala primária de valor. Além disso, a Região também apresenta potencialidades para diversificação da matriz produtiva com a geração de energias limpas, o estímulo ao empreendedorismo e inovação, com o desenvolvimento e aplicação de pesquisas científicas nas cadeias produtivas tradicionais, sendo o ponto de partida para a criação de novos negócios na Região.

Além do aspecto técnico, a revisão do Planejamento permitiu fortalecer a participação da comunidade nas decisões sobre o desenvolvimento regional, tornando-se assim, a manifestação plural de um objetivo comum para o Vale do Jaguari, que ficou registrado na visão de futuro e nas diretrizes de cada área. Esta manifestação, revela novamente a importância do envolvimento coletivo local e regional, para buscar soluções aos Municípios e à Região.

O Corede Vale do Jaguari, ao realizar o trabalho de revisão do Planejamento Estratégico, novamente reforça seu papel de agente articulador do desenvolvimento regional e de instituição representativa para os interesses econômicos e sociais do Vale do Jaguari.

Por fim, o horizonte que se descortina ao encerrar esta etapa de planejamento, revela uma realidade que demanda uma postura de atuação conjunta entre as entidades e lideranças regionais, com o propósito de implementar os projetos aqui estabelecidos. Não se trata de um contrato tácito de implementação, mas sim de um pacto pelo desenvolvimento permanente para o Vale do Jaguari.

## REFERENCIAL

ATLAS BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS. Registros de desastres naturais por tipo de evento (1991 – 2010). Disponível em: <http://150.162.127.14:8080/atlas/Atlas%20Rio%20Grande%20do%20Sul.pdf>.

Acesso em: 10 de jun. 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Consulta Indicadores de Desenvolvimento Humano (2013). Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>. Acesso em: 20 de jun. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 03 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.598/2007**, de 03 de dezembro de 2007. Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11598.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11598.htm). Acesso em: 24 fev. 2017.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Dados e Mapas. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/feedados>. Acesso em: 15 de jun. 2016.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Dados Abertos. Disponível em: <http://dados.fee.tche.br>. Acesso em: 10 de jun. 2016.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Perfil Tributário Municípios e COREDEs. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/perfil-tributario/serie-historica>. Acesso em: 08 de jul. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010, características da população e domicílios. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 de mai. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010, características do entorno dos municípios. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de mai. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produção Agrícola Municipal – Lavoura Temporária e Lavoura Permanente. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 de jun. 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Perfil do Município. Disponível em: [http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php). Acesso em: 13 de jul. 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Caderno de Informações de Saúde. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>. Acesso em: 01 de ago. 2016.

Perfil Socioeconômico do COREDE Vale do Jaguari. Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional Departamento de Planejamento Governamental). Porto Alegre, 2015.

Planejamento Estratégico do COREDE Vale do Jaguari. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI

Campus de Santiago. Santiago, 2010.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Consultas Temáticas Bolsa Família. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br>. Acesso em: 10 de jun. 2016.

QUEDU.ORG. Índice de desenvolvimento da educação básica (2011 – 2013). Disponível em: <http://www.qedu.org.br/cidade>. Acesso em: 02 de jul. 2016.

RETRATO DA VIOLÊNCIA.ORG. Retrato da Violência Contra a Mulher no RS. Disponível em: <http://retratodaviolencia.org/RS/#santa-maria>. Acesso em: 04 de jul. 2016.

Santos D.V., Azambuja R.M. & Vidor A.C.M. 2011. **Dados populacionais do rebanho ovino gaúcho**. Hota Vet, Porto Alegre.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO SUL. Perfil das Cidades Gaúchas. Disponível em: <http://ambientedigital.sebrae-rs.com.br/Download/PerfilCidades>. Acesso em: 03 de ago. 2016.